

A Defesa Nacional

N.º 635

JAN/FEV 1971

Neste número:

- O Exército como Instrumento da Ação Política Nacional
- O Exército (Guarnição do Rio de Janeiro) no dia 15 de Novembro de 1889
- Vinte e Cinco Anos Depois
- A Cavalaria Aérea
- Como Manter-se em Forma em Qualquer Idade
- A Equitação e a Guerra Moderna
- O Livro — *Esse Eloquentes Mudo*
- IPM — Questão dos Prazos em Face do Novo Código de Processo Penal Militar e da Lei de Segurança
- Sistemas de Atividades do Exército
- Filosofia de Governo
- Manaus — Pôrto Velho: A Construção de Uma Rodovia na Selva

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO 56º	Rio de Janeiro, GB — Jan/Fev 1971	Número 635
------------	-----------------------------------	---------------

SUMÁRIO

	Págs.
O EXÉRCITO COMO INSTRUMENTO DA AÇÃO POLITICA NACIONAL — Gen Ex Antônio Carlos da Silva Muricy	3
O EXÉRCITO (GUARNIÇÃO DO RIO DE JANEIRO) NO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 1889 — Gen Bda Epaminondas Ferraz da Cunha	25
COMO COMBATER O PROCESSO REVOLUCIONARIO COMUNISTA — Gen A. J. de Paula Couto	35
VINTE E CINCO ANOS DEPOIS — Cel Darcy Tavares C. Lima	43
A CAVALARIA AÉREA — Cel Cav QEMA João Severiano da Fonseca Hermes Netto	63
EU SOU A INFANTARIA — Maj Ney Salles	71
CRIATIVIDADE: UM GRANDE RECURSO DIDÁTICO — 1.º Ten Leonel Brayner da Rocha Lima	73
SER SOLDADO — Artigo feito por uma comissão de Soldados do 1.º/23.º RI 5.ª RM/5.ª DI)	77

INFORMAÇÕES

COMO MANTER-SE EM FORMA EM QUALQUER IDADE — Transcrito de uma publicação da ECEME	81
A EQUITACÃO E A GUERRA MODERNA — Ten Cel QEMA Cav P. Marcos	105
O LIVRO — ESSE ELOQUENTE MUDO — Gen Div R/1 Dr. Olyntho Pillar	107
CURIOSIDADES DA AMAZÔNIA — Jornalista Gilberto Figueiredo Pimentel	111
QUESTÃO MILITAR — Arquivo Organizado pessoalmente pelo MARECHAL MANOEL DEODORO DA FONSECA de posse da Família Fonseca	113
O EXÉRCITO BRASILEIRO E O PROCESSAMENTO DE DADOS — Cap Dennys A. F. da Cunha	123
IPM — QUESTÃO DOS PRAZOS EM FACE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR E DA LEI DE SEGURANÇA — Maj Eng Celso Chagas da Costa	131
FILOSOFIA DE GOVERNO — Ministro Delfim Netto	141
SISTEMAS DE ATIVIDADES DO EXÉRCITO	145
NOSSOS LEITORES PERGUNTAM	150

DE REVISTAS E JORNAIS

SCRIPTA — TRANSPORTES MARITIMOS — Realidade da presença do Brasil no Mercado Internacional de Fretes	153
COMPUTADOR — DADOS QUE CONVENIR REGISTRAR	157
DE "O GLOBO" — MANAUS—PORTO VELHO: A CONSTRUÇÃO DE UMA RODOVIA NA SELVA	159
O CAMINHO PARA PERDER UMA GUERRA — Maj General Robert W. Grow	171

O EXÉRCITO COMO INSTRUMENTO DA AÇÃO POLITICA NACIONAL

*Conferência pronunciada na ESG em 1970 pelo
Exmo. Sr. Gen Ex Antônio Carlos da Silva Muricy,
Chefe do EME.*

1 — Introdução

Recebi com duplo prazer a ordem do Exmo. Sr. Ministro do Exército para pronunciar, nesta Escola, a Conferência subordinada ao título "O Exército como Instrumento da Ação Política Nacional" e que na realidade não é mais que a apresentação, em grandes linhas, da tarefa que a Força Terrestre vem executando, em silêncio, dentro da atual conjuntura nacional.

O motivo da minha satisfação provém, de um lado, do fato de voltar a este auditório, porta-voz deste centro de brasilidade, onde trabalhei, na sua fase inicial, durante quatro anos e meio. De outro lado, pela oportunidade oferecida ao Exército, acidentalmente através de minha pessoa, de transmitir aos Srs. Estagiários um relato, embora sucinto, das atividades que o Exército vem desempenhando silenciosamente em prol da consecução e manutenção dos objetivos nacionais, no quadro conjunto da Política Nacional.

Acresce a isso, ainda, que, nesta exemplar Escola, além do muito que lucrei culturalmente, aprendi, entre outras, quatro grandes lições que muito me têm ajudado na vida: 1.º — ninguém constrói sozinho e apenas o trabalho em equipe, bem orientado, permite analisar um problema de ângulos os mais variados e concluir de forma racional, chegando-se a uma solução pelo menos razoável; 2.º — os problemas nacionais não podem ser encarados isoladamente, tais e tantas são as implicações de uns em outros, mesmo em setores os menos esperados; 3.º — por mais que tenhamos estudado e incorporado um assunto sempre há algo de novo a aprender e, nas demais áreas, somos, muitas vezes, de uma ignorância que nos torna humildes; 4.º — em todos os setores da vida nacional há brasileiros verdadeiramente devotados à sua terra e prontos a todos os sacrifícios para seu progresso.

2 — Destinação Constitucional do Exército — O Primado da Segurança como finalidade

Inquestionavelmente estamos no Brasil de hoje sob o signo da luta para vencer o subdesenvolvimento. Não há negar ser esta a principal motivação contemporânea da Política e da Estratégia Brasileiras. É fora de dúvida, que na presente conjuntura, em nível da política nacional, o grosso dos recursos disponíveis deve ser canalizado para promover o Desenvolvimento, sem prejuízo, no entanto, dos meios mínimos necessários para fins de Segurança. E é neste contexto que emerge o já exaustivamente analisado tema, em todas as suas implicações, do relacionamento que forçosamente existe entre os dois ângulos, nem sempre distintos, de uma Política Nacional e sua conseqüente Estratégia — o Desenvolvimento e a Segurança. Com vistas ao desdobramento adequado desta Conferência, há que se situar, naquele quadro global, a *destinação constitucional do Exército, no conjunto das Forças Armadas*.

De fato, é mister remontar à razão de ser das Forças Armadas para situarmos devidamente o tema e desenvolvê-lo, dentro do pensamento orientador de toda a preparação e do emprêgo do Exército na paz e na guerra. É a destinação constitucional que nos permite responder adequadamente à questão: "Exército para quê?"

"As Forças Armadas — prescreve o Art. 91 da Constituição da República Federativa do Brasil, Emenda Constitucional n.º 1 de 17 de outubro de 1969, *essenciais à execução da política de segurança nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem.*"

Poderia parecer, aos menos avisados, que essa destinação, nos termos em que está enunciada, em face do imperativo categórico do memento — *promover o desenvolvimento do país* — relegaria as instituições militares, e entre elas o Exército, a um papel inexpressivo, caso essas não se transformassem em agentes diretos do desenvolvimento.

Entretanto não será necessário grande penetração de análise das conjunturas Internacional e nacional para comprovar a validade da doutrina constitucional sobre a destinação das Forças Armadas, em particular à luz do próprio anseio generalizado de desenvolvimento.

Isto porque, "o processo de desenvolvimento — como afirmam os mestres — exige modificações qualitativas que alteram a estrutura do sistema econômico, que modificam valores e formas de comportamento das sociedades tradicionais e provocam, como conseqüências, fricção e tensões", não só no âmbito interno, como também nas relações internacionais, pelo choque de interesses contrariados. É, como sabeis, "uma mudança econômica que se opera de maneira lenta e muitas vezes socialmente dolorosa".

Daí a condição "*sine qua non*" de estabilidade política e de disciplina social, fatores indispensáveis para proporcionar aos governantes e classes dirigentes as condições de trabalho e de tranquilidade necessárias para permitir a formulação, a instituição e a implantação de instrumentos sócio-econômicos capazes de superar os obstáculos tradicionais peculiares ao subdesenvolvimento e gerar o tão almejado progresso e bem-estar da sociedade brasileira.

Aí se situa a propriedade atual da destinação constitucional do Exército, pois naquele contexto, torna-se evidente que cabe *primacialmente às Forças Armadas proporcionar à nação a segurança e a tranquilidade indispensáveis* ao processo do desenvolvimento, segurança que diz respeito tanto aos antagonismos de origem externa, como aos de base interna.

Eis a idéia chave a reter, e que encerra toda a doutrina que inspira, presentemente, o preparo e o emprego do Exército Brasileiro no conjunto das Forças Armadas e no quadro conjunto da Política Nacional.

E os fatos aí estão para comprovar a tese. Graças à estabilidade política e à disciplina social que a Revolução com apoio das Forças Armadas, logrou assegurar nestes últimos seis anos — vale dizer, ao clima de segurança em face dos antagonismos existentes — pôde o Brasil operar extraordinárias transformações em suas estruturas sócio-econômica e política, no período que vai de 1964 a 1970.

Por essa razão, tal como as outras Forças irmãs, o Exército é preparado *primacialmente* para a Segurança. Esta é a sua atividade básica, primordial e permanente. Entretanto, sem prejuízo de sua *finalidade essencial*, e desde que estejam em condições de bem executar sua missão principal, podem e devem as Forças Terrestres cooperar, especificamente, como *finalidade complementar*, em projetos de desenvolvimento e outras atividades, mesmo não militares, que indiretamente estejam vinculadas à Segurança Nacional.

Uma avaliação estratégica da atual conjuntura, internacional e nacional, leva forçosamente à conclusão da necessidade urgente de dispor de Forças Terrestres modernizadas, devidamente aparelhadas e adestradas, e numericamente suficientes como instrumento da política nacional, tanto na área externa, como no âmbito interno.

Quanto à *segurança externa*, torna-se desnecessário enfatizar que, na cena internacional, os fatos estão demonstrando o retorno à política de poder, em busca do alargamento de áreas de influência com base na força, e neste ambiente somente as nações que dispõem de instituições militares, e entre elas o Exército, eminentemente nacionais, eficientes em termos psicológicos, de equipamento e de adestramento profissional, estão em condições de manter sua soberania sem maiores limitações e de fazer valer seus interesses em face de toda ordem de pressões.

Neste quadro as nossas Forças Terrestres têm de estar aptas a exercer as seguintes atividades:

- guardar e manter a inviolabilidade da fronteira terrestre e da orla marítima;
- combater o inimigo externo, prevenindo ou repelindo qualquer forma de agressão, seja através de uma ação independente, seja no quadro de uma aliança;
- participar de forças, sob a égide de organismos internacionais, para a manutenção da paz e da segurança continental e mundial.

No que tange à *segurança interna*, já não há quem possa pôr em dúvida que a minoria alienada que pretende destruir o sistema democrático da sociedade aberta em que vivemos e implantar a ditadura totalitária comunista com o apoio de centros de poder na esfera internacional, vem procurando levar até as últimas consequências, principalmente pelo terror e pela violência, o *processo da Guerra Revolucionária, que, como sabeis, é global e total e abrange todas as formas de agressão e de luta contra as instituições que presidem os destinos da pátria*, instituições essas que estamos procurando fazer evoluir progressivamente, adaptando-as às exigências contemporâneas, sem perder os vínculos culturais em que se alicerçam os valores que nortearam e norteiam a civilização ocidental.

Não é problema exclusivo das Forças Armadas a luta contra a subversão. Elas constituem apenas um dos instrumentos de que a nação dispõe para fazer face a este tipo de guerra. Há que se esclarecer que tal instrumento tem sua ação principal, naquele contexto, como fator de integração nacional, e, como força de coerção na fase operativa. A responsabilidade da luta porém cabe a todos os cidadãos e a todos os grupos e principalmente, nas fases preliminares, aos que têm influência direta no desenvolvimento da vida nacional e àqueles que têm ingerência na formação da mentalidade dos brasileiros, em particular, dos brasileiros jovens.

Entretanto, sem embargo dos esforços que têm sido realizados para atribuir o estágio da repressão à subversão aos órgãos policiais, federais (notadamente o Departamento de Polícia Federal) e os estaduais, (essencialmente as Polícias Civil e Militar) — o Exército tem sido levado a participar com suas Forças Irmãs ostensiva e diretamente, de ações de caráter nitidamente policial, o que não é recomendável. Isto tem ocorrido em face do despreparo de grande parte dos órgãos policiais, ainda não estruturados e suficientemente preparados para o cumprimento efetivo de tais encargos, no quadro da segurança interna. Com a criação da Inspeção-Geral das Polícias Militares, sob a jurisdição do Exército, procurou o Governo dispor de um instrumento para, progressivamente colocar as polícias militares estaduais em condições de bem cumprir aqueles encargos,

1671

orientando-as dentro de uma mesma sistemática, fazendo-as compreender a sua responsabilidade na guerrilha urbana e na ação preliminar contra distúrbios urbanos e mesmo rurais.

A melhor estruturação da Polícia Federal que ora se delinha, também tenderá a fazer mudar o atual estado de coisas.

A luz dessas considerações podemos enunciar, agora, qual a atuação do Exército na *segurança interna*:

- participar das ações de defesa interna, no cumprimento da missão constitucional de garantia da lei e da ordem, visando a preservar a unidade nacional e as instituições democráticas;
- colaborar na defesa civil, inclusive prestando socorro nos casos de calamidade pública.

Apresentado, em grandes linhas, o que precipuamente compete às Forças de Terra no quadro da segurança, situemos agora as *atividades do Exército*, que consideramos como *complementares*.

Ao tratarmos das atividades das Forças Terrestres, rigorosamente dentro da destinação constitucional, identificamos setores de atuação que *podem ser considerados como ligados ao desenvolvimento*, mas que, por seus efeitos e implicações, cobrem, a rigor, os dois ângulos da política e da estratégia nacionais.

Queremo-nos referir à contribuição que o Exército presta e continuará prestando, ao já mencionado processo de transformação qualitativa no *campo da educação*, no *campo do aproveitamento dos recursos naturais*, no levantamento e mapeamento do território, no *campo da ação civico-social*, no *campo do desbravamento de áreas ainda não efetivamente incorporadas ao processo civilizatório brasileiro*, no *campo da Ciência e da Tecnologia* e no *campo dos Transportes*, em particular no que incide sobre o Nordeste e áreas pioneiras da Amazônia e da faixa de fronteira terrestre. Evidentemente, o desempenho de atividades dessa natureza só é admitido sem prejuízo de sua finalidade essencial — PROPORCIONAR SEGURANÇA.

3 — O aumento da operacionalidade das forças terrestres — Uma contribuição do desenvolvimento à segurança.

O simples enunciado dos encargos do Exército no quadro de sua finalidade essencial em face da atual conjuntura nacional e internacional, evidencia a necessidade, inadiável e urgente, de modernização e reaparelhamento das Forças Terrestres, de modo que acompanhando a evolução econômico-social da nação, com vistas a compatibilizar a segurança com o desenvolvimento, fiquem elas em condições de bem cumprir sua destinação, *inclusive tornando-as tanto quanto possível e conveniente não dependentes dos parques industriais externos*. E

neste último aspecto que vamos encontrar a comprovação da reconhecida inter-relação existente entre desenvolvimento e segurança, *em termos da real capacidade da nação de fabricar e manter grande parte do equipamento destinado às suas instituições militares.*

É necessário ser dito que o Exército bem como suas Forças irmãs, está no momento equipado com material em grande parte obsoleto, reduzindo sobremodo, sua eficiência operacional, situação a que chegou, como chegaram as outras Forças Armadas, pela irretorquível insuficiência de investimentos para o atendimento de suas necessidades mínimas fundamentais.

As dificuldades financeiras da década dos anos 60, decorrentes do eufórico período de falso desenvolvimentismo, criaram para o país total impossibilidade de conceder às Forças Armadas e dentro delas o Exército o mínimo de meios para investimentos. Só agora, após 6 anos da Revolução Democrática, pôde o Governo, sem quebra do ritmo de progresso voltar suas vistas para melhorar a situação de segurança; foi um risco calculado patrioticamente aceito pelas Forças Armadas, risco que foi consentido em face da favorável evolução da conjuntura no que diz respeito à segurança externa. As instituições militares estão agora satisfeitas com a reversão que se opera e que lhes permitirá fazer face ao componente da subversão em termos altamente favoráveis e atender aos encargos mínimos de segurança externa. Tudo sem espírito armamentista, ou de corrida ao poder, mas encarando tranquilamente e com realismo a conjuntura internacional que nos diz respeito e a atualização do Exército no emprego das novas armas e das novas técnicas.

Dai porque está o Exército empenhado, no período do atual Governo, em alcançar, *como meta estratégica, maior operacionalidade, para ficar em melhores condições de cumprir sua destinação constitucional.*

Neste sentido vários passos já foram dados.

No que tange ao reaparelhamento do Exército, com base no princípio da nacionalização dos equipamentos, sempre que possível, merecem menção especial os aspectos relativos ao material motomecanizado, ao armamento, à munição, e ao material de comunicações.

Quanto ao primeiro, por estímulos partidos do Ministério do Exército, a indústria nacional, através da firma "Engenheiros Especializados S/A" já está capacitada a produzir *transmissões, de categoria especial, destinadas a viaturas militares, para tração em dois ou três eixos*, já tendo sido entregues cerca de 700 viaturas desse tipo, como parte de um plano mais amplo. É de se mencionar que temos conhecimento de que já existe um país, no Oriente Médio, em plena guerra, interessado em adquirir, da ENGESA, a licença de fabricação da transmissão do tipo em questão, o que vem comprovar a alta categoria de tal equipamento nacional.

Ainda no domínio do material motomecanizado é preciso fazer-se referência ao ajuste assinado entre o Ministério do Exército e a ENGESA, para que esta desenvolva o projeto e construção do protótipo de uma viatura mecanizada anfíbia, para fins diversos, entre os quais o de transporte de pessoal. Paralelamente a esse projeto, está sendo desenvolvido diretamente sob a direção de órgãos especializados do Exército, *um protótipo de viatura de reconhecimento mecanizado*. Espera-se para breve, a ultimação da experimentação dos aludidos protótipos, para então, conforme os resultados, ser feita a encomenda à indústria nacional, da cabeça de uma primeira série, havendo também interesse do país citado em obter mais pormenores sobre essa viatura.

No setor de armamento convém assinalar que o Exército formulou uma política global, que se encontra em vias de implantação. Essa política, no que concerne a armamento portátil, adotou o Fuzil Automático, Leve e Pesado, calibre 7,62, calibre esse adotado pelas forças integrantes da OTAN, já em plena produção pela indústria fabril do Ministério do Exército. É mister fazer referência, também, ao fato de que recentemente, buscando acelerar a transferência do "know-how" relativo à construção, no país, em futuro próximo, de *misséis teleguiados*, foi incluído no Projeto Especial de Reaparelhamento a previsão de aquisição, no exterior, dos equipamentos padrões necessários àquele fim.

No que diz respeito à fabricação de munição, em sintonia com a Política Governamental, o Exército — em que pese a existência de suas fábricas de munição, implantadas em verdadeira ação pioneira em época anterior ao atual surto industrial do país — tem procurado estimular e valorizar a indústria privada nacional, pela encomenda de parte da munição necessária ao seu reaparelhamento, com vistas a transferir progressivamente para aquela, os encargos industriais em pauta, hoje ainda sob a responsabilidade direta do Ministério do Exército.

Finalmente, no concernente a material de comunicações necessários às nossas unidades há que assinalar que o Ministério, apesar de possuir indústria específica própria, está estimulando sua fabricação pela Indústria Civil, firmando contratos com a IMBELSA, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, WHINNER S/A, TELEFUNKEN e MATELIN, para o desenvolvimento e fabricação de diversos tipos de equipamentos de comunicações usados em campanha. Nesta oportunidade convém dizer, de público, que a implantação de uma indústria nacional de equipamentos militares de comunicações, embora plenamente viável, apresenta óbices não intransponíveis, mas que estão exigindo daqueles que se lançaram ao cumprimento da tarefa, muito esforço para levar avante a empresa, e continuará a exigir, dos que os sucederem, a firme determinação de prosseguir no cumprimento dessa obra de redenção nacional.

Para encerrar esta notícia sobre o reaparelhamento do Exército cumpre fazer referência à obtenção de equipamentos ditos pesados, tais como obuses para a artilharia e carros de combate. Estudos mais recentes parecem indicar não ser ainda compensador, em face do alto custo do material e limitado número de unidades de que necessita o Exército, produzi-los agora pela indústria nacional. Mesmo admitida a instalação de uma linha de montagem de tais engenhos, com o propósito de sustentá-la posteriormente, através da exportação, não se podem negar os óbices existentes para penetrar no já saturado mercado internacional de armamentos, onde não pretendemos competir. Assim, julga-se que nos próximos anos o Exército deva ainda importar os equipamentos bélicos da categoria pesada.

4 — Áreas de atuação do Exército onde coincidem o desenvolvimento e a segurança.

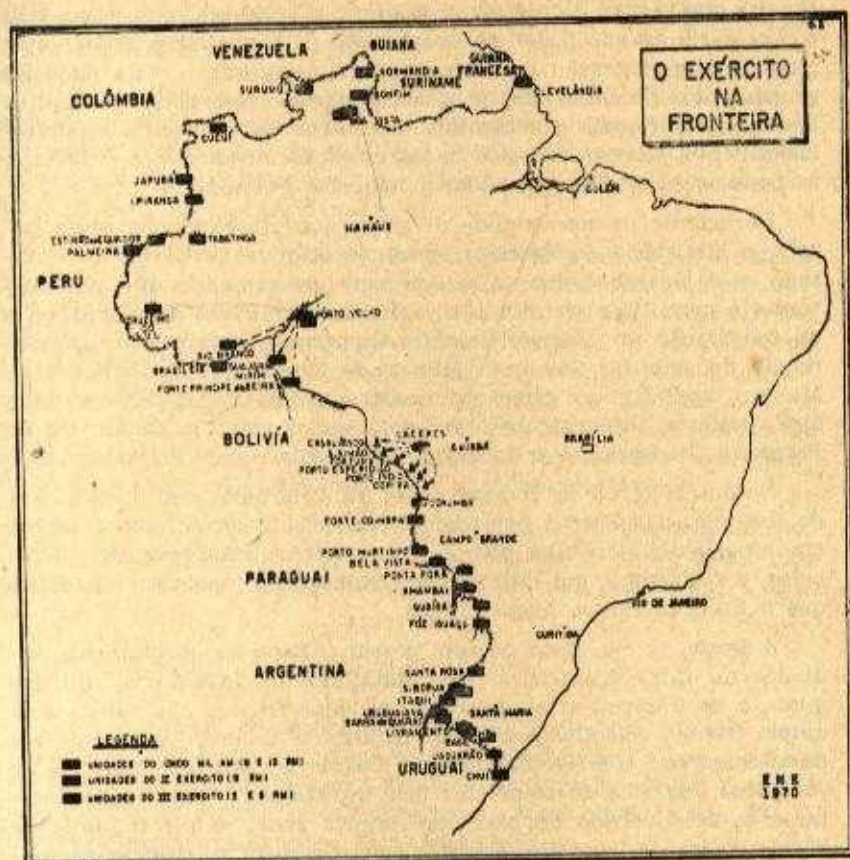
Quando se analisa as atividades do Exército, identificam-se setores de atuação, que, por seus efeitos e implicações, cobrem, simultaneamente, os dois ângulos da política e da estratégia nacional. Queremo-nos referir à contribuição sem dúvida da alta valia, que as Forças Terrestres estão prestando ao já mencionado processo de transformações qualitativas das estruturas.

Entre os vários campos de atuação abrangidos nesse setor, deter-nos-emos naqueles que consideramos mais significativos, com vistas aos propósitos desta Conferência.

4.1 — *Ação pioneira em áreas ainda não desbravadas ou em desenvolvimento*

De início há que se fazer referência à ação colonizadora que o Exército exerce, com verdadeira paixão, em zonas ainda não desbravadas, principalmente nos imensos espaços vazios da Amazônia e no oeste de Mato Grosso, que apesar de politicamente sob a jurisdição brasileira, ainda não estão efetivamente incorporadas ao processo civilizatório nacional, com a agravante da ameaça que potencialmente existe, derivada de possível cobiça por parte de interesses estrangeiros no país.

É sobre a mencionada área que se volta hoje o tradicional pioneirismo das instituições militares, a que muito deve a nação desde os primeiros momentos de sua fundação e organização, exercendo verdadeira ação de vanguarda, depois aprofundada pelas forças civis da sociedade brasileira. Neste quadro há dois aspectos distintos a focalizar, embora se interpenetrem e se inter-relacionem por seus efeitos — a *ocupação*, através da instalação de núcleos que marquem a presença viva e efetiva do BRASIL naquela área, e o *sistema de comunicações*, aí incluídos os transportes, entre esses núcleos e os centros de poder do país.



No que tange à *ocupação*, cumpre assinalar que as Forças Terrestres vêm expandindo sua ação ao longo da faixa da fronteira setentrional e ocidental da Amazônia, numa extensão que cobre cerca de 11.000 km, portanto, superior de muito à nossa fronteira marítima, e que nos põe em contacto com a expansão civilizatória, em processo, dos povos das Guianas, da Venezuela, da Colômbia, do Peru e da Bolívia.

Possui o Exército na Amazônia, desdobrados nos pontos estratégicos essenciais, com vistas à Segurança e à Integração nacional, uma companhia de fronteira e três Comandos de Fronteira de valor batalhão, cujos elementos estão articulados em postos de valor de pelotão ou companhia capazes de se expandirem, quando se tornar necessário, seja organicamente, seja com reforço vindo do interior do país. (Quadro n.º 1). Convém pôr em destaque que estes bastiões da defesa nacional — ao mesmo tempo embriões de pólos de desenvolvimento — encontram-se de Manaus, em linha reta, a dis-

tâncias que variam de 650 km, a mínima, a 1.400 km, a máxima. Não é necessário grande poder de imaginação para avallar o esforço exigido da administração do Exército para assegurar a vida daqueles agrupamentos humanos que, pela sua presença organizada, balizam os limites setentrionais e ocidentais da Pátria na Amazônia e, simultaneamente, servem de pólos de aglutinação, *nitidamente brasileira*, às populações esparsas que vivem naquelas imensidões.

Consciente da necessidade de prosseguir na expansão dessa tarefa, o Ministério do Exército acaba de criar, a partir do ano passado, e de instalar uma infra-estrutura de comando que pretende venha a permitir a mencionada expansão em termos de segurança e de cooperação ao desenvolvimento. Queremo-nos referir à transferência da sede do Comando Militar da Amazônia, de Belém para Manaus, implicando a criação de mais uma Região Militar, com todo o seu sistema administrativo de apoio, e aos três (3) Comandos de Fronteira: de Roraima, o do Acre — Rondônia e o do Solimões.

No que se refere às comunicações na Amazônia, sem dúvida obra de conjunto das Forças Armadas, é essencial fazer-se uma referência especial ao trabalho que a Força Aérea Brasileira, em particular, e a Marinha, em menor base, realizam em apoio às atividades que o Exército exerce naquela área.

A Oeste, já em Mato Grosso, possui o Exército, diretamente sediados na faixa fronteiriça, dois Batalhões de Infantaria, um dos quais, o de Cáceres, articulado em pequenas frações abarcando uma ampla frente; uma Companhia de Infantaria também articulada em destacamentos; três Regimentos de Cavalaria, um dos quais, o de Amambai, em vias de completar sua transferência de região já altamente desenvolvida do país para aquela zona, e, que compreende vários postos de fronteira. Há ainda que se fazer referência ao histórico Forte de Coimbra, que continua a prestar serviços à nação.

Na área mato-grossense há dois aspectos a focalizar; O primeiro diz respeito à crescente intensificação de problemas fronteiriços, e o segundo se relaciona com as implicações da abertura ao tráfego da rodovia Cuiabá — Porto Velho e a implantação de seu prosseguimento em direção a Cruzeiro do Sul, no Acre. Os estudos em decorrência do primeiro aspecto poderão levar à necessidade de criação de um Comando Militar de Área, independente, abarcando a fronteira oeste. Quanto ao segundo aspecto, é de se notar que a nova penetrante rodoviário passou a gerar efeitos no domínio das comunicações com repercussões profundas na economia da região, onde o abastecimento anteriormente sujeito à zona de influência da rede fluvial da Amazônia agora se faz principalmente pelo sul. Assim, o território de Rondônia, ainda ligado ao Comando Militar da Amazônia, já gravita economicamente mais em torno da área Campo Grande-Cuiabá, do que de Manaus. Em futuro não muito remoto o mesmo ocorrerá com o Acre. Todos esses fatos novos estão sendo con-

siderados na organização dos futuros comandos de áreas das Forças Terrestres naquela região.

Julgamos que o rápido esboço que acabamos de fazer quanto à atuação do Exército em áreas ainda não desbravadas, tenha logrado transmitir a relevância do papel das Forças Terrestres, com o apoio da Aeronáutica e da Marinha, numa região com reflexos em mais de 50%, da área do território nacional.

Para completar esse exame sobre a ação do Exército na fronteira terrestre, temos que situar o papel por ele exercido na fronteira SW e S do país, que se reveste hoje de características sensivelmente diferentes das assinaladas na Amazônia e na zona de Mato Grosso. No Paraná onde a fase de pionerismo foi recentemente ultrapassada, as unidades de Foz do Iguaçu, de valor de batalhão e a de Guaira, no valor de companhia, constituem a base do sistema de vigilância numa fronteira que se transforma rapidamente, acarretando os mais complexos problemas para a segurança interna.

Já no Rio Grande do Sul o aspecto é outro, pois estamos em face de uma fronteira humanizada e completamente estabilizada, dispondo para guardá-la, de unidades sediadas em pontos que a História balizou.

4.2 — Ação no Campo dos Transportes

Eis um campo de atuação das Forças Terrestres, via de regra muito bem conhecido, não só pelos que se debruçam sobre o estudo dos problemas nacionais, como também do grande público e muito bem exposto em conferências anteriores pronunciadas nesta Escola pelo ex-ministro do Exército, Gen Lyra Tavares.

O Exército, sem mencionarmos o serviço que no passado já prestou à Nação no setor dos transportes, presentemente, coopera na implantação de rodovias e ferrovias em todo o território nacional, através de sete (7) Batalhões de Construção, dois (2) Batalhões Rodoviários, um (1) Batalhão Ferroviário, uma (1) Companhia e três (3) Comissões de Estradas de Rodagem, empregando no corrente ano, pelo orçamento do Ministério dos Transportes, a soma de 164 milhões de cruzeiros.

No quadro geral da participação do Exército neste setor, há que se fazer duas menções especiais: a primeira diz respeito ao papel que o 1.º Grupo de Engenharia vem realizando no Nordeste através de seus quatro batalhões, cuja ação não se limita à construção de vias de transporte em si, pois sua presença naquela região redundava numa verdadeira atividade psicossocial, não só pela participação em projetos ligados ao plano nacional de habitação, mas também, e sobretudo, pelo apoio que presta às populações locais, principalmente em situações de emergência; o outro aspecto digno

de menção, refere-se à *construção de rodovias em áreas em desbravamento e que asseguram a integração dessas áreas aos centros de poder do país. Neste quadro merecem citação:*

- a construção da penetrante Cuiabá — Pôrto Velho — Cruzeiro do Sul (Acre), com o trecho Cuiabá — Pôrto Velho já aberto ao tráfego, e o restante em vias de implantação devendo-se notar que essa penetrante se articulará com a Rodovia Interamericana, cognominada "Estrada Marginal da Selva", em Pucallpa, no Peru;
- a construção do eixo Manaus — Boa Vista (Roraima), com prolongamentos e em busca da fronteira do Brasil com a Venezuela e com a Guiana, já estando construído um trecho ligando o terminal fluvial do Rio Branco, em Caracará, com Boa Vista.

Finalmente, convém assinalar que no recente projeto de Integração Nacional, através da construção da Transamazônica e da rodovia Cuiabá-Santarém, segundo os entendimentos que se processam, também o Exército estará presente, em condições que acabam de ser fixadas e que levaram à criação de mais dois batalhões de construção por transformação de dois batalhões rodoviários além da constituição de novo Grupamento de Engenharia na Amazônia. Ao Exército, caberá a construção da penetrante Cuiabá-Santarém, o trecho da Transamazônica a W dessa penetrante e a ligação com a rede rodoviária nordestina a L da Belém-Brasília.

4.3 — Ação no Campo da Ciência e Tecnologia

Grande vem sendo o esforço das Forças Armadas, de um modo geral, no domínio da Ciência e Tecnologia, seja para uso próprio, seja como contribuição ao esforço nacional neste sentido.

De início há que fazer referência ao serviço relevante que vêm prestando à nação, fora dos quadros orgânicos das respectivas Forças, os oficiais que tiveram sua formação técnico-científica nos estabelecimentos militares de ensino e por vezes, posteriormente aperfeiçoadas pela frequência a curso de pós-graduação em institutos tecnológicos de nações altamente desenvolvidas. É sabido que tanto os Órgãos governamentais, como as empresas privadas disputam o concurso de tais elementos, pela alta categoria profissional de que são dotados.

Felta esta referência indispensável, podemos apresentar uma síntese das atividades do Exército neste campo.

O Ministério do Exército, pioneiro em vários campos de tecnologia, possui estruturalmente um Órgão destinado ao desenvolvimento tecnológico, a Diretoria de Pesquisas e Ensino Técnico, compreendendo,

essencialmente, o Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento e o Instituto Militar de Engenharia.

O Exército está empenhado em intensificar, em campos prioritários, a pesquisa e o desenvolvimento técnicos, dirigidos no sentido de aumentar seu grau de operacionalidade e de simplificar a execução dos suprimentos mediante a obtenção de armamentos e de equipamento técnico no mercado interno do país. Os recursos atribuídos ao Ministério neste setor destinam-se ao pagamento de serviços de pesquisadores, aquisição de matérias-primas, estabelecimento de convênios com entidades civis especializadas, bem como a aquisição de equipamentos estrangeiros acompanhados por substancial transferência de "know-how" necessária à posterior fabricação através da indústria nacional.

Presentemente, a Diretoria de Pesquisa e Ensino Técnico tem a seu cargo, especificamente, a missão de desenvolver estudos e pesquisas que possibilitem a fabricação no Brasil de vários equipamentos, entre os quais um Carro Blindado de Reconhecimento sobre rodas; e Metralhadora de 7,62mm, uma Equipagem de Ponte Brasileira e mísseis terra-terra e terra-ar.

Para concluirmos este panorama da atuação do Exército no campo da ciência e da tecnologia precisamos fazer duas referências. A primeira diz respeito à alta categoria de produtos das Fábricas de Estrêda e de Piquête, estabelecimentos que vêm contribuindo para incremento industrial do país pela fabricação de pólvoras e explosivos de larga aplicação no meio civil, para os fins mais diversos; bem como de subprodutos como o cloro e o ácido sulfúrico. Para revelar dado indicador do volume de comercialização da indústria militar, podemos citar que nos primeiros quatro meses do corrente ano, só Piquête vendeu à indústria civil cerca de sete milhões de cruzeros. A segunda se refere ao convênio ultimamente firmado entre o Ministério do Exército e o BNDE, que permitirá utilizar os diversos órgãos da DPET para contribuir em áreas relevantes do desenvolvimento nacional no domínio científico e tecnológico.

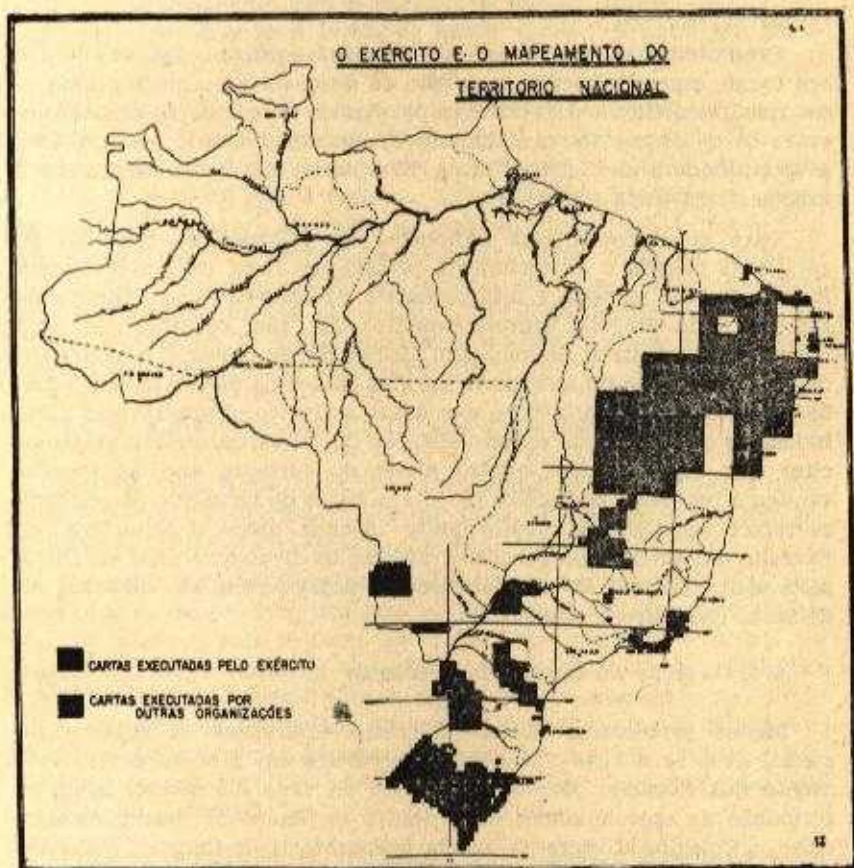
4.4. — Ação no Campo da Educação

Menos sofisticado, porém de maior amplitude e repercussão social, situa-se a ação das Forças Terrestres em prol do desenvolvimento dos *Recursos Humanos*, através da rede de ensino, leigo da formação de especialidades civis dentro do Exército. Assim, cumpre citar os Colégios Militares, a Escola Preparatória de Cadetes, o Centro de Estudos de Pessoal, os cursos especializados de diversas categorias, tais como, de mecânico de viaturas, mecânico de rádio, de enfermeiros, além do preparo de mão-de-obra civil especializada, durante o tempo de serviço militar, visando à indústria, à agricultura e à pecuária. Finalmente, mencionaremos a experiência da aplicação de teste

de vocação civil, que o Exército está fazendo com os convocados para a seleção, em convênio com a Fundação Getúlio Vargas.

4.5 — Ação no campo da cartografia

O mapeamento do território nacional sempre constituiu uma preocupação do Ministério do Exército, atividade que, no passado, desde 1903, exerceu em caráter precursor e pioneiro, e que hoje continua a exercer com ênfase especial, em associação com outros organismos nacionais, públicos e particulares.



O Quadro n.º 2, Anexo, indica o resultado desse trabalho. Dê-se destaque com impressionante nitidez, o quanto se tem a fazer em matéria de cartografia em um Brasil praticamente desconhecido.

QUADRO Nº 3

Visão estatística da Destinação dos Recursos Financeiros Atribuídos às Forças Armadas para o Exercício de 1970

RECURSOS ATRIBUÍDOS ⁽¹⁾ EM CRS				
EMFA	AERONÁUTICA	EXÉRCITO	MARINHA	TOTAL
12.245.000	947.900.000	1.545.000.000	827.000.000	3.432.145.000

RECURSOS EXCLUSIVAMENTE DESTINADOS AOS PROGRAMAS DE "DEFESA E SEGURANÇA"					
EMFA	AERONÁUTICA	EXÉRCITO	MARINHA	TOTAL	% sobre os recursos totais atribuídos
1.450.000	602.000.000	1.200.000.000	472.000.000	2.281.450.000	66,5%

RECURSOS DESTINADOS A OUTROS PROGRAMAS QUE SE VINCULAM MAIS DIRETAMENTE AO DESENVOLVIMENTO						
Órgão Setor	EMFA	AERONAUTICA	EXÉRCITO	MARINHA	TOTAL	Sobre os recursos totais atribuídos.
Assessoria e Previdência	----	124.000.000 ⁽²⁾	444.800.000 ⁽²⁾	100.000.000 ⁽⁴⁾	764.800.000	
Ciência e Tecnologia	-----	2.500.000	-----	2.000.000	4.500.000	
Comunicações	-----	300.000 ⁽³⁾	2.000.000 ⁽⁴⁾	-----	2.300.000	
Educação	-----	11.500.000 ⁽⁵⁾	1.800.000 ⁽³⁾	6.000.000 ⁽³⁾	19.400.000	
Energia	-----	480.000 ⁽²⁾	200.000 ⁽⁶⁾	-----	680.000	
Instalação e Planejamento Urbano	2.800.000	17.500.000	15.700.000	7.500.000	43.500.000	
Indústria	-----	10.800.000 ⁽⁷⁾	-----	-----	10.800.000	
Saúde e Bem-estar	2.000.000	23.100.000	2.000.000	23.900.000	48.000.000	
Transporte	-----	133.100.000 ⁽⁸⁾	400.000 ⁽⁹⁾	99.000.000 ⁽¹⁰⁾	232.500.000	
				TOTAL	1.147.050.000	33,4%

RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS VINCULADOS A SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					TOTAL	% sobre os recursos totais atribuídos
EMFA	AERONÁUTICA	EXÉRCITO	MARINHA	3.645.000	0,1%	

1 - Fonte: Orçamento da União - MINPLAN/70 - Em números arredondados.

2 - Inclui as despesas com inativos e pensionistas.

3 - Proteção ao voo.

4 - Rede Fias. Cooperas para integração nacional.

5 - Ensino primário, secundário e superior técnico.

6 - Falsa de Fronteira - Colonização.

7 - Fomento à Indústria Nacional e Manutenção.

8 - Infra-estrutura e Estrutura de Aeroportos e Proteção ao Voo.

9 - Navegação Fluvial na Amazônia

10 - Infra-estrutura de navegação Marítima e Fluvial.

5 — Recursos Financeiros Atribuídos ao Exército

A esta altura de nossa exposição, torna-se oportuno fazer uma análise do vulto dos recursos financeiros atribuídos ao Exército, tendo em vista avaliar a sua adequação ao preparo desse instrumento da Política de Segurança Nacional.

Há os que, por má fé ou ignorância dos fatos, assoalham que as instituições militares consomem recursos que melhor poderiam ser canalizados para programas ligados ao desenvolvimento, partindo, naturalmente, do pressuposto, de forma alguma verdadeiro, de que todo o orçamento dos ministérios militares destina-se à "Defesa e Segurança", e possui um vulto exagerado.

Antes de focalizarmos a questão no que se relaciona especificamente ao Exército, examinemos o panorama nas Forças Armadas. A verdade é que as despesas anuais com as Forças Armadas do país, não chegam a atingir a dois vírgula três por cento (2,3%) do Produto Interno Bruto (PIB), nelas incluindo dispêndios não necessariamente vinculados à Defesa e Segurança. Poder-se-ia aqui fazer uma comparação com as taxas vigentes em outros países, pela qual seria evidenciada a baixa quota que o Brasil credencia às suas Forças Armadas para fins exclusivos de "Defesa e Segurança". Entretanto, tal comparação, sob muitos aspectos, é falaz, por não se alicerçar num mínimo de racionalidade, capaz de lhe conferir autenticidade, pelos múltiplos fatores a serem considerados, todos variáveis, em função do "status" nacional e internacional de cada país considerado.

O que nos pode ser útil, e mesmo esclarecedor, neste momento, é uma visão do destino dos recursos financeiros atribuídos às Forças Armadas como um todo, para bem avaliar a sua adequação em face das necessidades inadiáveis de reaparelhamento e adestramento.

Tomando por base o corrente exercício financeiro, foi organizado o Quadro n.º 3 anexo, pondo em evidência que, dos recursos atribuídos às Forças Armadas, *cêrca de sessenta e seis vírgula cinco por cento (66,5%) são destinados especificamente a programas de "Defesa e Segurança" e cerca de trinta e três vírgula quatro por cento (33,4%) são aplicados em programas mais diretamente vinculados ao desenvolvimento e aos setores de Assistência e Previdência (incluindo o pagamento a inativos e pensionistas) da Ciência e Tecnologia, das Comunicações (Rêde Rádio fixa do Exército, Proteção ao Voo), da Educação (Ensino Primário, Secundário e Superior Técnico), da Energia (Colonização na Faixa de Fronteira), da Habitação e Planejamento Urbano, da Indústria, da Saúde e Saneamento, dos Transportes. A percentagem restante, de 0,10% refere-se a programas vinculados*

a serviços administrativos. Esses dados, que representam uma tendência nos últimos anos, comprovam que apenas uma parte do orçamento militar (66,5%) é realmente destinada a programas da categoria de "Defesa e Segurança", o que, por sua insuficiência, como já foi assinalado, tem levado as Forças Armadas a se privarem do atendimento de suas necessidades fundamentais de investimentos e outros custeios, conscientes das prioridades que deviam ser dadas, nos últimos anos, aos programas de desenvolvimento do país.

Quanto ao que diz respeito ao Exército, foi realizado no ano passado, na Diretoria-Geral de Economia e Finanças, uma análise de sua evolução orçamentária, para identificação das causas que levaram à descapitalização do Exército no decorrer dos dois últimos decênios e conseqüente perda de dinamismo, quer operacional, quer administrativo. O resultado permitiu avaliar e dimensionar as necessidades de reformulação dos planejamentos adotados tendo em vista o nível de eficiência desejado para o futuro.

Um dos principais resultados da análise foi evidenciar a insuficiência de recursos empregados em "Investimentos" e "Outros Custeios" em relação às despesas com "Pessoal", no período de 1950 a 1969, quando foram gastos, em média, 83,5% com Pessoal, 5,5% com Investimentos e 11,0% com outros Custeios.

Mesmo levando em conta que numa força armada a despesa com o pessoal — sua principal matéria-prima — tem de ser elevada, o problema se afigura mais grave, se comparada nossa estrutura orçamentária naquele período, com o de outros Exércitos, conforme os dados contidos no quadro que se segue:

Quadro n.º 4. Estudo comparativo da estrutura orçamentária das Despesas Militares em diversos países, nos últimos anos.

	BRASIL	FRANÇA	ALEMANHA	E.U.A.
Pessoal	83,5%	53,5%	31,5%	31,1%
Outros Custeios	11,0%	20,4%	34,5%	28,2%
Investimentos	5,5%	36,1%	34,0%	40,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Vê-se, assim, que o crescimento orçamentário do Exército foi, de forma quase permanente, absorvido no dispêndio com pessoal. E não

por substancial aumento de efetivo, mas por acréscimos salariais que compensavam o aumento do custo de vida no descompasso inflacionário.

A grosso modo, duas linhas de ação poderiam ser consideradas para reverter aquela situação a curto prazo:

- pela diminuição dos dispêndios com pessoal (redução de efetivos), em favor dos dispêndios em investimentos;
- pelo aumento dos orçamentos no "quantum" necessário aos investimentos, e outros custeios, mantidos os dispêndios com pessoal.

Em ambos os casos seria modificada a estrutura orçamentária com o conseqüente aumento da taxa de investimentos. Se continuássemos a ter uma estrutura em que essa taxa fôsse igual à média dos últimos vinte anos (5,5%), só em 1985 poderíamos recompletar as faltas atuais que, evidentemente, já teriam sofrido a ação do desgaste progressivo.

Para que em 1975 tenhamos o Exército reaparelhado em condições de bem cumprir sua destinação constitucional em face dos fatores conjunturais em presença, torna-se necessário ter, no mínimo, uma taxa de investimentos anual de 14,4%.

Por outro lado, *a alternativa de redução de efetivos*, em termos globais, em favor dos dispêndios em investimentos, implicaria um risco totalmente desaconselhável. Isto porque, os encargos atribuídos ao Exército por sua natureza e em face das dimensões continentais de nosso país indicam, de maneira irretorquível, que, no mínimo, seja mantido, no momento o atual teto em efetivos atribuído ao Exército. Admite-se, entretanto, que através da modernização da atual estrutura — como, aliás estamos procedendo — possa obter com o mesmo teto, um Exército mais eficiente, em termos de operacionalidade.

Ademais, cumpre consignar que o Brasil apresenta no quadro dos países ocidentais — América e Europa — uma das menores proporções entre a população existente e o efetivo do respectivo Exército, como se pode verificar da análise do quadro número 5, com dados referentes ao período 1968/1969, mesmo entre as potências não comprometidas em pactos militares:

O EXÉRCITO COMO INSTRUMENTO DA AÇÃO POLÍTICA NACIONAL

QUADRO N.º 5 — Estudo indicativo da proporção população/efetivo do Exército em diversos países.

PAÍS	POPULAÇÃO	EFETIVO DO EXÉRCITO	SOLDADOS POR 1.000 HAB	OBS
Argentina	23.706.000	80.000 (1)	3,3	Potências não comprometidas em pactos militares.
Bolívia	3.800.000	13.000 (1)	3,1	
Brasil	90.300.000	160.000 (1)	1,7	
Chile	8.935.000	28.808 (1)	3,2	
Colômbia	19.773.000	30.000 (1)	1,5	
Cuba	7.900.000	43.000 (2)	5,5	Potências comprometidas em pactos militares.
França	50.400.000	328.000 (3)	6,5	
Alemanha Ocidental	58.500.000	326.000 (3)	5,4	
Alemanha Oriental	17.200.000	85.000 (3)	5,0	
EE.UU	201.000.000	1.535.000 (3)	7,6	
URSS	235.000.000	2.000.000 (3)	8,4	
Canadá	20.700.000	41.500 (3)	2,0	

(1) Fonte — EME

(2) Fonte — Armed Forces of the World

(3) Fonte — The Institute For Strategic Studies The Military Balance 1968/69

O terceiro Governo da Revolução, analisando o problema, decidiu manter os efetivos e assegurar ao Exército os acréscimos de recursos necessários ao seu reaparelhamento.

E dentro dessa decisão empenha-se, hoje, o Exército no planeamento da aplicação, com sabedoria, dos investimentos destinados ao seu reequipamento e na redução de custos das demais atividades secundárias, procurando sempre, obter e manter a verdade orçamentária no que tange aos "outros custeios".

Em decorrência da nova política económico-financeira adotada pelo Ministério do Exército, e admitindo-se o pleno fornecimento dos recursos programados, lograr-se-á, no período 1970/1971, o início da reversão de tendências quanto à estrutura de despesas, como indica o quadro que se segue e que representa apenas uma previsão quanto ao ano de 1971.

Quadro n.º 6. Estrutura orçamentária das despesas do Ministério do Exército para o período 1970-1971 (Previsão)

	1970	1971
Pessoal	73,1%	61,0%
Outros Custeios	9,9%	18,0%
Investimentos	17,0%	21,0%
Total	100,0%	100,0%

6 — As Operações Psicológicas

Em face da própria natureza da Guerra Revolucionária, que como foi dito, se reveste de um aspecto global e total, no qual a luta pela conquista das mentes constitui seu traço marcante, inclusive na sua forma indireta mais atual, qual seja a da implantação do terror pela violência — é preciso atuar intensamente, e com inteligência, no domínio psicológico, seja para preparar o espírito dos que são alvo da sistemática ação adversa, seja para agir diretamente sobre o ânimo do inimigo interno, no sentido de confundi-lo e de quebrar-lhe, mesmo, a vontade de lutar.

Aí se situam o que denominamos *operações psicológicas*.

Como é fácil de se compreender, o planeamento e a conduta das operações psicológicas, com aquela finalidade, não são da alçada exclusiva das instituições militares, pois trata-se de um problema de

conotação global, abrangendo todos os setores da Nação e, portanto, envolvendo a responsabilidade de todas as instituições nacionais e de todos os brasileiros, que devem ter suas ações devidamente coordenadas.

Entretanto, fiéis à sua destinação constitucional, e por estarem cientes e conscientes da ameaça que representa para a segurança da Pátria a existência de um mecanismo de pressão psicológica desencadeado pelo Comunismo Internacional sobre a mente dos brasileiros — *no fundo, uma verdadeira guerra psicológica* — as Forças Armadas vêm procurando alertar os órgãos responsáveis para a necessidade de nos organizarmos para travar o combate, neste terreno, em situações vantajosas.

Nesta matéria como dado indicador da gravidade da questão, mencionaremos a elevada percentagem de jovens enredados na tela da subversão e do terrorismo. Como índice expressivo, revelador da vulnerabilidade dos mesmos à ação psicológica adversa, cumpre assinalar que a idade média dos comprovadamente comprometidos com essas atividades é de 23 anos, e que os estudantes constituem cerca de 33% dos que ultimamente foram detectados pelos órgãos de segurança, sem contar os que foram impregnados ainda como alunos e os que exercem outra atividade básica. Ademais, entre aqueles jovens a maioria está vinculada a institutos de ensino de Filosofia e Ciências Sociais. Já a responsabilidade dos professores, dos reitores, e diretores de escolas, dos pais, dos órgãos que formam a opinião pública, dos homens de empresa, da Igreja, do Governo. Reconhecemos, que esse setor, o da educação dos jovens secundaristas e universitários, escapa à ação direta das instituições militares, mas mesmo assim, fizemos questão de registrar o fato no quadro do problema que estamos focalizando, tal a gravidade que atribuímos a esse crime que se está cometendo contra o futuro de nosso país.

No que tange à sua própria esfera de ação, o Exército está em plena fase de sistematização do planejamento e da conduta das ações psicológicas, visando a;

- (1) manter os quadros e a tropa perfeita e permanentemente informados sobre o verdadeiro papel das Forças Armadas no combate à subversão, desenvolvendo e aprofundando, em seus integrantes, o sentimento democrático dentro da moral cristã de nossos maiores e esclarecendo-os quanto aos propósitos da doutrinação e da ação do Comunismo Internacional. Neste sentido as *Diretrizes Gerais de Ensino e Instrução, baixadas pelo Estado-Maior do Exército para o biênio 1970-1971*, prescrevem claramente que a instrução do Exército, entre outros fatores, deve orientar-se por forma a "desenvolver uma ação psicológica sobre oficiais e praças, para que o Exército, como

um todo, sinta o clima da guerra revolucionária existente e a tendência de agravamento das ações de elementos subversivos, a fim de que a vigilância seja contínua e eficaz e as reações oportunas e com a violência que se fizer necessária”;

- (2) obter o apoio indispensável da população civil, no cumprimento de sua missão precípua, principalmente assegurando uma imagem favorável quanto à atuação das Forças Armadas;
- (3) cooperar no esclarecimento das lideranças civis, por forma a capacitá-las a desenvolver, na população brasileira, o espírito de luta contra a guerra psicológica de inspiração comunista;
- (4) conduzir, com oportunidade, a guerra psicológica sobre participantes da subversão, de forma a enfraquecer seu moral, romper sua coesão e neutralizar a propaganda ideológica por eles desenvolvida;
- (5) estimular, em cooperação com as autoridades civis, o espírito comunitário, como um dos recursos mais efetivos no estabelecimento de uma verdadeira vivência democrática.

7 — Conclusão

É tempo de terminar. No curso desta exposição empenhamo-nos em fornecer aos ilustres estagiários que nos honram com sua atenção, dados e informações que possam servir de subsídio à formulação de um juízo honesto sobre o papel do Exército, na atual conjuntura, como instrumento da política nacional.

No período de debates que se seguirá, estamos prontos não só a aprofundarmos as considerações feitas no curso da conferência, como também a ouvir, com respeito e atenção a contribuição que porventura, alguns dos senhores venham a considerar oportuno oferecer ao conferencista, num verdadeiro diálogo, franco e leal, entre brasileiros que estão engajados numa luta sem quartel em prol da grandeza de nossa Pátria.

A Revolução de 31 de março veio trazer ao povo brasileiro a consciência de que desenvolvimento não pode ser confundido com o desenvolvimentismo eufórico que imperou na década dos cinquenta e que o almejado progresso só pode ser conseguido se houver tranqüilidade proporcionada pela Segurança.

E porque conhecemos o nosso povo, e porque conhecemos sua formação democrática e cristã, e porque sabemos que nunca se acovardará em face dos obstáculos que impeçam a marcha de sua pátria para o desenvolvimento, cremos no futuro do Brasil.

O Exército (Guarnição do Rio de Janeiro) No dia 15 de Novembro de 1889

Gen Bda EPAMINONDAS FERRAZ DA CUNHA

1. No início do ano de 1889, a guarnição da Côrte — no que tange às forças terrestres — era constituída de seis Batalhões de Infantaria, dois Regimentos, sendo um de Artilharia e outro de Cavalaria, e um Batalhão de Engenheiros. No Arsenal de Guerra (atual Museu Histórico) havia uma Companhia de Aprendizes Artífices, e na Fortaleza de São João, uma Companhia de Depósito de Aprendizes Artilheiros; na Praia Vermelha, aquartelava-se a Escola Militar, e em São Cristóvão, a Escola Superior de Guerra.

2. Dos seis Batalhões de Infantaria, três haviam sido criados no ano anterior, e seus efetivos, em grande parte, originavam-se dos outros três.

Os 1.º, 7.º e 10.º BI eram Batalhões que tinham “parada” no Rio de Janeiro havia muitos anos. Constituíam-se de oito Companhias, organização condenada pelo Brigadeiro Severiano Martins da Fonseca — irmão de Deodoro — que em 1881, ao tratar da reorganização do Exército, assim se expressou sobre o assunto:

“... Possuímos 21 batalhões de infantaria, com oito companhias cada um, isto é, cada um dos nossos batalhões de infantaria tem oito unidades orgânicas, oito unidades de combate, porquanto somente a companhia é a maior fração de tropa de organização permanente que pode, em ordem dispersa, ser dirigida diretamente por seu chefe habitual; demais é por companhias que as unidades táticas se empenham em luta...”

Severiano achava demasiado o número de “unidades de combate” subordinadas à imediata ação de comando de um único chefe e diz:

“... as ordens somente poderão ser claras, os objetivos bem determinados, as missões das unidades de combate bem discriminadas, quando o superior só tem de dirigir-se a reduzido número de subordinados imediatos...”

Isto porque,

"... as faculdades humanas não vão além de certos limites, e já não é pequena a tarefa de coordenar criteriosamente, e a propósito, os esforços, a ação e a intervenção de quatro unidades orgânicas,"

Dai, propor Severiano:

"... à semelhança do adotado em tôdas as nações militares, e constituídos por "corpos de infantaria" que não deveriam ter mais de quatro companhias e, dois destes, com um só estado-maior e menor, que se formassem os regimentos de infantaria em número de vinte".

Sete anos haviam de decorrer para que fôsse concretizada a opinião de Severiano da Fonseca, quanto à redução do número de Companhias por Batalhão. Porém, somente vinte e sete anos depois surgiriam os Regimentos de Infantaria, criados por outro Fonseca, sobrinho daquele: o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca.

3. Com os efetivos das Companhias extintas dos 1.º, 7.º e 10.º Batalhões de Infantaria, são organizados os 22.º, 23.º e 24.º BI, também com sede na Córte.

Os Regimentos eram o 2.º de Artilharia a Cavalo e o 1.º de Cavalaria. Aquartelavam-se ambos em São Cristóvão (área do atual CPOR), em casernas contíguas, no local do antigo curtume que fôra adquirido, juntamente com um palacete fronteiro (área do atual Batalhão de Guardas), do grande Barão de Mauá. Nesse palacete estava instalada a Escola Superior de Guerra.

Quanto ao Batalhão de Engenheiros, estacionava em Realengo, após ter tido como caserna, por muito tempo, o imóvel da Escola Militar da Praia Vermelha.

4. Como vimos, ao iniciar-se o ano da proclamação da República, o Rio contava com seis Batalhões de Infantaria. Entretanto, ao lermos os relatos sobre a revolução do "15 de Novembro", verificamos que a tropa conduzida, de primeiro por Benjamin, e depois por Deodoro, para a luta no Campo da Aclamação, se constituía, tão somente, de Cavalaria e Artilharia. Contava, certamente, com o apoio irrestrito e entusiástico da mocidade da Escola Militar da Praia Vermelha; mas, dela estava distante, separada por toda uma cidade de traçado colonial, em cuja área central se localizavam as forças do governo — Marinha, Exército, Bombeiros e Polícia — de efetivo superior aos dos revolucionários.

Onde e com quem estavam aqueles seis Batalhões de Infantaria existentes no início de 1889, no Rio de Janeiro?

Na verdade, na noite de 14 para 15 de novembro de 1889, somente três daqueles Batalhões estavam em condições de — no Rio — atuarem contra o governo imperial ou a favor dele. Eram eles os “velhos” 1.º, 7.º e 10.º BI. Os 22.º e 23.º BI estavam fora do Rio, e o 24.º, embora na Côrte, estava praticamente imobilizado, como veremos adiante.

Comecemos pelo destino dos 22.º e 23.º BI.

5. Do exílio, para onde seguiu após a queda do Império, diria mais tarde o Visconde de Ouro Preto, presidente do último Conselho de Ministros Pedro II:

“... exigindo as conveniências do serviço público, que destacasse um dos corpos da guarnição do Rio de Janeiro para a longínqua provincia do Amazonas, em poucos dias para ali embarcou o batalhão de Infantaria n.º 22.”

O 22.º BI embarcou:

“... sem embargo dos boatos espalhados de que desobedeceria à ordem de marcha e dos conselhos e provocações, que para isso recebeu da imprensa oposicionista”.

Cumprindo a Portaria de 4 de novembro de 1889, o Batalhão seguiu para o norte. Dias depois, a 16, o Ministro da Guerra da novel República deu ordem para que a unidade desembarcasse do vapor “Maranhão”, em Recife, de onde regressaria ao Rio, a 2 de janeiro de 1890, aquartelando na Escola Militar.

6. A saída do 22.º BI, que no entender dos republicanos teria sido uma manobra de “esvaziamento” da guarnição da Côrte, não foi, porém, a primeira retirada de tropa do Rio, no ano de 1889.

Embora a referida portaria de 4 de novembro transferisse o 23.º BI para a cidade de Ouro Preto (então capital de Minas Gerais), na verdade, desde junho desse ano lá se encontrava uma ala do Batalhão.

A ida dessa ala devia-se — pelo menos como pretexto ostensivo do governo imperial — ao fato de se tornar necessário retirar o 9.º RC daquela Capital, face ao ânimo inamistoso da tropa com a força policial mineira.

A oficialidade do “23” era — com o seu comandante, o Coronel Estevão Ferraz — visivelmente favorável a Deodoro, que vinha do seu “destêrro” em Mato Grosso, onde comandara tropas em observação na fronteira. Também o fiscal da unidade (o subcomandante) era um ardoroso deodorista, o então Major Antonio Carlos da Silva Piragibe, que mais tarde participou da revolta de 93, contra Floriano.

Sobre este deslocamento do 23.º BI para a capital de Minas, diz Ouro Preto:

"Assim é que, sendo preciso, em consequência de conflitos travados na capital de Minas entre praças do 9.º Regimento de Cavalaria e as de Polícia da provincia, substituir aquêle corpo, seguiu para ali, dentro de quatro horas após a recepção das primeiras noticias, nova guarnição sem a menor relutância, retirando-se a antiga na melhor ordem e regularidade".

Se o motivo oculto que impulsionou o Visconde de Ouro Preto a trazer para o Rio o 9.º RC foi o de proceder a uma roçada no tabuleiro do xadrez político, a jogada foi inútil. O 9.º RC — a torre que foi deslocada para junto do rei (no caso, o Imperador) — não deu a êste a cobertura desejada. Ao contrário, colaborou para o xequemate republicano.

7. E o 24.º BI? Por que dissemos que estava praticamente imobilizado?

Não encontramos a ordem de deslocamento da unidade para a ilha de Bom Jesus, na Baía da Guanabara, onde estava o Asilo dos Inválidos da Pátria. O certo, porém, é que o Batalhão ali se encontrava desde 4 de outubro de 1889, conforme verificamos nas alterações de seu comandante.

A ilha de Bom Jesus está, hoje, ligada ao continente pela ponte da ilha do Fundão, à qual já se integrou após os aterros realizados. Em 1889, entretanto, o deslocamento de um Batalhão que ali estacionasse exigiria lanchas e batelões, difíceis de serem obtidos em uma madrugada dramática como a de "15". O 24.º BI estava, assim "ilhado".

8. Vejamos, agora, onde estavam os 1.º, 7.º e 10.º BI.

Os 1.º e 10.º BI aquartelavam-se no velho casarão do Campo da Aclamação, que abrigava a Secretaria de Estado da Guerra e outras repartições.

Na noite de 14 para 15, o 1.º BI estava de serviço de guarnição. Equivale a dizer que seu efetivo se encontrava disperso pelas várias guardas de edificios públicos e estabelecimentos militares, restando no interior do Quartel-General, somente 40 praças.

O 10º BI estava nesse quartel e aguardava ordens; o 7º BI, cuja caserna se situava no convento de Santo Antônio, no alto do morro do mesmo nome e à retaguarda do claustro, também se encontrava na expectativa de ser empregado.

Para que se possa melhor avaliar o estado de espírito dos elementos dos 1.º e 7.º BI, na noite em que se decide o destino do Brasil, temos de considerar que ambos os Batalhões haviam regressado, há pouco, de Mato Grosso, onde integraram a Brigada que, sob o comando de Deodoro, saíra do Rio para cobrir nossas fronteiras com a Bolívia e Paraguai, cujas relações andavam estremecidas. Tudo indica que da permanência com Deodoro por alguns meses na província distante, resultou uma profunda admiração por parte da tropa para com o bravo alagoano.

Quanto ao 10.º BI, não tivemos informações de que seus homens estivessem solidários com a revolução que se preparava. A sua atitude, porém, no desenrolar dos fatos ocorridos no dia 15, permite-nos admitir a existência de simpatia pela causa, em suas fileiras.

9. O 7.º BI — este sim! — temos razões bastantes para considerá-lo ligado fortemente aos conjurados.

Na reunião de 3 de novembro, realizada na casa do Major Frederico Solon Sampaio Ribeiro, comandante do 1.º RC, estão oficiais do 7.º que asseguram aos presentes poderem estes contar com a sua unidade. São eles os Capitães Carlos Olímpio Ferraz — mais tarde comandante do batalhão — e Manuel Joaquim Pereira.

A tarde e a noite de 14 são de preocupação para os homens do 7.º Fervem boatos de que tanto o 7.º BI como o 2.º RACav estão com ordens de embarque. Para onde? Não se sabe.

Lá para as tantas da noite, ouve-se o tropel de cavalos. São dois oficiais que nem bem desmontam dos animais cansados do galope, buscam, ansiosos, falar com o Capitão Carlos Olímpio Ferraz. Um dos cavaleiros diz a Ferraz que estão vindo de São Cristóvão a fim de trazer a nova do levante da 2.ª Brigada aos companheiros da Marinha, no Clube Naval (então, no largo do Rocio — atual praça Tiradentes) e depois, aos camaradas do 7.º.

Os mensageiros são dois homens que deixarão seus nomes gravados com honra na história do Exército e da Pátria: Rondon e Tasso Fragoso.

10. Afinal, no amanhecer de 15 de novembro, surge a coluna revolucionária vinda de São Cristóvão e constituída da 2ª Brigada (2.º RACav, 1.º e 9.º RC) e dos oficiais-alunos da Escola Superior de Guerra. Trazem 16 canhões e, à guisa de infantaria, a tropa do 9.º RC a pé, armada de clavinotes. Esclareça-se que o 9.º RC, ao vir de Minas, passa a compartilhar o aquartelamento do 1.º RC.

A frente da coluna marcha o 1.º RC; em seguida vem a oficialidade da Escola Superior de Guerra que se transforma em guarda de honra da pessoa de Benjamim Constant. Após esta guarda, rolam, lentas, as 16 peças, protegidas pelos homens a pé, do 9.º RC. Na reta-

guarda, uma carroça de munição, e sobre os armões, cunhetes de munição de infantaria para serem distribuídos aos alunos da Escola Militar.

Na altura do gasômetro do aterrado do Mangue — actual Companhia Estadual de Gás — dá-se o encontro da coluna com Deodoro, que chega em uma carruagem e monta a cavalo, a despeito do seu estado de saúde. Já agora, sob o comando do futuro proclamador da República, a coluna retoma o movimento.

11. Pela meia-noite, o Visconde de Ouro Preto encontra-se no Arsenal de Marinha (então, no continente), de onde manda chamar o Inspetor do Arsenal de Guerra (actual Museu Histórico) e lhe ordena que ponha o Arsenal em estado de defesa a fim de repelir qualquer tentativa de assalto.

O Coronel Augusto Fausto de Souza, o Diretor do Arsenal, a quem Ouro Preto cita como o "Coronel Fausto", diz ao Presidente do Conselho que é indeclinável a necessidade de ser ocupado o morro do Castelo por tropa do governo, porque, se os revolucionários dêle se apoderarem, será impossível sustentar-se o Arsenal.

Com a chegada do Visconde de Maracaju ao Arsenal de Marinha, Ouro Preto dá-lhe ciência do pedido do Diretor do Arsenal de Guerra. O Ministro da Guerra, tão logo regressa ao Quartel-General, cerca de três horas da madrugada de 15, providencia para que o 7.º BI, aquartelado no morro de Santo Antônio, destaque uma Companhia para ocupar os altos do morro do Castelo, enquanto o restante da unidade deveria vir para o referido Quartel-General.

12. Podemos deduzir, pela ordem dada por Maracaju, quão frágil era a situação do governo imperial. A informação que Rondon nos revela em suas "Memórias", sobre a sua ida ao 7.º BI naquela memorável noite, levando o aviso dos revolucionários —, bem nos permite avallar como o Arsenal já estava indefensável com a ocupação do Castelo pelos elementos do 7.º. Mas, disso, Ouro Preto não sabia.

Defendendo-se das acusações de Ouro Preto, assim diz Maracaju:

"Diz o Sr. Visconde de Ouro Preto que notou ali (no Quartel-General) a falta de preparativos para a resistência, o que admira, pois, quando S. Ex.^a chegou estavam-se reunindo no pátio dos quartéis do Campo da Aclamação o 7.º da mesma arma, com 120 praças, por ter eu mandado uma companhia ocupar o morro do Castelo..."

Estranhamos o efetivo dado pelo Visconde de Maracaju ao 7.º: achamos muito pouco 120 homens do batalhão (— 1 Cia) no pátio do Quartel-General. Se considerarmos que uma companhia estava no

Castelo e que restavam somente 120 homens naquele Quartel-General, temos de concluir que o efetivo existente no batalhão era de 160 homens, face à constituição quaternária da unidade. O "mapa geral da força" do Relatório ministerial de 1889, entretanto, atesta que o 7.º BI contava a 1.º de janeiro daquele ano, com 367 homens.

13. Maracaju diz que providenciou a vinda do 1.º Batalhão de Engenheiros, que se achava "no Campo Grande". Por outro lado, o Coronel Pêgo fôra à Fortaleza de Santa Cruz a fim de trazer o 1.º Batalhão de Artilharia de Posição. A idéia de Maracaju era a de prover a força do governo com a artilharia necessária para enfrentar a dos revolucionários, que monopolizavam os canhões de campanha existentes na tropa da Corte. Com os elementos do 1.º Batalhão de Artilharia daquela fortaleza, contava Maracaju organizar uma tropa que se assemelhasse a um regimento de artilharia, utilizando para isso onze bôcas-de-fogo Krupp e seis Whith-worth que se achavam depositadas no Arsenal de Guerra.

Vemos, novamente, como seria vã a tentativa de o governo organizar este apoio de artilharia, estando no alto do Castelo a companhia do 7.º BI, em posição de impedir que os homens do 1.º Batalhão de Artilharia de Posição desembarcassem no cais do Arsenal e se apoderassem de tão precioso material.

Outra ordem dada por Ouro Preto a Maracaju foi a de mandar voltar para o continente o 24.º BI, destacado para a ilha de Bom Jesus havia pouco tempo. Agora, porém, é tarde para que a unidade venha a ajudar o governo imperial... Talvez mesmo seus homens não tenham nenhuma vontade de prestar essa ajuda. Talvez sua fé e seu entusiasmo estejam com a causa dos camaradas da 2.ª Brigada. Segundo Maracaju, um destacamento do "24.º" estaria na Escola Militar e com esta viria para o Campo. Já Ernesto Sena assinalava a presença junto aos alunos, de praças do Batalhão de Engenheiros. Este Batalhão, entretanto, estava no Realengo, como o "24.º" na ilha do Bom Jesus.

Também é dada a ordem para que cerca de 100 homens da Companhia Depósito de Aprendizes Artilheiros da Fortaleza de São João, sejam mandados vir para o Quartel-General; quanto aos menores artífices da Companhia do Arsenal de Guerra, diz Ouro Preto que determinara fossem mandados para as suas casas os que tivessem família, e acautelados os demais no interior do Arsenal. Mais uma vez Ernesto Sena dá-nos informação que contraria a prestada por Ouro Preto. Diz ele que estes menores também foram mandados armar.

Enquanto em um movimento de pinça, a coluna da 2.ª Brigada se aproxima do campo da Aclamação e a Escola Militar se desloca para o centro da cidade, são reunidas no Quartel-General tropas da Marinha, do Corpo de Polícia e os Bombeiros, forças estas que se juntam aos elementos dos 1.º e 7.º BI.

14. O 10.º BI recebe ordens do Ministro da Guerra para marchar para a Lapa a fim de barrar a Escola Militar, que por ali passaria obrigatoriamente. Ouro Preto reage à ordem dada pelo Ministro; e, ao ver a tropa do 10.º BI afastar-se do Quartel, diz a Maracaju:

“— Mas, contestei, estas últimas forças (as que vinham de S. Cristóvão) estão mais próximas, avizinham-se são as de que mais há a temer e V. Ex.^a permite que exatamente o batalhão, que me disseram ser o de maior confiança, deixe o posto de perigo?! Pois aí vêm contra nós artilharia e cavalaria e manda-se essa tropa ao encontro dos meninos da Praia Vermelha?!...”

As respostas a essas perguntas de Ouro Preto são encontradas na farta literatura que detalha para a história pátria as cenas do memorável evento.

15. Os acontecimentos aceleram-se e afinal, após um reconhecimento do Campo por um piquete de cavalaria, a coluna da 2.^a Brigada desemboca no logradouro.

Maracaju, o último ministro da Guerra do Império, diz melancolicamente:

“... Não tendo chegado o 1.º de Engenheiros nem o 1.º de Artilharia com as dezessets bocas-de-fogo, nem o Corpo de Polícia de Niterói, nem o 24.º de Infantaria, que estava na ilha de Bom Jesus, nem o reforço da Marinha, frustrados todos os meios para a resistência, por terem a Brigada provisória e o 10.º de Infantaria confraternizado com a 2.^a Brigada e com o corpo de alunos da Escola Militar, colocou-se o Sr. Marechal-de-Campo Deodoro, que estava à frente de dois mil homens, mais ou menos, diante da Secretaria da Guerra, com 16 bocas-de-fogo Krupp, estendidas em linha de batalha, bem como a infantaria e cavalaria, sabendo eu nessa ocasião que fôra ferido o meu colega e amigo Sr. Barão de Ladário.”

16. De fato, Maracaju organizara uma Brigada provisória com a Polícia Militar do Rio, os Imperiais Marinheiros, e os Fuzileiros Navais, cujo comando entregara ao Brigadeiro Almeida Barreto. Este, porém, levou sua tropa de pronto, para o lado de Deodoro.

Ao 10.º BI fôra mandado cortar a passagem da Escola Militar na altura da Lapa. Os alunos teriam tomado os bondes da Companhia Jardim Botânico, em Botafogo, pois somente a 26 de junho do ano seguinte seriam estendidas as linhas até o portão do baluarte da Escola, na Praia Vermelha.

Deixando os bondes (de tração animal) na altura do antigo mercado — no sopé do Outeiro da Glória e próximo ao relógio — os alunos

tiveram notícia de que Deodoro havia chegado ao Campo. Deslocaram-se, então, para a Lapa, onde, estendido em linha junto ao Passeio Público, aguardava-os o 10.º BI.

Ocorre, entretanto, que este Batalhão já vacilava em continuar na defesa do Império. Ao que conta Ernesto Sena, havia passado pela Lapa, rumo à Escola, o 2.º sargento-cadete Raymundo Gonçalves de Abreu Filho, do 1.º RC, que deixara o Campo com o objetivo de acelerar a vinda da Escola. Interpelado pelo Comandante do 10.º BI, disse-lhe que a República já fora proclamada por Deodoro. O "Cadete Abreu", como era chamado o ardoroso republicano, um dos signatários do "pacto de sangue" da 2.ª Brigada em solidariedade a Benjamim —, com este ardil talvez tenha concorrido para a decisão do comandante do 10.º BI de voltar com sua unidade ao Campo.

Posta em marcha, a Escola Militar chega ao Campo da Aclamação sem dificuldades, quase juntamente com o 10.º BI, quando Deodoro já se encontra no interior do Quartel e a adesão da tropa lá existente é fato consumado.

17. Deodoro irrompe pelo portão do Quartel-General que lhe fora aberto por elementos do 1º BI pouco depois das 9 horas da manhã.

Ao passar pelo 7.º BI, manda tocar a banda:

"... Um valente Capitão dêsse corpo deu um viva ao General, viva que foi correspondido por toda a tropa que se achava dentro do quartel, à qual o General passou revista, recebendo as ordens inerentes a seu posto."

... O mago fizera a magia; agora, que não se quebrasse o encanto até que o pano baixasse sobre a cena derradeira...

Felizmente para o Brasil, o encanto perdurou o tempo necessário... e a República Federativa foi "proclamada provisoriamente", conforme atestou, para a história, o artigo 1.º, do Decreto n.º 1, de 15 de novembro de 1889.

BIBLIOGRAFIA

- O EXERCITO BRASILEIRO — Cel Jonathas da Costa Rego Monteiro — Edição da Biblioteca Militar;
- HISTORIA DOS BONDES NO RIO DE JANEIRO — C.J. Dunlop — Vol II — Edição 1953 — Laemmert — Rio;
- A VERDADE HISTÓRICA SOBRE O 15 DE NOVEMBRO — Leônicio Corrêa — Edição 1939 — Imprensa Nacional;
- ADVENTO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL — Visconde de Ouro Preto — Edição 1891 — Imprimerie F. Pichon — Paris;
- DEODORO — Subsídios para a História — Notas de um repórter — Ernesto Sena — Edição 1913 — Imprensa Nacional;
- MEMÓRIAS — Marechal Cândido Mariano Rondon
- ORDENS DO DIA DA REPARTIÇÃO DE AJUDANTE-GENERAL
- RELATÓRIOS DOS MINISTROS DA GUERRA

COMO COMBATER O PROCESSO REVOLUCIONARIO COMUNISTA

General
A. J. DE PAULA COUTO

Na nossa última palestra, que foi a primeira deste 2.º Ciclo de palestras, tratamos de descrever o processo revolucionário, de origem marxista-leninista denominado Guerra Revolucionária, através do qual procura o comunismo internacional se assenhorar do poder em todo o mundo; vimos quais as técnicas destrutivas e construtivas que emprega, bem como a divisão do processo em fases, que marcam a sua progressividade.

Hoje, trata-se de lhes mostrar quais os recursos que os estudiosos do assunto, ainda com os franceses na liderança, apresentam para o combate a esse processo, sem ferir os fundamentos das sociedades democráticas.

A este conjunto de recursos, empregados ainda no primeiro período da Guerra Revolucionária (1ª e 2ª fases) chamam os franceses de "parada", denominando àqueles empregados no 2.º período (fases finais, de violências), de "resposta".

1. Condições essenciais da parada e resposta

Como condições essenciais do bom êxito neste sentido, apre-

senta o Cmt BOULNOIE, confirmado por diversos outros autores, as duas seguintes:

- a. Vontade firme e perseverante de vencer a subversão
- b. Unidade de comando e de ação.

Para que possa haver *vontade firme*, diz BOULNOIE, é preciso que haja antes fé e crença nos valores que se defende, o que, na sua opinião é o que mais tem faltado à FRANÇA e ao OCIDENTE, em geral. *"É preciso criar esta fé, opondo à idéia adversária uma idéia superior, isto é, opondo ao Comunismo, a Democracia, com seus valores essenciais, que são a crença na Liberdade da pessoa humana, na liberdade de consciência, no princípio de que o Estado existe para o homem, e não ao contrário, a crença em Deus, que constituem a base de nossa civilização ocidental, que vale ser defendida ao preço da própria vida."*

Ainda nesta mesma linha de pensamento, é interessante transcrever esta observação de GEORGES ALBERTINI, tratando da "Ação repressiva dos poderes", num trabalho publicado no Men-

sário de Cultura Militar de setembro/outubro de 1961, tradução do original francês: *"O Ocidente tem que se adaptar à guerra política ou perecerá. Por que não conseguirá superar suas desvantagens iniciais? Por que não se capacitará da novidade fundamental do problema com que se defronta? E por que não saberia formular a política que permitiria resolvê-los? Grande Deus! O Ocidente já deu provas tangíveis de sua capacidade de adaptação, que é, provavelmente, uma de suas indiscutíveis superioridades sobre o mundo que se lhe opõe, enquadrado por velhas ideologias e rígidas estruturas. No setor econômico, por exemplo, a democracia ocidental era liberal. Entretanto, duas guerras mundiais, algumas crises e os problemas criados por umas e outras, levaram-na a tornar-se intervencionista, a introduzir, no próprio organismo do capitalismo, uma tal dose de socialismo prático, que os socialistas ortodoxos ficam, por vêzer, sem palavras diante das transformações, ao verificarem que a revolução está feita e a se perguntarem que é que resta ser realizado do velho programa de 1890. E, no entanto, essa Democracia Ocidental em nada renegou sua característica fundamental: o respeito às liberdades.*

Quanto à segunda condição essencial, a unidade de comando e de ação, adquire importância decisiva na fase de "resposta", mas é também muito importante na de "parada", sobretudo no que se refere à unidade de ação admitido o comando como sendo a própria estrutura governamental.

Como na guerra, afirma BOULNOIE, só dá resultado o que é simples, neste caso, por ser a solução simples e eficiente, a unidade de ação deve ser a regra, para que se possa opor à unidade de doutrina e de ação do adversário, hoje minada por divergências de política e de tática, mas sempre visando ao mesmo objetivo final: a conquista do mundo para o comunismo.

Parce-nos interessante, ainda, apresentar a opinião de FRED SCHARWZ (Você pode acreditar nos comunistas...) quanto aos fatores essenciais para o combate à ação revolucionária comunista: Diz ele na obra citada que tais fatores são os três seguintes:

a. *Motivação* — É difícil levar as pessoas à ação sem que haja uma motivação forte. Entre os elementos necessários para dar essa motivação aponta os seguintes: 1) — *Dar conhecimento idôneo da gravidade do perigo.* 2) — *"procurar soluções de aplicação imediata e local",* o que significa que as pessoas e as comunidades não devem esperar por soluções de âmbito geral, vindas de cima, mas ao contrário responder à seguinte pergunta, auto-formulada: "e que nós podemos fazer já para enfrentar o perigo?" — *"mobilizar pessoas que se oponham ao comunismo em termos ideológicos e que imponham despetto".*

b. *Conhecimento* — Sob este título, frisa ele a importância de que se dê conhecimentos básicos sobre o comunismo, evitando o perigo das informações unilaterais, que podem fornecer ângulos

simpáticos da doutrina. Ressalta ainda, a importância de tornar claro às pessoas que na luta ideológica de nossos dias, não há como fugir à opção básica que é "liberdade ou escravidão".

c. *Organização* — Lembrando que o comunismo é o inimigo universal de todos os partidos democráticos (inclusive, pois, os de oposição), aponta a necessidade de organizar as forças democráticas, de modo a que possam empreender uma "ação democrática" orientada no sentido de motivar as organizações vultosas, sem pretender substituí-las ou a elas superpor-se.

A respeito da *Motivação*, parece oportuno citar os seguintes expressivos trechos de HERMES DE ARAUJO OLIVEIRA (Guerra Revolucionária).

"Os governantes, em geral, não acreditam na realidade da Guerra Revolucionária e, pois, não percebem o trabalho surdo que se desenvolve nas suas 1ª e 2ª fases; confundem os "fatores favoráveis" (contradições internas) com a causa determinante da agitação, que é a organização revolucionária".

Quanto à necessidade do "conhecimento" do problema, corroborando a opinião de FRED SCHWARZ, podemos ainda citar GEORGES ALBERTINI (obra citada):

"É tudo isso que o Ocidente precisa aprender, para que, finalmente, deixe de ser envolvido pelas iniciativas do mundo comunista. Não se trata de transformar nossos magistrados, nossos diplomatas e nossos políticos, em

agitadores profissionais, à semelhança dos que existem no Oriente. Trata-se de ensinar-lhes o que o comunismo representa, como age e como lhe resistir. Trata-se de fazer compreender por toda a parte, que esse empreendimento gigantesco não pode ser combatido ideologicamente, nem pela refutação de MARX nem por sua adaptação ou adoção, pois MARX nada tem a ver com essa luta. Essa ideologia bolchevista, que outra coisa não é senão uma monstruosa técnica de assaltar e conservar o poder, fundamentada em um materialismo básico, irremediavelmente incompatível com a essência mesma de nossa civilização espiritual, deve ser conhecida pelas elites do ocidente, em sua verdadeira significação".

2. Características da luta

Caberá ainda o Cmt BOULNOIE fixar tais características. Diz ele que ela deve travar-se em três setores, como ações simultâneas e interdependentes:

- a. Conquista da adesão das populações
 - 1) pela presença
 - 2) pela autodefesa
 - 3) pelas reformas
- b. Destruição da organização político-administrativa revolucionária.
- c. Luta contra os bandos armados.

Dis BOULNOIE que a primeira condição para uma ação duradoura na luta anti-subversiva, é a presença dos agentes da lei, acrescentando que, para inspirar con-

fiança à população, é preciso estar sempre presente em todos os lugares, sob pena de tais populações ficarem à mercê dos diversos tipos de agentes da subversão.

Dada, entretanto, a evidente impossibilidade de manter tal presença indefinidamente, deve ela provocar um engajamento da população em favor do governo legal, a ponto de tais populações poderem se defender, por si mesmas, contra os agentes da subversão.

É a este conceito que se denomina de autodefesa, que "é a melhor solução para o problema. Quando a população é capaz de proteger-se por si mesma, pode ser feita economia de efetivos..."

Refere-se o autor mais às fases adiantadas da guerra revolucionária, em que se trata de retomar bases ou zonas liberadas, antes dominadas pelas guerrilhas ou forças da revolução.

Entretanto, o conceito é igualmente válido para a fase da parada, pois que as populações devem ser alertadas e prevenidas contra a ação psicológica inimiga e as suas diversas técnicas destrutivas e construtivas, para que se possa opor a elas.

Por autodefesa, na sua acepção mais ampla, deve-se entender, pois, a obtenção de populações esclarecidas sobre os processos usados pelos agentes da subversão, conscientes dos valores do regime democrático e dispostas a defendê-los, tendo, para isso, organização adequada.

Quanto à necessidade de reformas, constitui ponto pacífico dos

diversos autores. É isto o que diz HERMES DE ARAÚJO OLIVEIRA ao afirmar:

"É preciso construir uma doutrina para a qual nem a conquista do proveito e do gozo individual dos bens materiais constitua o primeiro objetivo nem o Homem seja apenas uma máquina de produção e consumo, como na sociedade marxista." E recomenda que se deva "criar uma ordem melhor, através de reformas que tragam a justiça, a igualdade, o progresso, lutando, sempre, e por toda a parte, contra a desigualdade, a injustiça, os privilégios abusivos, a miséria, a ignorância".

Também o Cap SQUIRYS espousa o mesmo ponto de vista, quando diz:

"analisar as contradições internas de fato existentes e que servem de caldo de cultura para a guerra revolucionária; desencadear as reformas destinadas a suprimi-las ou atenuá-las.

Outro autor, desconhecido, na sua obra "Comunismo — de Karl Marx ao Muro de Berlim", acrescenta:

"vitalizar os partidos políticos, para a prática racional da Democracia"

No que se refere à "destruição da organização político-administrativa" revolucionária, aponta o Cmt BOULNOIE a necessidade de destruir a rede de quadros, de agitadores, propagandistas e assassinos, que trabalha no sentido da sujeição física e moral das populações.

Cumpra combater as organizações clandestinas controladas pelo partido comunista, a começar pelo próprio partido, estendendo-se pelas que ele estabelece nas bases e zonas liberadas, bem como pelas organizações de enquadramento.

Finalmente, a luta contra os bandos armados se refere a uma fase avançada da guerra revolucionária, em que eles já existem, o que pode acontecer a partir da 3ª fase.

Assinala BOULNOIE a necessidade de que sejam simultâneas as ações nestes três campos, pois que *"sem a destruição dos bandos armados, não haverá confiança (das populações) e, por conseguinte, não existirão também as informações necessárias à destruição do aparelho. Sem a destruição do aparelho, não haverá a adesão da população e, em consequência, faltarão informações sobre os bandos armados. Cria-se dessa forma um círculo vicioso, se considerarmos apenas um dos termos da missão."*

3. Medidas a adotar

Segundo ainda o Cmt BOULNOIE, o conjunto de medidas a adotar no combate ao processo revolucionário, atendidas às condições essenciais já expostas, podem ser enfileiradas nos três títulos seguintes:

- Ação psicológica intensa.
- Ação coordenada e enérgica dos três poderes.
- Organização da defesa em superfície.

Quanto à primeira das medidas, corroborando-a, temos a opinião

de MICHEL MELAS, representante da GRÉCIA na OTAN, expressa em 1961:

"Para combater a agressão comunista, é preciso "nos defendermos da guerra psicológica que nos é imposta, contra-atacando em caso de necessidade, nesse mesmo domínio". "A propaganda soviética sabe asselar seus projetores sobre os pontos espetaculares, capazes de impressionar favoravelmente e deitá-los na sombra o que não é bom mostrar".

Também concorda com ele o Cap SOURIYS, ao dizer, em 1960:

"Segundo os próprios princípios do adversário, uma ação psicológica pode obter efeitos espantosos sobre uma população, que não é mais do que uma massa amorfa. O mesmo movimento que o inimigo provoca no espírito da população, pelo emprego de suas técnicas de domínio moral, pode ser criado em prol do governo legal".

Passando agora ao item b., "ação coordenada dos três poderes", vemos que ele mantém íntima relação com a "unidade de ação", que já examinamos. O que geralmente se tem visto na fase atual de combate ao processo revolucionário, é uma maior intimidade do poder executivo com o problema, assegurado que está pelos órgãos da defesa nacional; em geral, os outros dois poderes não dispõem desse mesmo conhecimento das sutilezas dessa agressão, muitas das quais lhes passam despercebidas. Muitas vezes a oposição política não reconhece em medidas de "segurança nacional", adotadas pelo executivo nesse campo fluido da guerra

revolucionária, ações realmente necessárias, envolvendo-as na crítica mais ou menos violenta, que caracteriza a legítima oposição política. Problemas correspondentes surgem também com o judiciário cuja ação é muitas vezes limitada por textos de lei que não configuram a realidade da guerra revolucionária. E muitos daqueles que são levados à sua presença pelo poder de polícia do executivo, são absolvidos, seja pela falta de familiaridade dos julgadores com essa nova figura criminal, seja pela dificuldade de enquadramento nos dispositivos legais existentes. Neste ponto, é interessante ouvir outros autores sobre a importância da Lei neste processo de parada e resposta. Eis o que diz HERMES DE ARAUJO OLIVEIRA (obra citada):

"É preciso" "rever o conceito vigente de legalidade, no que concerne às relações internacionais; no vocabulário internacional não existe "guerra revolucionária..."

É o próprio Cmt BOULNOIE é muito claro, quando diz:

"A lei deve contribuir para a luta contra a subversão. Uma das primeiras tarefas desta luta é a de estabelecer um quadro jurídico onde as leis constituam a arma contra a subversão e não uma cortina ao abrigo da qual operam os agentes inimigos".

Sobre as limitações do poder judiciário, é digna de transcrição a seguinte opinião do Capitão SOURIRYS:

"Devido à impossibilidade do Poder Judiciário poder agir eficazmente, devido ao "estado de

paz", a "organização revolucionária" explora facilmente esse ponto fraco legal, indo ao extremo limite da interpretação possível e fornecendo aos indivíduos, caso necessário, advogados hábeis em explorar os menores senões. Os ativistas agem com o mínimo de riscos e a organização revolucionária pode, dessa forma, arranjar uma legião de mártires, o que constitui um excelente meio de propaganda." "Assim uma parada eficaz à Guerra Revolucionária parece repousar, sobretudo, em atos administrativos do Poder Executivo, permitindo, ao mesmo tempo, o contato humano e as reformas."

Finalmente, por "organização da defesa em superfície", devemos entender a extensão da luta anti-subversiva a todo o território nacional, evitando que se limite a certos pontos ou áreas, se bem que em alguns deles ela possa ser mais intensa. É o conceito de "superfície" justapondo-se ao de "profundidade", que procurava caracterizar as demais medidas a adotar.

4. Papel da educação

Entre as medidas de combate à Guerra Revolucionária, assinala o Cap SOURIRYS a importância da educação, que coloca entre as medidas de caráter ofensivo, destinado à formação de cidadãos democratas, aplicada particularmente aos jovens. Este trabalho educacional, segundo o autor, tem por fim fortificar o senso cívico dos educandos, facilitando, assim, a mobilização da opinião pública em torno do regime estabelecido.

Outro não é o pensamento de J. EDGAR HOOVER, diretor do afamado FBI americano e grande conhecedor do assunto que, em sua obra "Os mestres do embuste", aconselha, entre as medidas tendentes ao combate ao comunismo:

"educar a juventude, fazendo dos jovens "cidadãos democratas", dar-lhes conhecimentos que neutralizem o natural encanto que muitos jovens comunistas apresentam, por seu maior preparo político-filosófico pró-marxismo; aprender, nos lares e nas escolas, a "fazer a liberdade soar".

Ainda o autor brasileiro, FRANCISCO RUAS SANTOS, em seu livro "A guerra revolucionária comunista", diz a respeito e no mesmo sentido:

"formar cidadãos com elevados sentimentos cívicos e morais; cidadãos que aceitem o desafio que os comunistas lançam à liberdade. Não temer os seus anátemas, devolvendo-os; ter orgulho de ser um "reacionário", se a reação fôr na luta para preservar a liberdade."

Também o autor desconhecido do excelente opúsculo "Comunismo de Karl Marx ao Muro de Berlim" diz a mesma coisa, ao enumerar as medidas tendentes a combater a expansão comunista:

"educar, na sua acepção integral, ao invés de apenas instruir".

5. Conclusão

Na palestra sobre Guerra Revolucionária, ao apresentar as diversas fases desse processo revolucionário comunista, fizemos questão de frisar que o assunto era de interesse ainda maior para os civis, do que para os militares. De fato, sendo as duas primeiras fases desenvolvidas no ambiente civil, sobretudo nas universidades, nas escolas, nos sindicatos, sem ferir frontalmente o enquadramento jurídico dos sistemas democráticos, cumpria aos civis enfrentá-los no campo da ação psicológica. Desse modo, cortando-o no nascedouro, evitaríamos que evoluísse e viesse a atingir as fases mais adiantadas, em que o surto da violência e da ilegalidade provocariam a intervenção dos organismos policiais e das Forças Armadas.

Ao estudar as medidas destinadas a enfrentar o citado processo, vemos confirmada aquela observação, pois que entre elas figuram, destacadamente, providências de cunho indiscutivelmente civil, como é a *educação*, como é a *vitalização dos partidos políticos*, como é a *realização de reformas justas na organização política, social e econômica* e como é a *propaganda honesta e objetiva*.

O NATAL DA IMPRENSA DO EXÉRCITO



O Gen Antonio Jorge Corrêa, Secretário-Geral do Exército, ladeado pelo chefe de seu Gabinete, Cel Heraldo Tavares Alves e Sr. Raul Cerqueira, chefe da Imprensa do Exército, que tem à sua esquerda a senhora Diva Cerqueira, sua irmã.



Outro aspecto da festa, da Imprensa. A hora aí é das crianças que se serviram à vontade de doces, salgadinhos e refrigerantes.

VINTE E CINCO ANOS DEPOIS

Cel Art QEMA
DARCY TAVARES DE CARVALHO LIMA

S U M A R I O

1. Para-quedismo militar no Brasil — Notícia Histórica.
2. Missão e Natureza da Tropa Aeroterrestre — A Brigada Aeroterrestre Brasileira.
3. Instrução e Emprêgo de Tropa Aerotransportada.
4. Segurança Interna — Contribuição do Combatente Aeroterrestre.
5. Conclusão.

... "Quero a luta e a tormenta. Dai-me, meu Deus, definitivamente, a certeza de que essa será a minha parte para sempre, porque nem sempre terei a coragem de vo-lo pedir. Dai-me Senhor o que vos resta, aquilo que os outros não querem, mas dai-me também a coragem, a força e a fé" ...
(Da oração do para-quedista.)

1. PARA-QUEDISMO MILITAR NO BRASIL — NOTÍCIA HISTÓRICA

Antes do término da Segunda Guerra Mundial, o Capitão de Infantaria ROBERTO DE PESSOA, ainda empolgado com o que vira na Alemanha, durante as Olimpíadas e mais tarde sob o impacto resultante dos arrasadores ataques dos para-quedistas germânicos, em memoráveis campanhas naquele conflito, conseguiu do Ministro da Guerra autorização para fazer um curso na "The Airborne School", Fort Benning, Georgia, nos Estados Unidos da América do Norte.

Chegando o referido oficial à América, em 1944, ainda encontrou em Fort Benning uma atividade febril, com a formação de 1500 para-quedistas por semana, a despeito da sorte das armas já ter pendido para os Aliados.

Vale lembrar que somente em 1941 o Exército dos Estados Unidos preparou, em Fort Benning, sua primeira tropa aeroterrestre com o efetivo de um Pelotão, para empregar poucos anos depois duas Divisões na invasão da Normandia, e, em 1944, um Corpo de Exército, na famosa Operação Market-Garden, na Holanda, isto

para citar apenas as mais espetaculares daquelas façanhas, onde foram lançadas tropas aeroterrestres.

Ao regressar à Pátria, o Cap Pessoa iniciou, em 1945, uma série de palestras em todas as Regiões Militares, visando não só difundir seus novos conhecimentos, como também recrutar voluntários para uma turma de Oficiais e Sargentos que deveriam fazer cursos de pára-quedismo naquele Forte, com a finalidade de, ao regresso, iniciarem o treinamento dessa especialidade em nosso Exército.

Os selecionados, em exame de saúde e provas físicas, nas Regiões Militares, foram concentrados no Rio de Janeiro, onde, sob a direção do Cap Roberto de Pessoa, iniciaram, na Escola de Educação Física do Exército, em outubro de 1945, árduo treinamento físico, após um novo, rigoroso e completo exame de saúde, onde vários foram eliminados.

A 20 de dezembro de 1945 a primeira turma de 15 Oficiais e 6 Sargentos recebia, em Fort Benning, o almejado distintivo de pára-quedista, fazendo reunida logo após, o Curso de Mestre de Salto e depois, separada em grupos, os cursos das especialidades de Demolições, Comunicações, Manutenção e Dobragem de Pára-quedas, Planadoristas e o Curso Avançado de Pára-quedistas, este visando particularmente a técnica de trabalho de Estado-Maior, no escalão Regimento Aeroterrestre, que culminou com um exercício completo no nível Batalhão, onde todas as fases de um assalto aeroterrestre foram convenientemente praticadas. O aprendizado deste primeiro grupo terminou com um proveitoso estágio de um mês na famosa "82 nd Airborne Division", em Fort Bragg, na Carolina do Norte.

Com o término do curso, na América, de uma segunda turma, em 13 de abril de 1946 regressaram todos ao Brasil, chegando ao Rio em 13 de maio do mesmo ano, perfazendo um total de 25 Oficiais e 9 Sargentos, perfeitamente senhores da técnica aeroterrestre. O Cap Pessoa, se dedicara a questões de organização quer da tropa aeroterrestre quer da Escola de Pára-quedistas.

Enquanto ainda estávamos na América, foi criada no Brasil, pelo Decreto-Lei n.º 8.444, de 26 de dezembro de 1945, (BE n.º 52) a Escola de Pára-quedistas, "sob o comando de um Oficial Superior, com o Curso de Estado-Maior e compreendendo Órgãos de Administração, um Corpo de Alunos, (a duas Companhias de Infantaria) uma Bateria de Artilharia, uma Seção de Engenharia, uma Companhia de Especialistas com Pelotões de Transmissões, Destruição e Conservadores Artífices". Era assim dada organização para a nossa primeira tropa aeroterrestre, sem que se soubesse qual seria o seu aquartelamento, muito embora os que estavam na América devessem regressar em poucos meses.

A 7 de março de 1946, o então Coronel Nestor Penha Brazil assume no Rio, auxiliado por dois Oficiais não especializados, o co-

mando dos pára-quedistas que, ao regressarem dos Estados Unidos, foram instalados na Biblioteca da Diretoria de Material Bélico, no 7.º andar do Ministério da Guerra. Em agosto desse mesmo ano, o Ministro de então designou comissão encarregada de escolher o local destinado à construção da futura Escola de Pára-quedistas e no mês seguinte, após insistentes pedidos dos chamados "pioneiros" (*) o então Núcleo de Formação e Treinamento de Pára-quedistas passou a funcionar provisoriamente, em um dos pavilhões do quartel do 1.º/1.º RAAe, em Deodoro, local escolhido em virtude da proximidade com o Campo dos Afonsos.

Durante os quatro primeiros meses após o regresso da América, os pára-quedistas, se empenharam em exercícios de lançamento de fardos, no Campo da Air France em Jacarepaguá, utilizando pára-quedas descarregados da Escola de Aeronáutica e a boa vontade de alguns abnegados companheiros da Força Aérea, a cuja iniciativa e alto espírito de colaboração muito deve a tropa aeroterrestre. Tais treinamentos visavam familiarizar os nossos pilotos de avião C-47 com uma técnica para eles completamente desconhecida, pois o Ministério da Aeronáutica não concordou com o pedido do Ministério da Guerra para ser enviado, com a primeira turma que seguiu para a América, um mínimo de dois oficiais da FAB para estágio em Fort Benning com os pilotos de Transporte de Tropa.

Graças à generosidade e apoio dados pelos companheiros do 2.º Grupo de Transporte, estacionado nos Afonsos, foi possível a realização do *primeiro salto militar de avião em voo, a 26 de outubro de 1946*, durante as festividades da Semana da Asa. Tomaram parte neste salto, realizado com pára-quedas velhos da Aeronáutica, e também já descarregados, onze dos pára-quedistas pioneiros e um oficial pára-quedista, membro da Seção do Exército Norte-Americano da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos. Tal salto foi realizado com toda a precisão, na Baía de Guanabara, em frente à antiga praia do Flamengo, mas nem por isso conseguiram os pioneiros, mesmo depois do sucesso alcançado, não só no meio militar como também civil, convencer as autoridades competentes de que o início das atividades aeroterrestres não deveria nem poderia tardar, sob pena do empreendimento cair no descrédito e morrer no nascedouro. A falta de verbas e de qualquer auxílio de natureza técnica dos Estados Unidos, eram os causadores do entrave ao pára-quedismo em nosso país. Mesmo assim, os trabalhos em Deodoro, dos quais ressaltamos a construção da Área de Estágio, embora lentos, progrediram graças ao auxílio dos primeiros voluntários, incorporados desde março de 1947.

A 3 de janeiro de 1949, quase depois de três anos da chegada ao Brasil dos chamados pioneiros, era iniciado o primeiro Curso Bá-

(*) Nomes, em anexo.

sico, com a *brevetação de trinta e um pára-quedistas*, inclusive o então Cel Nestor Penha Brazil. Antes d'êste acontecimento o Cap Roberto de Pessoa saíra do Núcleo.

O início efetivo da atividade de salto colocava assim o nosso Exército em posição de destaque face aos congêneres Latino-Americanos.

A estrutura inicial da tropa aeroterrestre sofreu modificações, sendo em 1949 extinto o Núcleo de Formação e Treinamento de Pára-quedistas, que passou a chama-se Escola de Pára-quedistas para, em 1952, graças ao Decreto n.º 31.393, constituir-se em Núcleo da Divisão Aeroterrestre.

Para quem relembra a implantação do pára-quedismo militar no Brasil, não pode passar despercebido o trabalho profícuo e inteligente realizado pelo então Major Adauro Bezerra de Araújo, que conseguiu, auxiliado pelos que ali servim à época, transformar o homem, de simples saltador de pára-quedas, em combatente aeroterrestre, inoculando-lhe o vírus de verdadeiro soldado do ar, pela realização de manobras dentro de quadro tático e de demonstração de salto em várias cidades do nosso país, precedidas por palestras realizadas em conjunto com oficiais da Força Aérea. Foi, em verdade, uma fase áurea do pára-quedismo no Brasil, o que sem dúvida permitiu os sucessos que aquela tropa de elite tem alcançado no presente.

Vemos assim que, a despeito de todos os esforços, os meios aeroterrestres surgiram e se desenvolveram entre nós de maneira altamente irregular, desordenadamente. Não houve de início medidas e providências que disciplinassem a formação daquela tropa. Parece que não se acreditava no seu surgimento e desenvolvimento e isso face aos meios necessários julgados indispensáveis e inexistentes entre nós, sem nos referirmos também à complexidade de requisitos necessários à formação do aeroterrestre, como apreensão de uma técnica indispensável de voo e salto, de condições de destemor, desprendimento e vigor físico, requeridos como motivação psicológica após a realização do armistício.

Havia dificuldade para atender às inúmeras solicitações de meios e recursos para pôr em funcionamento aquêle primeiro Organismo, capaz de criar e desenvolver a tropa que, num futuro próximo, seria a organização aeroterrestre, reconhecidamente da maior importância na atual conjuntura, em um país como o nosso e de tamanha extensão territorial, desprovido de acessos fáceis a muitas de suas áreas de importância.

O horóscopo do pára-quedista previa uma vida de luta, de inveja recalcada e incompreensões, de dissensões pessoais a entravar seu desenvolvimento, mais que isso, a possibilitar seu crescimento desordenado, *ao arrepio dos interesses da coletividade e das exigências*

da Conjuntura Nacional. Este fato mais se agravou se levarmos em conta que, mais que outra formação militar, careciam os pára-quedistas terem a sua criação e desenvolvimento intimamente ligados às possibilidades e mesmo sensibilidade de nossa Força Aérea. De que serviria ou servirá para o pára-quedista, como organização militar, apenas saltar de pára-quedas? E esta foi, até certo ponto desgraçadamente, a orientação inicial dada à formação desta tropa, menos pelo desejo dos que a criaram do que por sérios imponderáveis. Tivemos um início marcado por uma atividade quase exclusiva de salto de pára-quedas a desenvolver e criar uma mentalidade distorcida de falsos super-homens, de elementos estranhos dentro da organização militar que devia discipliná-los, no tocante a suas verdadeiras finalidades. Foi o período mais difícil com que contou a formação da tropa aeroterrestre, a desenvolver e aprimorar apenas as suas qualidades de arrôjo e destemor, sobrepondo-se até à conveniência e porque não dizer convivência do enquadramento disciplinar. Foi salva de início aquela tropa, e não podemos negar que o foi, graças aos atributos extraordinários da personalidade dinâmica de seu grande realizador, à sua inteligência viva e bravura física, à sua capacidade de dirigir homens e qualidades de liderança. Refiro-me ao então Cel Penha Brazil, que venturosamente teve de afastar-se, seis meses ou pouco mais, do convívio de sua tropa, enquanto aguardava o reexame e a reestruturação da organização com o fito de absorvê-lo, já agora no posto de General. Neste "exílio" pôde ele apreciar de longe a sua obra e vislumbrar as imperfeições, as distorções do desenvolvimento daquela magnífica tropa e buscar, com sua inteligência privilegiada e ajuda de companheiros vários, que até a vida punham a serviço do surgimento do pára-quedismo entre nós, buscar repito a solução natural e a nova orientação que devia perseguir para alcançar os objetivos propostos: a formação de uma tropa aeroterrestre na verdadeira acepção do sentido técnico profissional. Contou o General Penha Brazil, para tanto naquela oportunidade, com o apoio decidido e firme do seu Chefe do Estado-Maior, o então *Coronel Augusto Cesar Moniz de Aragão*.

O surgimento unilateral, digamos assim, da tropa aeroterrestre, sem o necessário e decorrente paralelismo da Força Aérea, no que tange à organização de pessoal e material, bem como aprendizado de técnicas de voo e salto, de lançamentos de material, inclusive pesado, exigiram dos mais moços um esforço inaudito, um desenvolvimento extraordinário de uma afeição pessoal entre os companheiros do Campo dos Afonsos e dos pára-quedistas que são, ainda hoje, o grande sustentáculo da atividade comum. A carência e mesmo obsolescência do material de voo e o desenvolvimento das linhas do Correio Aéreo Nacional; o fato de um pequeno contingente de pilotos de transporte de tropa conviverem com os pára-quedistas face a um número apreciável de outros que apenas realizavam, a períodos certos,

vãos de linhas de maior duração e mesmo mais agradáveis e remunerativos; a necessidade de transferir os aviões de transporte para o Galeão, a fim de garantir seguras condições de operacionalidade, afastando a guarnição dos Afonsos daquele salutar e desejado entendimento; a crise desastrosa decorrente de eventos políticos; o não atendimento pronto das necessidades de instrução, importando na não realização dos planos de trabalho, com reflexos no desenvolvimento e adestramento da tropa aeroterrestre; a falta periódica, por sua vez, de equipamento de salto, face ao crescimento desordenado dos efetivos que não obedeciam senão e muitas vezes a interesses pessoais; a inexistência de instalações para tropa, recursos de toda a sorte, mesmo na área do aprendizado técnico; as substituições de comando e administração jungidas a interesses outros que não os da eficiência e racionalização da tropa aeroterrestre e muitos outros argumentos e razões, que ainda estão presentes naqueles que para lá foram, no princípio da formação daquela tropa e sentiram e sentem como *desordenada*, desassistida e fora de sistematização foi *aquêle* *pugilo de pioneiros* se transformando no complexo mais difícil de comandar e conduzir, talvez por se terem sentido frustrados pela não concretização pronta de seu ideal; tudo isso concorreu, pondo de lado a validade e a inveja humana, para tumultuar a organização inicial da tropa aeroterrestre e até para contribuir para seu desprestígio.

Finalizando este rápido bosquejo histórico, onde examinamos o pára-quedismo no Brasil desde o seu nascimento até o final da gestão Penha Brazil, por ser a fase na qual fomos testemunha ocular, queremos ressaltar que a tropa aeroterrestre em nosso país deve ter uma organização segura, discreta em efetivos e com vistas a compensar o seu enorme gasto; deve ter vinculação particular com a política da Força Aérea e com ela conviver na mais precisa e justa intimidade. Este conjunto deve ser fundido à base mais do que estima, da amizade fraterna e do respeito mútuo. Uma mentalidade de transporte pelo ar, de eficiente apoio à tropa aeroterrestre, deve ser aprimorada ao máximo, propiciando desenvolvimento do conceito de que à Força Aérea cabe a maior responsabilidade no emprêgo daquela tropa, qual seja, Transportar, Apolar pelo fogo, Lançar, Suprir e, em alguns casos Evacuar.

2. MISSÃO E NATUREZA DA TROPA AEROTERRESTRE — A BRIGADA AEROTERRESTRE BRASILEIRA

2.1 — Missão

A missão das unidades aeroterrestre deve ser, em particular, a da manutenção da Segurança Interna no âmbito nacional dentro do quadro da Guerra Revolucionária, não se deixando de lado o

encargo natural que se lhe deva atribuir como Organização Militar altamente preparada para o combate nas operações militares convencionais. Entre nós, nesta quadra da Conjuntura Internacional, as organizações aeroterrestres devem ficar permanentemente mobilizadas, à disposição do Comando Supremo para serem empregadas instantaneamente em qualquer parte do país, quer na preservação da ordem interna — nas situações de paz e de política anormal — quer nos casos de guerras internas, estas obviamente, decorrentes da Hipótese de Guerra admitida.

Essas organizações militares devem, pois, estar conveniente e meticulosamente adestradas para se opor, desde as manifestações hostis de rua, às operações militares conduzidas por forças irregulares; devem ser aptas a desenvolver e conduzir ações psicológicas, aí incluídos o conhecimento, mínimo que seja, da atuação e da insidia das técnicas da Revolução empregada pelo Bloco Comunista; devem ser dotadas de alto espírito de disciplina e seus elementos devem ainda ser física e moralmente capazes, por forma a infundir respeito e estima a seus concidadãos. For conseguinte, a tropa aeroterrestre deve possuir um Núcleo Base, em valor apreciável, a fim de impedir e evitar os inconvenientes dos licenciamentos anuais. Ao nosso ver, o tempo de serviço dos elementos destas organizações, deve ser tal que apenas um terço de seu valor venha a ser substituído anualmente, a fim de evitar-se de um lado e fragilidade natural e decorrente de uma preparação anual de novos combatentes aeroterrestres e de outro pela necessidade de ordem econômica, de evitar-se a formação de um Contingente apreciável, com os meios limitados de aeronaves e equipamentos disponíveis.

A História Militar nos ensina que as forças aeroterrestres sempre foram uma Reserva Estratégica na mão do Comando Supremo ou então na de um Comandante de Teatro de Operações. A nossa Bda Aet se encontra na primeira dessas situações acima, tendo como missão as inerentes a qualquer tropa em reserva.

2.2 — Natureza

A natureza dos meios militares brasileiros para as operações aeroterrestres deve ser fundada pela participação efetiva dos elementos da Força Terrestre e dos da Força Aérea Brasileira. A contribuição, terrestre deve ser à base de unidades pára-quedistas — à guisa de núcleo permanente e fixo — às quais, em determinadas circunstâncias, será adicionado o contingente de Tropa Aerotransportada, para assegurar-lhes continuidade no tempo e na ação. Desde logo, a par das cogitações de organização e preparo das unidades aeroterrestres deve ser tratada a preparação de outras unidades terrestres para o transporte militar, aí considerado não só a instrução

conveniente como a organização em pessoal e material dêesses meios para o transporte pelo ar.

As unidades das organizações militares a isso destinadas, devem ser de antemão destacadas, sem contudo perderem a vinculação primitiva, para receberem êstes encargos, digamos, de meios complementares das unidades pára-quedistas nas operações aeroterrestres. Não se trata, portanto, de um simples movimento administrativo feito por via aérea e sim de um movimento tático, com emprêgo imediato logo após o desembarque na área do objetivo.

Um segundo escalão, constituído por unidades terrestres, fica por fim em condições de ser levado por qualquer meio de transporte para a região da intervenção, para substituir a característica natural, do combate aeroterrestre pela técnica peculiar do combate de forças terrestres.

Dêste modo, distingue-se uma organização permanente, fundida, subordinada a uma orientação peculiar, e uma outra, adicional, com peculiaridades e habilitações aeroterrestres o que aliás foi feito durante a Segunda Guerra Mundial com o emprêgo de pára-quedistas e planadoristas e modernamente vem sendo praticado com pára-quedistas lançados de aviões e elementos aerotransportados, desembarcados dos chamados aviões de assalto, que não necessitam de pistas preparadas para as aterragens e decolagens.

2.3 — A Brigada Aeroterrestre Brasileira

O "Diário Oficial", de 8 Nov 68, publicou o decreto que institui uma nova organização para a Grande Unidade Aeroterrestre (GU/Aet), em substituição ao então Núcleo da Divisão Aeroterrestre, estacionado em Deodoro (GB) e suas vizinhanças. O Estado-Maior do Exército, em decorrência de acurados estudos, consubstanciados no Plano Diretor de Rearticulação e Reorganização das Forças Terrestres, em atendimento a circunstâncias outras da atual quadra da conjuntura da vida nacional, apresentou, para a nova GU/Aet, uma estrutura de comando e uma sistemática de vida administrativa, que a entrosa no plano das atuais inovações apresentadas por aquêl alto órgão ao estabelecimento do Plano citado.

Estrutura de comando e organização — A Bda Aet, para fins de emprêgo, no âmbito do território nacional, está hipotecada ao comando das forças terrestres. Neste nível de comando, opera-se facilmente e com mais propriedade, os entendimentos e efetiva-se a coordenação, com os meios aéreos de transporte de tropa (TT). No escalão Grande Unidade, o Comando da Bda mantém ligação e estreito contato com o comando aerotático terrestre, a quem, entre nós, a unidade operacional do TT de apoio às operações aeroterrestres se vincula.

A Bda Aet, por seu turno, se situa na condição de reserva do I Ex, com parte de seus meios, para a eventualidade de atuação na área deste Alto Comando, nos casos de manutenção da segurança interna — são condicionamentos ditados mais pela dependência da vida administrativa e de subordinação disciplinar.

Como se observa, não há um laço mais definido, preciso mesmo, de inter-relação com a grande unidade aérea do TT, que lhe deva corresponder, particularmente quando se reconhece que uma operação aeroterrestre não resulta de um simples, primário e factível apoio da força aérea às unidades terrestres — a sua realização constitui, sem dúvida, uma responsabilidade conjunta maior na preparação (aí incluídas as atividades de planejamento), que mesmo no decorrer da execução.

A organização da Bda Aet foi ditada por imperativos de natureza doutrinária (concepção geral da guerra, fisionomia das operações a empreender, entre nós); de condições naturais de emprego, seja em atuação com outros Estados, seja independentemente. Nestas circunstâncias, as organizações militares desta tropa aeroterrestre devem destinar-se:

— à formação deste tipo particularizado de combatente e conseqüentemente ao desenvolvimento de sua capacidade operacional em uma grande unidade em operações convencionais, no quadro da coalização de forças continentais e, excepcionalmente, como elemento de ação de desequilíbrio estratégico, em questões com Estados limítrofes;

— à manutenção da segurança interna, no amplo sentido de polícia de segurança, de âmbito nacional, quer em emprego efetivo, quer como ação de presença, desestimulando a irrupção de movimentos perturbadores da ordem interna regional, na acepção literal do texto constitucional — ação Caxias!

A atual organização imposta à Bda Aet decorre, também e subsidiariamente, de fatores outros, tais como:

— a natureza altamente diferenciada, do preparo e adestramento deste combatente, que, se de um lado tem como condicionamento o voluntariado, condições especiais de saúde, particular aptidão para o trabalho físico e uma necessária e imprescindível acomodação psíquica do iniciante, de outro, resulta da aquisição de técnicas especiais para o lançamento de pessoal e material em pára-quedas e da atividade continuada de voo e salto de aeronaves de TT;

— as limitações econômico-financeiras, nos anos de 69-70, com repercussão na obtenção de material adequado e operacional, inclusive aviões de transporte;

— a necessidade de arbitrar-se o valor máximo desta tropa, em função do efetivo global das forças terrestres de combate.

Destas condições, infere-se que a organização da Bda Aet deve contar com dois conjuntos interligados: um, para a caracterização da tropa, conjunto de unidades das armas e serviços aeroterrestres; outro, que possibilite a qualificação básica aeroterrestre, como um grupamento orgânico e integrante desta GU/Aet.

(1) **A Tropa**, à base de organizações simples e flexíveis, totalmente aerotransportadas e aptas ao lançamento em pára-quedas, é constituída de 3 batalhões de infantaria (60% do efetivo combatente), com comandos independentes; de 1 grupo de artilharia (obuses de 105mm); de um comando de grupamento de unidades de apoio (GUA/Aet), organização peculiar a esta tropa, de nível batalhão; e de um Quartel General e companhia de QG.

O GUA/Aet reúne sob um único comando, todas as organizações militares de apoio de combate, tais como as companhias de engenharia, de intendência, de material bélico, saúde e de comunicações. A ele ainda se incorporam a Banda de Música e os Destacamentos de Preenchimento que realizam a soldadura operacional com as unidades de aviação de TT, nas zonas de lançamento e de aterragem; de Forças Especiais, para as missões distintas associadas ao emprego da tropa ou não; de Suprimento de pára-quedas, no caso de operações partidas de fora da base de apoio.

(2) **O conjunto** que possibilita a qualificação básica aeroterrestre; assegura o suprimento de pára-quedas, a sua manutenção bem como a preparação de cargas pesadas para o lançamento; assiste e preserva a saúde e higiene muscular da tropa, é definido respectivamente pelo Centro de Instrução Aeroterrestre General Penha Brazil, a Companhia de Suprimento e Manutenção de Pára-quedas e o Grupamento de Saúde.

Toda a vida e atividade da Bda, a bem dizer, gravita em torno deste núcleo central responsável pela operacionalidade e eficiência técnica do combatente aeroterrestre.

Sistemática administrativa. — Foi adotada para a Bda Aet a unificação administrativa de toda a GU/Aet e permitida a semi-autonomia, para determinados fins administrativos, aos comandantes das diversas unidades aeroterrestres.

A localização das unidades da Brigada em uma área relativamente diminuta; a posição relativa dos aquartelamentos, capazes de serem inscritos em uma elipse, cujo eixo maior não excede a 3 km; a tendência de simplificar e disciplinar as atividades administrativas, condicionando os gastos e fixando cronogramas de desembolso; o desejo de deixar às unidades apenas as preocupações exclusivas nos encargos e misteres da instrução (formação e adestra-

mento) e do emprego; e, por fim, as facilidades oferecidas pela utilização de computadores eletrônicos, possibilitaram ao Estado-Maior do Exército, na organização da Bda Aet:

— centralizar as atividades de suprimento, de finanças e de assistência médica;

— atribuir aos comandantes das unidades o exercício do controle integral do material e a administração total dos assuntos relacionados com o pessoal.

No conjunto das instalações, hoje ocupadas pelas unidades aeroterrestres, destacam-se três regiões bem distintas dos aquartelamentos: a região central, do GUA/Aet; a do agrupamento de unidades de infantaria; e o estacionamento do grupo de artilharia, regiões estas conhecidas respectivamente por Colina, Arrolo dos Afonsos e Deodoro.

Neste caso, resta à GU/Aet, como unidade administrativa:

(1) garantir e operar as três regiões referidas com atendimento de subsistência e de material, com os seus próprios meios; enquadrar reforços relativos às atividades citadas, oriundas das unidades apoiadas nas respectivas regiões;

(2) garantir e operar, na região central, uma agência de finanças — a pagadoria da Bda — englobando as atividades diretas de pagamento do pessoal; de indenização, de adiantamentos, de repasse, aos comandantes de unidades, agentes diretos de administração, se necessário;

(3) garantir e operar um "centro médico", centralizando em pessoal e material, todas as necessidades da assistência preventiva e mesmo curativa, em certos casos;

(4) atribuir, por delegação de competência, certas e determinadas tarefas e funções administrativas com vistas, quer à supervisão, controle de execução de serviços prestados, quer mesmo aos assuntos referentes à disciplina e às medidas e providências ligadas à segurança dos aquartelamentos.

3. INSTRUÇÃO E EMPREGO DE TROPA AEROTRANSPORTADA

É princípio doutrinário pacífico que todas as unidades das forças terrestres, suscetíveis de se deslocarem pelo ar, devam receber instrução sobre os fundamentos e a técnica do movimento aéreo, ficando em condições de utilizar este transporte tanto de dia como à noite, em missão de combate ou em um simples movimento administrativo.

mes.

Uma vez desembarcadas, as unidades devem ficar em condições de entrar em combate ou de realizar movimento a pé, por ferrovia ou em transporte motorizado, com apenas o equipamento conduzido por via aérea.

Evidentemente o movimento, por este meio, de unidades que não aeroterrestres, só deve ser empregado quando obstáculos geográficos, forças inimigas, grandes distâncias e condições de tempo excluem ou dificultam grandemente a utilização de outro processo de movimento.

Qualquer unidade pode ser adaptada para o movimento pelo ar, mediante instrução adequada e certas alterações de equipamento, que não sejam grandes a ponto de comprometer a eficiência combativa da unidade no desempenho de sua missão principal.

As características dos aviões, por outro lado, impõem certas limitações do equipamento que acompanha as unidades aerotransportadas.

É importante salientar que estas unidades devem realizar instruções e ensaios da mesma maneira que as unidades aeroterrestres, exceto no que diz respeito ao salto em pára-quedas. Os comandantes e oficiais de estado-maior devem ter um conhecimento perfeito dos processos táticos e técnicos inerentes ao planejamento e execução de uma operação aeroterrestre, dos quais destacamos os seguintes:

Realização do aprestamento; disciplina de voo; reunião, reorganização logo após a aterragem e conduta das operações no objetivo; suprimento por via aérea; perfeito conhecimento das características, possibilidades e limitações dos aviões de transporte usados no Brasil; normas de emergência e utilização de equipamento para sobrevivência, em caso de acidente; preparação das cargas (equipamento) para o movimento aéreo e de sua respectiva documentação; carregamento e amarração de fardos e do material pesado, inclusive a utilização de dispositivos especiais para esse fim; procedimento da Unidade para pedir e receber suprimento por via aérea; preparação psicológica do homem para o voo e para atuação em condições peculiares de combate; adestramento para embarcar e desembarcar rapidamente das aeronaves e medidas de segurança em torno das mesmas.

Como dado médio, podemos dizer que havendo local adequado para a instrução, instrutores habilitados e o equipamento necessário, uma unidade terrestre do valor de batalhão pode preparar-se razoavelmente, para realizar um movimento aéreo, com 8 a 10 dias de instrução, de oito horas de trabalho por dia. A repetição dessa instrução, com certa frequência, permitirá manter em nível adequado o treinamento adquirido.

Deve haver um entrosamento perfeito com as unidades de pára-quedistas, a fim de que os planos de desembarque, reunião, reorganização e emprego tático das unidades aerotransportadas estejam intimamente coordenados com os dos elementos da força aeroterrestre já na cabeça-de-ponte aérea ou região do objetivo.

Tal coordenação diminuirá a interferência com as operações em curso, realizadas pelos pára-quedistas, evitando confusão, congestionando e facilitando o emprego rápido das unidades aerotransportadas.

Ao que sabemos, até hoje no Brasil não foi ministrada especificamente em profundidade nenhuma instrução para preparo de tropa aerotransportada no nível Batalhão. Tem havido, isto sim, estágios de Oficiais do Curso de Intendência da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, junto ao DOMPSA (Curso de Dobragem, Manutenção de Pára-quadras e Suprimento pelo Ar) visando o suprimento por via aérea e também estágio de cadetes da AMAN, e de Oficiais e Sargentos dos Exércitos para conhecimentos generalizados sobre tropa aeroterrestre e aerotransportada.

4. SEGURANÇA INTERNA — CONTRIBUIÇÃO DO COMBATENTE AEROTERRESTRE

4.1 — É doutrina firmada entre nós que para as Forças Armadas atuarem contra a Guerra Revolucionária, necessitam:

a. Destruir, imediatamente, os núcleos revolucionários assinalados, realizando permanentemente, para isso, ações preventivas e repressivas em todo o território Nacional.

b. Confinar e reduzir, em áreas isoladas, as forças revolucionárias remanescentes, de modo a evitar a generalização do conflito.

c. Preservar, a todo custo, os principais centros da vida Nacional e os Serviços Públicos essenciais, particularmente os de transporte, comunicações e energia elétrica.

d. Concentrar, com oportunidade, o poder político militar nas áreas conflagradas e assegurar, nas demais, a proteção da população e a normalidade da vida civil.

e. Impedir o auxílio externo aos revolucionários.

4.2 — Examinando-se as ações acima, verifica-se que uma das tropas mais aptas a fazer face às mesmas, pelo menos nas suas fases iniciais, é a aeroterrestre, quer pela sua atuação de surpresa, agressividade, destemor, instantaneidade de ação, possibilidade de em curto prazo vencer grandes distâncias e barreiras geográficas, quer mesmo pelas condições de coragem, arrojo, resistência à fa-

diga, iniciativa, aptidão e gosto para a disputa e para o risco e outras tantas qualidades positivas inerentes aos seus integrantes.

4.2.1 — Tal estado de treinamento é obtido graças à objetividade da instrução ministrada à tropa, desde a chegada do conscrito que logo após umas poucas semanas de convivência nas diferentes unidades depois da incorporação, é enviado ao "Centro de Instrução Aeroterrestre General Penha Brazil", organização militar que tem por missão a formação básica do combatente aeroterrestre; a habilitação de oficiais, subtenentes e sargentos pára-quedistas para o desempenho de missões de mestre de salto, precursores aeroterrestres, dobragem, manutenção de pára-quedas e suprimento pelo ar e execução de salto livre; preparação de militares, pára-quedistas ou não, para o planejamento e execução do transporte pelo ar, emprêgo de táticas e técnicas utilizadas pelos "Comandos", e emprêgo de doutrinas e técnicas sobre guerrilhas e operações de "fôrças especiais".

Terminada a instrução básica de pára-quedista, o conscrito, já possuidor de conhecimentos elementares sobre o equipamento de lançamento de pessoal e material, conduta no transporte aéreo, características rudimentares das aeronaves de transporte de tropa e das técnicas de reorganização após os lançamentos, é levado para a região de Xerém (RJ) onde é submetido a uma instrução intensiva, em regime de tempo integral, com o objetivo de familiarizá-lo com particularidades da instrução individual, técnica e tática relativamente ao seu preparo como combatente nos aspectos de sobrevivência e combate na selva; emboscada e contra-emboscada, silenciamento de vigias e sentinelas, fuga e evasão; de tiro instintivo, transposição de obstáculos e escaladas; de orientação, observação e reconhecimento, diurnos e noturnos; de patrulha. O desenvolvimento deste treinamento é feito sob os fundamentos de uma intensidade exaustiva, disciplina rigorosa de execução, continuidade absolutamente intermitente e de um realismo tal que os fracos e indecisos não o suportam. Testados no crisol que é a Área de Estágio, depois de terem sentido na face o sópro das hélices das aeronaves de onde se lançam no ignoto e após a rudeza do treinamento individual básico de combate, merecem os conscritos a honra de ostentar no peito o distintivo de pára-quedistas e de usar a boina vermelha e a bota marrom que caracterizam aquela tropa de escol. É este tipo de soldado, alfabetizado, desempenado, de vigor físico excelente, com reações psicológicas já acomodadas, cheio de iniciativa, que tem espírito de equipe, orgulhoso de si mesmo e da tropa a que pertence, devolvido às diferentes subunidades para nelas iniciar a instrução básica de qualificação e posteriormente desenvolver seus conhecimentos no período de aplicação.

4.2-2 — Os cabos e soldados antigos participam de uma instrução de atualização com a finalidade de mantê-los psicológica e tecnicamente nas melhores condições para enfrentar qualquer tipo de ação subversiva ou participar de missões de Segurança Interna, em qualquer área do território nacional.

O treinamento físico é agora orientado na preparação do combatente, incluindo-se ataque e defesa pessoal, natação e transposição de obstáculos, enquanto a instrução de Combate e Serviço em Campanha visa a desenvolver o espírito agressivo do aeroterrestre, a iniciativa, os ardis para a conduta na luta contra os subversivos de todos os matizes e praticar os aspectos coletivo e particularizados do combate nas diversas regiões geográficas do país, inclusive nas áreas urbanas.

É dada ênfase à ação educacional e instrução da Guerra Revolucionária, compreendendo uma parte doutrinária e outra de aplicação, inclusive com estágios nos Serviços de Segurança do Estado, Federal, do Exército, Marinha e Aeronáutica.

4.2.3 — Os quadros são submetidos à instrução de atualização ou de formação e especialização, sem descuidar a instrução física, o tiro, as demonstrações nos Estados e os reconhecimentos de zonas de lançamento (ZL). Os diferentes exercícios são feitos dentro de um quadro tático simples para manter oficiais e sargentos familiarizados com os trabalhos de estado-maior, visando particularmente ao planejamento, preparação e execução de operações aeroterrestres.

4.2.4 — O que talvez pouca gente sabe no Exército é que a instrução ministrada no Curso de Comandos e no de Forças Especiais atingiu um alto grau de eficiência e operacionalidade, sendo desenvolvida da seguinte maneira:

a. Curso de Comandos: (Para oficiais e sargentos para-quedistas ou não)

— Primeira fase, destinada ao preparo do aluno, para o emprego de táticas e técnicas utilizadas nas operações tipo "Comandos" e ao treinamento físico especializado.

— Segunda fase, visando ao preparo dos instruídos para o combate em terreno montanhoso e a exercícios táticos realísticos, inclusive com a participação da Aeronáutica e da Marinha.

— A terceira fase, feita no Centro de Operações na Selva e Ações de Comandos (COSAC), em Manaus, antigo CIGS destina-se ao preparo dos alunos para operações em selva.

b. Curso de Forças Especiais (Sòmente para oficiais e sargentos pára-quedistas, possuidores do Curso de Comandos). Este Curso também se desenvolve em três fases:

— Primeira, de 9 semanas, visando dar ao aluno conhecimentos gerais sòbre o emprêgo de doutrinas e técnicas sòbre guerrilhas e operações de forças especiais.

— Segunda, de 7 a 9 semanas, que habilita os instruendos ao exercicio das funções específicas que irão desempenhar após o término do Curso: O Centro de Estudos de Pessoal e as Escolas de Material Bélico e de Comunicações colaboram com a instrução desta fase.

— Terceira, de 3 semanas, destina-se à execução de exercicios práticos com o emprêgo dos alunos organizados em equipes. Nesta fase, Instrutores e alunos chegam à área de exercicio utilizando o salto livre com o pára-quedista armado e equipado para missão de guerra, o que até então não era feito com o emprêgo do pára-quedas para salto livre. Muito têm concorrido para o aprimoramento desta instrução os cursos ultimamente feitos por especialistas da Brigada Aet na Escola John Kennedy, em Fort Bragg, nos Estados Unidos, onde são formados os famosos "Boinas Verdes" daquele país.

Em 1965, um pequeno número de Pqdt atuou na região de Foz de Iguaçu para a capital dos guerrilheiros chefiados pelo ex-coronel Jeferson Cardim de Alencar Osório.

4.2.5 — Acostumados a fazer as coisas sem alarde e sem autopromoção, com o desejo único de justificar o nome de sua tropa como sendo de elite e de capacidade operacional comprovada, têm os pára-quedistas contribuido eficazmente para dinamizar a instrução de nosso Exército, sendo oportuno que se ressalte este fato, quando acabam de comemorar seu Jubileu de Prata, mais como um prêmio justo ao seu trabalho de pioneirismo, de inovação. A tropa aeroterrestre já realizou missões de toda a natureza em várias partes do território nacional, desde resgate de vítimas de avião desaparecido na região amazônica, como de auxílio às operações contra inundação. O Centro de Instrução de Guerra na Selva, hoje de fama internacional, nasceu dos pára-quedistas e deles se abastece até hoje, o mesmo acontecendo com o Departamento de Instrução Especial da AMAN.

A bota marrom já pisou solo estrangeiro, com participação destacada em manobras com exércitos de outros países na Zona do Canal do Panamá, e em demonstrações de salto no Chile, Paraguai e Peru. A despeito de já ter ultrapassado a casa dos 400.000 saltos, de ter qualificado mais de 21.000 pára-quedistas brasileiros, entre os quais 8 Generais, 2 Brigadeiros e 1 Almirante Fuzileiro Naval; de ter brevetado 5 militares norte-americanos, 11 peruanos, 3 paraguaios, 3 equatorianos e 2 portugueses; de ter proporcionado está-

gio de Mestre de Salto, de Dobragem e Manutenção de Pára-quedas e Suprimento pelo ar para militares paraguaios, a percentagem de acidentes fatais é de 0,0045% e o de não fatais de 0,7%, o que comprova a eficiência da instrução ministrada e a apurada técnica do trabalho desenvolvido pela Companhia de Intendência de Suprimento e Manutenção de Pára-quedas.

Todos os Exércitos e os Comandos Militares de Área já contam com a participação de pára-quedistas em suas Manobras e algumas Regiões Militares já solicitaram equipes para ministrar instrução especializada de contraguerrilha e organizar pistas visando o adestramento para a guerra irregular.

No campo dos desportos é a Brigada Aet celeiro de grandes atletas, alguns internacionais, como o Major Malta, e Sargento Cantarelli, para citar os mais conhecidos, sendo suas diferentes equipes por muitas vezes chamadas para representar o I Ex, como acontece com a de pedestrianismo. Por três vezes a equipe de salto livre já compareceu em competições internacionais, duas na Europa e uma no Brasil, fazendo excelente figura, não sendo de admirar que conquiste um 1.º lugar dentro em breve.

5. CONCLUSÃO

a. A operação aeroterrestre é uma empresa complexa, que exige alto grau de coordenação das atividades, um planejamento integrado e metódico e uma execução segura e precisa.

Trata-se de ajustar técnicas e táticas de elementos das forças terrestres e das forças aéreas, estas de meios pesados, pouco manobráveis, desarmados, voando sob condições particulares (formações padronizadas, rígidas de vôo de grupo, lançamentos em áreas restritas, e de condições difíceis de aproximação, muitas vezes de dimensões limitadas, não exigindo condições seguras de precisão); aquelas dotadas de uma técnica particular para chegar ao solo em condições de combate diferenciadas, particularmente nas situações primeiras das operações em terra. Uns e outros carecendo de um apoio aéreo de fogo e de suprimento, do conhecimento das condições de segurança nas proximidades da área de intervenção. Estas condições estão a exigir não só o conhecimento de técnicas e processos particulares de estudo, planejamento, preparação das ações aeroterrestres, mas a indispensável preparação psicológica e o convívio destes combatentes. Este conjugado deve ser preparado desde os estágios primários da preparação técnica de vôo e salto, e a vontade e determinação da equipe deve ser forjada sob a inspiração de uma estima e compreensão indissolúveis.

b. No tocante a emprêgo nas condições estimadas da Conjuntura Internacional e Nacional, esta referida em particular à Segurança Interna, há necessidade indeclinável de o Comando Supremo

dispor, de imediato, dêste Grupamento de Forças para fazer-se presente em curto prazo, intervir mesmo em áreas preestabelecidas quer pelo planejamento de guerra (interna), quer pelas zonas estimadas de perturbação da ordem, em situações de paz (de política anormal). Esta equipe, êste verdadeiro time das Forças Armadas, estruturado e adestrado como um todo, nas condições definidas, intervirá na missão de verdadeira Polícia Nacional em benefício da manutenção da ordem interna e da preservação do regime democrático.

Constitui por sua vez, a sua presença em estado de alerta, de permanente vigília da Ordem e Segurança, fator apreciável do desencorajamento das atividades perturbadoras da vida Nacional. Êste fato, por si só, acrescerá de muito as condições de paz e de Segurança Interna, tão necessárias ao desenvolvimento e progresso Social do País.

c. De outro lado, a existência dêste Grupamento de Forças como um todo, concorrerá para o desenvolvimento e aprimoramento das técnicas de Comando Combinado, surgimento natural de condições para a sua existência entre nós, com repercussão saudável na fixação de normas, particularmente destinadas ao nosso temperamento e aptidão para êste tipo de trabalho integrado.

d. O pára-quedista militar necessita de condições físicas especiais e de uma primorosa coordenação muscular, obtidas através de um trabalho progressivo, devidamente programado e controlado, a fim de que se possa reduzir de muito as possibilidades de acidentes, quer no treinamento ou no emprêgo em missões de guerra. Daí a necessidade de se dispor desde o início, por ocasião do Recrutamento, de boa matéria-prima, de homens física e psicologicamente melhor capacitados que os das demais organizações do Exército.

e. Há 25 anos uns poucos idealistas, oficiais e sargentos, chefiados pelo Cap Roberto de Pessoa, foram brevetados em terra estrangeira e posteriormente comandados pelo sempre lembrado Gen Nestor Penha Brazil, conseguiram implantar no país os primeiros efetivos aeroterrestres, hoje consubstanciados em uma Brigada, de excelente adestramento e acendrado espírito de corpo, tropa de escol de nosso Exército. É oportuno que aquêles memos pioneiros, que agora se unem chelos de alegria à família pára-quedista para comemorar o Jubileu de Prata dos soldados do ar, lembrem e se permitam transcrever alguns conceitos que vivem e terão que viver sempre presente na tropa que respeitam e admiram:

- “O pára-quedista deve conquistar e merecer a estima e o respeito de seus concidadãos, já que a fase de admiração e do entusiasmo pelo que se pode fazer e realizar está completamente superada. Não adianta pensar que é bom, é imperativo provar que o é.”

- "a guerra é, antes de tudo, um combate interior; é na alma de cada soldado que a batalha é ganha ou é perdida."
- "nossa atividade de pára-quedista é bela.
Bela porque nos ensina o desprendimento, a renúncia, a paciência e a obediência.
Bela porque nos inspira e estimula o espírito de camaradagem.
Bela porque cria a coragem, a audácia e o espírito de sacrifício.
Bela porque é a escola da honra e da lealdade. Bela porque faz de nós, homens".
- "A presença do chefe encoraja, o seu exemplo contagia, a sua palavra reconforta; quando ele combate dá a sua vida pela Pátria e, consciente do perigo não hesita em afrontá-lo para cumprir integralmente o seu dever; se tem medo, sabe dominar-se, controlar os seus nervos e obter a força do espírito na sua Fé, no seu amor à Pátria, no olhar dos seus homens".
- "As profissões nobres têm sido sempre as que não enriquecem e o desprendimento é a primeira virtude do soldado".
- "A Força Armada é a expressão da alma nacional; enfraquecer as virtudes militares é trair; servir à sua causa é servir à Pátria."

— *A comunicação humana, dom específico que complementa a definição da condição de pessoa, emerge, agora em toda a pujança, de um paradoxo fundamental de nossa existência. A essa potencialidade espiritual que encerra o segredo da re-criação, acrescentou a tecnologia a dimensão da massa e postou o grande ator diante de seu crucial drama: informa mas não comunica, fala mas não dialoga.*

WALTER RAMOS POYARES

A CAVALARIA AÉREA

Cel QUEMA Cav

JOÃO SEVERIANO DA FONSECA HERMES NETTO

1 — No momento em que se cogita da reestruturação do EXÉRCITO, tendo por finalidade sua modernização e conseqüente reaparelhamento, para adequá-lo a sua destinação, quer no plano nacional, quer no internacional, torna-se imperioso que se pense na CAVALARIA AÉREA.

1.1 — A Divisão de Cavalaria Aérea, denota e conota em seu contêxto:

1.1.1 — *Aumento de Operacionalidade das Forças Terrestres;*

1.1.2 — *Segurança e*

1.1.3 — *Desenvolvimento.*

1.1.1.1 — O aumento de Operacionalidade das Forças Terrestres, prova-o o seu emprêgo na atual situação do VIETNAM. Hoje voam no SUDESTE ASIÁTICO, da ordem de 4.000 helicópteros. O Gen ALLEN BURDETT um dos Cmts mais destacados do VIETNAM declara: "sem helicópteros estaríamos arrasados, nossas reservas esgotadas e precisaríamos de um efetivo bem maior em tropas".

O Gen WILLIAM WESTMORELAND calcula que se não houvessem helicópteros, haveria necessidade de cinco (5) milhões de homens para o desenvolvimento das operações que realizou no período mais agudo de seus anos de Comando no T.O. em questão.

O Ten Cel JOHN R. GALVIN descreve magistralmente em o "O CÊRCO DE KHE SANH" o emprêgo da 1ª Divisão de Cavalaria Aérea dos ESTADOS UNIDOS, desde o planejamento da operação até sua execução em minúcias, onde tôdas as missões da ARMA DE



PRIMEIRA DIVISÃO DE CAVALARIA AÉREA OPERANDO NO CAMBOJA
— Com a **MISSÃO DE DETER** o avanço de **FORÇAS NORTE-VIETNAMITAS** infiltradas no CAMBOJA, tropas da Primeira Divisão de Cavalaria chegam à frente de combate, cerca de setenta (70) quilômetros a **NOROESTE DE SAIGON**. Cada "**CAVALO ALADO**" conduz seis a sete soldados de cavalaria.

OSÓRIO foram revividas, evidenciando que a **CAVALARIA** atinge em pleno século XX novamente seu apogeu. "A importância de **KHE SANH** denominada **OPERAÇÃO PEGASUS**" está em que ela obteve êxito não contra uma **FORÇA DE GUERRILHEIROS**, fugaz e ardilosa, mas contra duas (2) Divisões convencionais potentes e bem supridas, combatendo com apoio de Artilharia e empregando as táticas defensivas normais. Esta **OPERAÇÃO**, durou dez (10) dias, constituindo por assim o "*instrumento*" que aferiu das possibilidades da Cavalaria Aérea em condições de combate das mais "sofisticadas".

A capacidade de penetrar em regiões em que não estão bem definidas o valor e o dispositivo do inimigo, a possibilidade de um reconhecimento agressivo rente ao solo, a *extraordinária mobilidade*, permitindo a *Divisão concentrar-se no ponto decisivo* e bater o inimigo por partes antes que ele pudesse carrear reforços, evidenciou a necessidade da "cavalaria aérea".

O transporte por helicópteros da Artilharia de Apoio da Divisão de Cavalaria Aérea, de um lugar para outro, a par da tecnologia no

trato do armamento do "cavalo do ar" — foguetes, metralhadoras de maior calibre, lança granadas, etc. — bem como a conquista da superioridade aérea em um T. O. certamente propiciará em futuro não remoto seu emprego em *Assalto Estratégico*, isto é, de longo alcance".

O Gen Div James Gavin, em **ESTRATÉGIA DO ESPAÇO E A DEFESA DO MUNDO LIVRE**, antevendo o "problema" da CAVALARIA AÉREA, declara:

"Além das forças da OTAN, encarregadas da defesa imediata da Europa Ocidental, deve existir uma Brigada de Choque Local, situada em tal posição que permita a movimentação pelo ar para qualquer área em dificuldades. Esta Brigada deve consistir de pelo menos uma Divisão de Cavalaria do Ar (sky-cavalary) de grande mobilidade (tropas de choque de equipamento de vôo individual e duas Divisões Blindadas, apoiadas por vários comandos de Engenheiros Dirigidos de Apoio).

Devemos, portanto, organizar forças que possam proteger as Bases Árticas. A tarefa envolverá todas as três Forças Singulares a Força Aérea operando com a linha "DEW", o Exército manipulando seus engenhos de defesa e a CAVALARIA DO AR, e a Marinha os seus submarinos com engenhos dirigidos. Todo o empreendimento deverá ser um esforço unificado.

O Exército deve, com a maior brevidade possível, converter essas Divisões Aerotransportadas em Divisões de Cavalaria do Ar de maior mobilidade. As Tropas Aerotransportadas são conduzidas ao campo de batalha pelo ar, chegando lá tanto por pára-quedas como por avião, e em seguida lutam como soldados de Infantaria; *as Tropas de Cavalaria do Ar permanecem dentro ou perto de seus helicópteros individuais ou "jeeps" do ar e executam as missões de incursão e reconhecimento, como fazia a antiga Cavalaria*. A eficiência do pára-quedas deve ser preservada para que as tropas possam ser levadas para a zona de combate sem que os aviões tenham que aterrizar em pistas longas".

O Cap CHARLES W. DONALDSON, em artigo "O COMBINADO CAVALARIA AÉREA E MECANIZADA", dado sua experiência vivida em operações na guerra do VIETNAM, assevera:

"a experiência da 1ª Bda Cavalaria Mecanizada com a Cavalaria Aérea propiciou êxitos sem precedentes em benefício das tropas terrestres".

O aumento da eficiência não foi unilateral em benefício das tropas terrestres.

A Cavalaria Aérea ganhou a força de apoio que pôde explorar os "informes" obtidos pela Cavalaria Mecanizada que possui armas de

maior calibre, viaturas blindadas e os fuzileiros necessários para tirar os inimigos dos abrigos e trincheiras, que por vezes era relativamente invulnerável aos ataques pelos armamentos dos helicópteros.

A Cavalaria Aérea teve a vantagem de trabalhar sob um Comando que entendia SUA MISSÃO, SUA ORGANIZAÇÃO, SUAS POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES, por ser da MESMA ORIGEM QUE ELA.

A conjugação da Cavalaria Mecanizada com a Cavalaria Aérea criou um combinado que utiliza a *potência de fogo e a ação dos blindados* a par da *velocidade, mobilidade e versatilidade* do helicóptero. O emprêgo dêste combinado, altamente móvel e mortífero, no terreno apropriado, liberta a *INFANTARIA* para seu emprêgo em áreas compatíveis com suas características."

Não podemos esquecer o que preconiza nosso Manual Provisório de Operações — C 100-5 — quando doutrina — *que os elementos de combate da CAVALARIA devem em princípio combater embarcados — em veículos aéreos, terrestres ou desembarcados...*

A mobilidade aérea ampliando as áreas de reconhecimento, aumenta as possibilidades de observação e vigilância e torna possível o transporte de patrulhas armadas e equipadas, o que significa ISTO SENÃO A CAVALARIA AÉREA?

O emprêgo da Divisão de Cavalaria Aérea, da Brigada de Cavalaria Aérea, bem como do Esquadrão de Cavalaria Aérea, isolados ou em cooperação com Elementos da Cavalaria Mecanizada ou Blindada traduz um aumento de Operacionalidade das Forças Terrestres, e a par de propiciar maior *Segurança* para os Grupos de Exército, Exércitos e Divisões. Tal conceito é perfeitamente válido para a Guerra Nuclear, pois a *estrutura* de qualquer Divisão de Cavalaria: seja Hipo, Mecanizada, Blindada ou Aérea é adequada para que em seu núcleo, seja possível a *organização de grupamentos* específicos — até de *deterência* — com a vantagem de não oferecer ALVO COMPENSADOR A UM INIMIGO que disponha de ENGENHOS NUCLEARES. Afirmamos: Século XX período áureo da Arma que immortalizou ANTÔNIO JOÃO, CAMARA, ANDRADE NEVES e o GRANDE VENCEDOR DE TUIUTI — OSÓRIO.

1.1.1.2 — *Segurança*: A visualização do acima exposto, nos evidencia que a Divisão de Cavalaria Aérea cumpre tôdas as clássicas missões da CAVALARIA.

A versatilidade do helicóptero nos dias atuais é impressionante seja qual for o tipo de operação a ser executada: observação, reconhecimento, combate embarcado, transporte de pessoal e material.

Impacto para os peritos militares mundiais: *o helicóptero tem se mostrado menos vulnerável ao fogo terrestre do que os próprios aviões de combate...*

O Cel WILLIAM BOEHM, membro de uma *Comissão de Estudos do Problema do Helicóptero Militar*, lembrou com muita oportunidade o êxito dos aparelhos tipo "CAYUSE" em utilização no VIETNAM. Um deles nas primeiras mil (1.000) horas de voo, foi abatido e recuperado cinco vezes. Além disso, em 57 missões teve avarias sérias, sofrendo 157 perfurações por bala. O "CAYUSE" foi levado para os Estados Unidos, passou por "reformas" estruturais e voa hoje no SUDESTE ASIÁTICO em missões de guerra. Apreciamos assim o desenvolvimento tecnológico conotando — SEGURANÇA:

Na atual guerra da Ásia, para que fôsse possível o resgate de milhares de civis e militares, os técnicos de TIO SAM estudaram o pouso na floresta, de helicópteros capazes de transportarem cargas de até 3.500 quilos, desenvolvendo um tipo de *plataforma metálica*, que é lançada sobre as árvores, constituindo um HELIPORTO de 5,50 m de lado; tal HELIPORTO tem meios de comunicação com o solo e após completada a descarga do material é o mesmo facilmente recolhido também por helicópteros.

2 — No caso do Brasil — dada a diversidade de nosso T. O., unidades de Cavalaria Aérea se impõem, mesmo em áreas pioneiras.

Os atuais helicópteros oferecem já atuação impar nas guerras convencionais; a adoção da *turbina*, considerada o "queimar etapas" no desenvolvimento tecnológico dêsse CAVALO AÉREO, já permite o transporte de 10 (dez) toneladas. Técnicos nas grandes superpotências trabalham silenciosa e secretamente para que esta "marca" seja dobrada ou triplicada em futuro próximo.

2.1 — As características do SH 47A (CHINOOK) nos permitem antever tais progressos:

- Velocidade — 240/H.
- Capacidade transporte de tropa — 33 homens completamente equipados.
- Autonomia de voo — 2 H 40 minutos.
- Tripulação — 3 (três) homens.

2.2 — A procura nos mercados mundiais do "ALOETE" helicóptero de fabricação francesa, nos dá idéia da "coqueluche" do momento: 30 (trinta) países estrangeiros já compraram 1.286 unidades, enquanto que as Forças Armadas da França adquiriram 614.

Dentro do enfoque dado pelo EME, "aumento dos orçamentos no "quantum" necessário aos investimentos e outros custelos mantidos os dispêndios com pessoal" ... admitindo uma modernização da atual estrutura — em fase adiantada de processamento — teremos um Exército mais eficiente em termos de operacionalidade até 1975, certamente com o PROBLEMA DA DIVISÃO DE CAVALARIA AÉREA JÁ EQUACIONADO.

3 — CONCLUSÃO:

Sabemos que o EME estuda o problema em pauta. Sugerimos a Divisão de Cavalaria do AR, sediada em PIRASSUNUNGA, (São Paulo), em área contígua ao Campo dos Afonsos (Rio de Janeiro), a fim de que as instalações da Aeronáutica prestem o *Apoio de Base*.

Após a implantação da *Divisão*, seriam criados Núcleos de Esquadrão de Cavalaria do Ar em MANAUS, BOA VISTA (sede de uma Unidade de Cavalaria pelo antigo Plano de Equipamento da Amazônia) ou PORTO VELHO ou em CAMPO GRANDE (MATO GROSSO), próximo a BASE DE CUMBICA no Rio Grande do Sul (sempre objetivando a proximidade das Bases da Aeronáutica para o conseqüente Apoio de Base).

3.1 — Os pilotos seriam inicialmente oficiais com o Curso de Observação Aérea e Instrução de Pilotagem Inicial e o "núcleo base" o pessoal dos atuais PELOTARES.

3.2 — Definidas as características técnicas a que deveriam responder as exigências operacionais do material a ser comprado — helicópteros — o Exército deveria providenciar sua fabricação no Brasil através do Centro Técnico da Aeronáutica — São José dos Campos — São Paulo. A obtenção no exterior de qualquer item relativo a helicópteros deverá ficar condicionado, como solução final, a nacionalização completa.

3.3 — O material a ser comprado — helicópteros — entrou no orçamento de 1971? Caso positivo, pensamos que os estudos deverão ser reativados com urgência pelo EME, a fim de que a Arma de Cavalaria se modernize e fique em consonância com o que prescreve o novo Manual Provisório de Operações C-100 5.

3.4 — As despesas poderão ser enquadradas "dentro dos Orçamentos Programas de 1971" e seguintes;

3.5 — A parte do apoio logístico e técnico inicialmente, seriam a cargo das diversas instalações da FAB. (Base mais próxima do Centro de Cavalaria a ser criado).

3.6 — Problema da obtenção de recursos:

A luz (do estudo) do ATO COMPLEMENTAR n.º 43, de 29 Jan 69, que revogou a LEI COMPLEMENTAR n.º 3 — que regulava os Orçamentos Plurianuais de Investimentos (O.P.I.) e que fixa a apresentação do 1.º Plano Nacional de Desenvolvimento para 15 Set 71 — conclui-se que o referido ano (1971) terá suas despesas de capital desvinculadas do O.P.I.

3.7 — Esclareço ainda que o O.P.I. atualmente em vigor termina em 1970 e o seguinte deverá abranger os anos de 72, 73 e 74,

facilitando assim, a obtenção dos recursos necessários a implantação da nova despesa (compra de mais helicópteros para a Cavalaria).

3.8 — Talvez haja também viabilidade na organização de um Projeto Plurianual, com os recursos orçamentários do Fundo do Exército, objetivando (visando) atender a implantação da CAVALARIA AÉREA.

3.9 — Diz o Gen ROBERT W. GROW Cmt da Divisão Blindada durante a 2ª Grande Guerra Mundial: "A missão da Cavalaria foi a de proporcionar ao Comando a possibilidade de ocupar rapidamente *Pontos Chaves do Terreno*, *EXPLORAR O ÊXITO* e levar a cabo *AMPLAS E RÁPIDAS MANOBRAS*."

"As armas de diferenciam por seu papel no campo de batalha, porque há determinadas *MISSÕES* que as forças que as desempenham *devem realizá-las montadas, ninguém pode negar.*"

"Montado ou embarcado (viatura blindada ou aérea) ao ritmo da ação da Cavalaria."

"Necessita-se de aumentar a *MOBILIDADE DOS ESPÍRITOS...*"

"Há que impedir também que a guerra restrita, política ou geograficamente como foi a da COREIA, nos cegue até nos fazer perder de vista que a guerra *decisiva* dificilmente deixará de ser continental.

Devemos por último, impedir que a preocupação de "massa" obscureça a nossa visão de *MOBILIDADE*."

"O lado que possa contar com Chefes que acreditem e sintam a *MOBILIDADE*, que organize *EXÉRCITOS* nos quais as proporções das forças *montadas* e a pé sejam equilibradas e que no campo de batalha empregue adequadamente *massas "mobilidade"*, ganhará as batalhas terrestres da *próxima guerra*."

"Não é preciso grande esforço de imaginação para se dar conta de que a cooperação do Exército do AR, exija forças montadas bem equipadas e autônomas."

"A *mobilidade inicia-se no pensamento*. Os Chefes devem *pensar* como se estivessem *montados*. Temos muitos Chefes deste tipo nas Américas."

"Revivamos a mobilidade mental..."

3.10 — Compreendemos perfeitamente o grau de sofisticação tecnológica, que se impõe para a *construção* de um helicóptero no BRASIL, mas acreditamos que, face ao desenvolvimento da EMBRER, com total apoio do Ministério da Aeronáutica a par da colaboração dos técnicos do Exército e da Marinha, bem como da atual política de Segurança e Desenvolvimento do atual GOVERNO, tais óbices sejam superados em curto prazo.

Encareço a todos os companheiros — com especial ênfase os da Arma de Cavalaria — contribuições, críticas, aparas, e ampliação ao presente trabalho, para que a solução não só da Divisão de Cavalaria Aérea, bem como das demais Divisões de Cavalaria seja equacionada em *material e pessoal* no mais breve espaço de tempo. As autoridades superiores — um apêlo — a criação de tal *Divisão* se constituirá no cerne dos *ESQUADRÕES DE PRONTA RESPOSTA*, aos focos de subversão que porventura surjam na conjuntura atual do nosso BRASIL CONTINENTE, além da sua "*zifopagia*" — desculpem-nos o neologismo — com os aviões dos GRUPAMENTOS DE ENGENHARIA na luta pioneira para a integração da Amazônia.

BIBLIOGRAFIA

- Artigos traduzidos em vários números da DEFESA NACIONAL versando sobre o problema: CAVALARIA AÉREA.
- JAMES GAVIN — ESTRATÉGIA DO ESPAÇO E A DEFESA DO MUNDO LIVRE.
- Citações de trechos de um Artigo do "JORNAL DO BRASIL".
- Foto cedida pelo "O GLOBO".

A FORÇA DA BOA LEITURA

"São os livros uns mestres mudos que ensinam sem fastio, falam a verdade sem respeito, repreendem sem pêjo, amigos verdadeiros, conselheiros singelos e assim, com a força de tratar com pessoas honestas e virtuosas, se adquirem insensivelmente os seus hábitos e costumes, também a força de ler os livros se aprende a doutrina que eles ensinam. Forma-se o espirito, nutre-se a alma com bons pensamentos e o coração vem por fim a experimentar um prazer tão agradável, que não há nada que se o compare e só o sabe avaliar quem chegou a ter a fortuna de o possuir."

Padre A. VIEIRA

EU SOU A INFANTARIA

MaJ NEY SALLES

"Segundo o valor de seu Exército, floresce ou perece um POVO. Segundo o valor de sua INFANTARIA, vive ou morre um Exército."

A Infantaria é tão velha quanto a própria humanidade: ela surgiu desde que o homem aparece sobre a face da terra. Sômente seu nome é mais recente. Ela é oriunda das legiões greco-romanas, das cruzadas da Idade Média e dos exércitos das potências do Velho Mundo à época das Grandes Descobertas. Seu renascimento foi assinalado pelas grandes batalhas da Idade Média. Sua evolução é fruto dos ensinamentos adquiridos pelos exércitos nas campanhas das 1ª e 2ª Guerras Mundiais e, mais recentes, na Coréia e no Vietnã.

Sua conceituação é variável de Exército para Exército, sendo-lhe atribuído papel preponderante na obtenção da decisão no campo de batalha.

Na França ela é assim conceituada: "A Infantaria é a arma do combate aproximando; na ofensiva é ela que assinala o sucesso, ocupando em primeiro lugar o terreno conquistado; na defensiva, é a muralha contra a qual se quebram os esforços do adversário".

Ao iniciar-se a 2.ª Grande Guerra, o pensamento militar alemão assim a definia: "A Infantaria é a arma principal. Todas as outras a apóiam. Ela domina o adversário pelo fogo e movimento. Quebra, no assalto, sua última resistência. Na defensiva, detém o avanço inimigo.

Do ponto de vista norte-americano podemos conceituá-la da forma seguinte: "A Infantaria continua sendo a primeira arma em combate. Pelo fogo, movimento e ação de choque ela cerra o contato com o inimigo, conquista e mantém o terreno, repelindo seus contra-ataques".

Nosso manual de campanha C-100-5 — Operações, assim a exprime: — "A Infantaria é, essencialmente, a arma do combate apro-

ximado. Sua missão principal no ataque é tomar contato com o inimigo, destruí-lo ou capturá-lo; na defesa, manter a posse do terreno e repelir o ataque do inimigo”.

Rompam, embora os blindados a frente adversária, disperse a Força Aérea suas colunas de marcha, espalhe a Artilharia, a morte e a destruição nas fileiras inimigas todos êsses sucessos só transformar-se-ão em vitórias, se a Infantaria intervier na batalha.

Mesmo a Cavalaria, em ação a pé e a Engenharia, podem ser forçadas a atuar eventualmente como Infantaria, mas é e será sempre a Infantaria quem decidirá a sorte dos combates.

A Infantaria conserva, assim, ainda hoje o primeiro lugar entre as armas combatentes, tendo crescido de importância até tornar-se e arma indispensável na guerra moderna. Razão tiveram aqueles que nunca acreditaram perdesse a Infantaria, no futuro, a sua importância e que, a despeito da motorização e da técnica, olharam sempre a Infantaria como a arma principal, pois nenhuma outra arma, por inestimável que seja sua participação em combate, poderá avocar a si a missão da Infantaria. Destarte, só ela transforma em vitórias completas e acabadas os êxitos obtidos nos empreendimentos das demais armas e forças armadas de mar e ar, dentro do conjunto das operações.

Por iso têm especial significado as palavras que dizem — A Infantaria suporta o maior peso dos combates e os maiores sacrifícios, sendo-lhe reservadas também as maiores glórias. Sua força está no espírito ofensivo. Sua ação é dominada por uma única idéia: para a frente, custe o que custar.

Escreveu o Gen Ridgway em 1955:

“Devemos sempre nos lembrar de que somos responsáveis por nossos soldados vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana, e que o nosso sucesso como oficiais depende sólidamente dos nossos homens, quer comandemos uma unidade, quer estejamos em um estado-maior. Eles esperam de nós direção, orientação e exemplo”.

CRIATIVIDADE: UM GRANDE RECURSO DIDÁTICO

1.º Ten. Art

Leonel Brayner da Rocha Lima

Uma das grandes preocupações atuais da pequena didática do oficial subalterno em nossos Corpos de Tropa é, sem dúvida nenhuma, a da abertura de mais rápidos e profundos canais de penetração, comunicação e influência no intelecto de seus instruídos, que cada vez mais se envolvem, se afetam e se perdem numa confusa tela de elementos novos, aceitabilidades e receptividades.

Os modernos meios de comunicação de massa diminuíram as distâncias humanas e geográficas, aclararam o confuso e popularizaram o inacessível.

Por isso, por tôdas essas novas facilidades de transmissão de projetos, experiências e conclusões, o homem, mais particularmente, o moço, tornou-se mais bem dotado de recursos intelectuais e, conseqüentemente, muito mais exigente.

Por paradoxal que seja, a utilíssima tecnologia eletrônica legou mais responsabilidades e deveres a quem ensina do que antigamente, onde a arte de ensinar condicionava-se quase que somente a uma expositiva dedicação humana.

Atualmente o instrutor tem que, conscientemente, conhecer tôdas essas novas condicionantes didáticas e pedagógicas para poder bem equilibrar sua transmissão, sob pena de cair, fatalmente, na apatia e no desinteresse dos homens que manipula. É importantíssimo, também, o perfeito conhecimento do universo de valores e ponderações em que seu homem acha-se mergulhado.

O grande salto que a técnica deu nas duas décadas passadas, exigiu a abertura de mais fluentes e objetivas trilhas de comunicação social entre os homens. Aliás, essa é uma consequência espontânea que a própria História Universal mostra. A todo desenvolvimento tecnológico, corre paralelo um outro humano, com a finalidade de não brutalizar o relacionamento social e mostrar, nos momentos de dúvida, que o homem é, ainda, a máquina mais perfeita, completa e equilibrada, possuidora das mais escondidas eficiências em suas entranhas.

Há poucos anos era, fruto das inúmeras limitações e bloqueamentos existentes, reconhecidamente possível, sem grandes esforços e desdobramentos, com o auxílio de simples quadros murais, attingir o instruendo.

O instrutor, mais particularmente o subalterno, conseguia com acentuada facilidade, encobrir suas limitações como profissional por intermédio de uma racional exposição decorada, que desobrigava-o, quase que, totalmente, de um maior aprofundamento em sua matéria.

O soldado da época não pedia por muitas explicações. Tudo para ele representava coisa nova e o tenente era um ser de inatingível visão, sabedoria e capacidade intelectual. O que vinha dêle era aceito incondicionalmente, sem retificações. E ele, possuidor de um nível superior, excessivamente mais elevado que seus instruendos e não sendo motivado a um maior aperfeiçoamento de seus conhecimentos profissionais, acomodava-se no seu "status" intelectual, estagnava-se e entrava numa improdutiva rotina de exposição, resumindo-se a repetir, sem entusiasmo, o seu primeiro e dedicado plano de sessão, quando de sua chegada da Academia Militar.

Não havia o que atualmente se chama de "mentalidade de pesquisa" onde quem ensina tenta não somente citar elementos e experiências novas, mas também criar no môço uma constante curiosidade, uma eterna vontade de procura e um aperfeiçoamento de seu poder criativo, no sentido dêle próprio procurar seus interesses, seus processos e se autocensurar.

Os processos didáticos e metodológicos eram quase que totalmente expositivos e descritivos, coisa atualmente impossível dada a constante mudança de processos e meios.

Seria altamente pretencioso do instrutor querer, atualmente, com tôda essa galopante evolução, encaixar no instruendo tudo o que ele "deve" saber. Não conseguiria, evidentemente. Se tentasse iria se cansar e cansar o soldado, sem maiores rendimentos.

Por isso é necessário que os instrutores, principalmente os subalternos nos Corpos de Tropa, se dediquem não unicamente a "dar" suas instruções pura e simplesmente, como um falante, mas sem vida, gravador de fita. O soldado de hoje, mesmo os mais humildes intelectualmente, pedem por um pouco mais do que pura exposição. O seu cérebro nasceu e se educou num mundo já em evolução. Está pois acostumado às mudanças rápidas e constantes que a técnica impõe em todos seus múltiplos setores. Nem o pequeno agricultor é o mesmo pioneiro de antigamente. Não concebe plantio sem a prévia adubação da terra; e adubo é técnica, no seu mais puro significado.

Quando incorpora, já vem com essa mentalidade arraigada em seu intellecto e para tudo e por tudo, pergunta "o porquê".

De maneira que o instrutor tem que satisfazer essa vontade se quiser obter uma maior eficiência. Deve aproveitar esse alto poder criativo e flexibilidade de aceitação do homem de hoje. É mais compensador moldar o soldado em seu próprio meio, com seus próprios recursos, do que reeducá-lo, forçando-o com novos valores e condicionantes, muitas vezes de extrema dificuldade de adaptação intelectual.

A assimilação torna-se muito difícil se não aflorar uma acentuada identificação instrutor-instruendo. É fundamental, sempre que possível, satisfazer a curiosidade intelectual do homem. O resultado será maior e muito mais verdadeiro e duradouro.

Ao dar-mos a um soldado a missão de demolir um só pilar de uma ponte, se pudermos, devemos explicar "o porquê" da medida. Dêste modo prestigiaremos sua importância no grupo e lhe conferiremos uma acentuada responsabilidade na vitória. Sentir-se-á, conseqüentemente, mais seguro no cumprimento da missão e a ponte, certamente ruirá como o previsto, sob os olhares satisfeitos do chefe e admirados de orgulho do jovem combatente.

— A "GUERRA NUCLEAR", como a GUERRA DE SUPERFÍCIE, não diminui em nada as necessidades das Forças Terrestres de uma "ARMA RÁPIDA e, até pelo contrário, aumenta estas necessidades. As MISSÕES que exigem velocidade são agora mais imperiosas que nunca.

Só a utilização da "3.^a DIMENSÃO" pode dar a "ARMA RÁPIDA" a solução dos problemas que lhe são apresentados para cumprir suas missões; isto a obriga a adotar novos meios que hoje são os HELICÓPTEROS, amanhã possivelmente o "COLEÓPTERO" ou qualquer outro engenho que a CIÊNCIA TECNOLÓGICA inventar."

Cel ROBERT d'ALANÇON
do Exército Francês

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o senhor. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante, pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração não somente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.

SER SOLDADO

Artigo feito por uma comissão
de Soldados do 3.º Pel da 3.ª Cia
do 1/23.º RI

Analisando o tema "Ser Soldado" surgiu-me uma pergunta: "Será que todos os jovens, excetuando os reservistas, sabem o que vem a ser "Ser Soldado"?"

Creio que não. Porisso torna-se responsabilidade nossa de cientificá-los desta sublime missão. Na realidade é uma honra ser soldado, pois equivale a ser jovem, ser jovem de verdade, visto o mesmo ser incorporado na melhor fase de sua vida. E vocês já imaginaram a alegria, o contentamento, e, principalmente, a amizade que existe numa turma de jovens, quando educados e orientados para um único alvo que no caso é o de defender a terra em que vivemos, a nossa Pátria? Sim, é para isto que somos soldados. É para tal que estamos aqui.

Agora, se estamos aqui unicamente para o mencionado fim, não vamos pensar que o soldado leva uma vida ruim, cheia de altos e baixos e coisas más. Não. O que nos interessa é a realidade e não o que ouvimos. Como se diz na gíria: "prêto sôbre branco", isto é que nos importa.

E para ser mais fiel ao que disse acima, descrevo o que se passou comigo, desde o dia em que me alistei até hoje, com quatro meses de caserna.

Ao completar dezessete anos procurei uma junta do Serviço Militar para regularizar minha situação como candidato à caserna. A esta altura já me importunava uma dúvida: "Serei candidato capaz de prestar o serviço militar ou não?"

No momento em que passei pelo exame médico, inspeção de saúde, a ansiedade dominava meus nervos e meu pensamento, visto de eu sempre ter alimentado um grande desejo de servir à Pátria. Não vi chegar a hora de conhecer o ambiente em que passaria meu tempo regulamentar, de cujo período já fazia mil e uma imagens, consequência dos bate-papos que mantive com elementos que tiveram a oportunidade de envergar o traje verde-oliva.

Tudo isso se passou comigo. As imagens que eu fazia a respeito da vida da caserna não eram nada côr-de-rosa. A princípio, pensava que seriam dez meses de sofrimento, dez meses de angústia. Mas na primeira semana me surpreendi completamente com o que encontrei aqui dentro. Eu estava com o espírito preparado para uma vida muito mais rude. E este estado do meu espírito era, talvez, formado pelo medo e curiosidade que com o passar dos dias foi desaparecendo.

Nos primeiros dias a novidade dominava em todos os lugares e sentidos. Eram os primeiros exercícios de vivacidade, as primeiras continências prestadas pelos superiores entre si, a apresentação de um pelotão ou companhia ao comandante da mesma.

Tudo isso fazia com que o recruta, há poucos dias incorporado arregalasse os olhos perante o mecanismo de apresentação que caracteriza a disciplina militar. Nos primeiros dias o recruta é completamente inibido. Mesmo com as perguntas a ele dirigidas o mesmo as responde com frases secas, seguidas de um rubor intenso que acompanha o ritual de uma interrogação de certo superior.

Os primeiros exercícios de ordem unida eram os negócios mais complicados do mundo; ordens berradas que feriam os tímpanos com um leve toque, mas o orgulho sempre levava o recruta a respeitar seus superiores.

Quando o Q T S (Quadro de Trabalho Semanal) previa educação física, os comentários a respeito da mesma eram um tanto pejorativos, como: esta educação está saturando a paciência, deixa a gente com o corpo todo doído e com muita fome. Depois deste exercício o toque de rancho era acompanhado de um hurra, de uma alegria infantil incontida. Da educação física, o soldado faz ainda uma idéia diferente, pois percebe que o exercício desintoxica e limpa os pulmões e esquenta o corpo, dando um pretexto para se meter debaixo de um chuveiro frio. Vê com facilidade que nas competições de ordem unida é necessária a vibração. Os seus movimentos são caracterizados para uma vivacidade que possuía antes de entrar na vida militar. O tempo faz com que seu corpo tome proporções e saúde que antes de vir à caserna não existiam no seu ser, de modo que não é qualquer resfriado que colocará um soldado na cama de uma enfermaria ou hospital.

Coisas imprescindíveis são as armas. Aparecem os primeiros contatos. Aí sim o "reco" se sente satisfeito. E o desejo de cada um pegar a sua é grande demais. Vem a instrução com a mesma. A certa altura o Sargento diz: "Isto aqui será a noiva de vocês, estarão lidando com ela o ano todo". Então uma gargalhada normal completa a piada do instrutor. Igualmente assistem-se com mui prazer as instruções de armamento, munição e tiro. Outro grande prazer que o recruta sente no início é a desmontagem e montagem das armas, as denominações das peças e o seu funcionamento.

Nos primeiros encontros com os colegas da vida civil, as piadas e as gozações se fazem necessárias, devido a nossa maneira de cortar o cabelo e automaticamente surgem as perguntas, como: "Como vai o feijão?" Pergunta bem fundamentada porque não há nada mais famoso dentro do quartel que o nosso feijão de todo dia.

Dêste modo temos uma leve noção do que vem a ser a vida do soldado dentro do quartel. Não é tudo, como não pode sê-lo, mas, em geral, é isto.

E fora da caserna? Ótimo. Não duvido em dizer que o mesmo se sente orgulhado. Ele se torna uma pessoa diferente, mesmo que não queira. Com seu traje verde-oliva é visto com mais respeito, como quem possui alguma responsabilidade. Pois dêle dependem a ordem, o progresso e o futuro de nossa querida Pátria. E nós soldados honramos a farda que envergamos e fazemos a nossa vida militar digna de louvor, garantindo com isso a segurança nacional e o bom nome do Exército Brasileiro.

Somos alegres, contentes e felizes, porque somos jovens responsabilizados. Sim somos jovens, jovens soldados jovens. Este é o nosso orgulho, o meu orgulho e quiçá seja o orgulho de todos os jovens que aqui passarão.

Porque tudo o que me fôra dito, tôda a muralha de proibições, de argumentos contra a sublimidade de uma vida servindo à Pátria, à Sociedade, desmoronou quando aqui cheguei. Eu era tímido, e agora aprendi a arte de servir.

Eu era medroso e me fizeram auscultar o quanto de virilidade possuo.

Vivia dentro de meus limites e aqui aprendi a ver o mundo.
Sim, agora posso dizer "EU VIVO".

Vivo com orgulho minha vida de soldado. Olho com orgulho a farda verde que me aponta deveres, me promete um mundo chelo de amor e felicidades.

Agora que sou soldado, arranquei de mim todo um armazenamento de ilusões, todo um arsenal de respeito humano. E posso dizer com altivez: "Agora que vesti minha farda, sou mais homem. Vivo uma vida verdadeira, sei enfrentar a mesma, valorizar as coisas, desprender-me do que é vil, orientar-me com o muito de interioridade, saúde física e espiritual que adquiri aqui".

Enfim, aprendi a ter e possuir mais para ser mais.

SOLICITAÇÃO

VOCE, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCE, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCE, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCE, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCES, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO



COMO MANTER-SE EM FORMA EM QUALQUER IDADE

(Transcrito de uma publicação da
ECEME)

"A aptidão física não é apenas uma das mais importantes chaves para um corpo saudável, ela é a base de uma atividade intelectual dinâmica e criadora. A relação entre a sanidade do corpo e as atividades da mente é sutil e complexa. Muito ainda não está compreendido. Mas nós devemos saber aquilo que os gregos sabiam: que a inteligência e a perícia somente podem funcionar ao máximo de suas capacidades quando o corpo é saudável e forte; que espíritos intrépidos e mentes rijas usualmente habitam corpos sãos".

JOHN F. KENNEDY

Iniciados em 1969, os exercícios aeróbicos, preconizados por KENNETH COOPER como a forma

mais rápida e fácil de conseguir "APTIDÃO FÍSICA", vem os mesmos tendo larga difusão nas Forças Armadas do Brasil.

Esta publicação se destina, a par de algumas considerações, a transcrever o artigo publicado na SELEÇÕES DO READER'S DIGEST de maio de 1970, onde são abordados por seu criador, algumas peculiaridades do método, bem como as tabelas revisadas dos principais exercícios.

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército vem realizando regularmente testes de aptidão física entre seu corpo de oficiais instrutores e alunos, com resultados amplamente satisfatórios.

Assim é que em maio de 1969 foram testados cerca de 450 ofi-

ciais, com a média de idade de 38 anos, sem nenhum incidente. O resultado apresentado foi o seguinte:

— *Distância percorrida em 12 minutos:* 2.200 m

— *Gradação da Aptidão Física:*

— FRACO	17%
— ACEITÁVEL	57%
— BOM	24%
— EXCELENTE	2%

Em setembro do mesmo ano, foi repetido o teste, apresentando o resultado que se segue:

— *Distância média percorrida em 12 minutos:* 2.400 m

— *Gradação da Aptidão Física:*

— FRACO	9%
— ACEITÁVEL	56%
— BOM	32%
— EXCELENTE	3%

Note-se que a idade média foi de 38 anos, participando do teste oficiais desde 31 até 55 anos.

O melhor resultado do 2.º teste deve-se ao esforço individual da maioria dos oficiais que procurou através do método preconizado obter um padrão de aptidão física mais elevado; e se mais não foi conseguido deve-se ao fato de a própria estrutura da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército não permitir um treinamento orientado e sistematizado a par da multiplicidade de tarefas intelectuais a que todos são submetidos.

De qualquer modo o teste serviu para uma amostragem da aptidão física dos oficiais superiores do Exército; acreditamos que os resultados foram satisfatórios no seu conjunto, estando porém ainda longe da situação ideal de todos os oficiais possuírem uma BOA APTIDÃO FÍSICA.

Acreditamos que os exercícios aeróbicos possam trazer a quem se dispuser a gastar um mínimo de tempo, a saúde e a forma física necessária para enfrentar com disposição as tarefas do quotidiano bem como as necessidades imprevisíveis.

Bastaria citarmos como exemplo, a recente conquista pela Seleção Brasileira do Tricampeonato Mundial de Futebol, lembrando que o seu preparo físico foi equacionado e executado na base dos exercícios aeróbicos e que esta seleção foi considerada pelas autoridades mundiais de saúde como a seleção melhor preparada fisicamente.

O treinamento propiciará, entre outros, os seguintes benefícios ao organismo:

1. Aumento da eficiência dos seus pulmões, condicionando-os a processar mais ar com menos esforço, melhorando pois a oxigenação de seu sangue durante o esforço e em repouso.

2. Aumento da eficiência do seu coração, tornando-o mais forte e apto a bombear mais sangue em menos tempo para irrigar con-

venientemente todos os tecidos de seu corpo. O coração, quando treinado, apresenta um trabalho mais econômico, pulsando em repouso cerca de 20 batimentos por minuto (o que representa uma economia de 10 mil batimentos numa noite de sono).

3. Aumento do número e tamanho dos vasos sanguíneos, oferecendo uma melhor irrigação pela maior vascularização dos tecidos.

4. Aumento do tônus e força muscular, pela hipertrofia das fibras musculares.

5. Eliminação de tecido gorduroso extra, o que além de saudável é estético.

6. Aumento do consumo de oxigênio, pela melhoria dos meios de abastecimento e transporte.

7. Melhoria do estado psíquico, pelo relaxamento das tensões e favorecimento de um sono reparador e profundo.

8. Uma melhor disposição geral para o trabalho, seja ele físico ou intelectual.

Antes de iniciar seus exercícios AERÓBICOS é necessário levar a efeito um aquecimento, que visa colocar seu organismo em condições de iniciar o esforço. Na marcha a pé ele é dispensável, porém é importante nas outras modalidades de exercício.

Fornecemos abaixo um roteiro de exercícios ginásticos que poderão ser utilizados como aquecimento (duração 4-5 minutos).

1) marcha na ponta dos pés, rotação de braços para a frente e para trás.

2) (com as mãos nos quadris pernas afastadas lateralmente — 5 a 8 vezes).

— flexões do tronco com as costas retas e com as costas curvas (mãos tocando o solo);

— inclinação lateral do tronco;

— rotações do tronco;

— flexões e extensões das pernas (agachamento).

3) (partindo da posição deitada — 5 a 8 vezes)

— elevação das pernas sobre o tronco, em ângulo reto;

— flexão do tronco sobre as pernas, mãos tocando os pés.

4) (de pé)

— polichinelo: 10 a 15 vezes.

Ao concluir o exercício efetue a volta à calma (de 3 a 5 minutos). Diminua progressivamente o ritmo, até caminhar a passos largos, passando à marcha normal com exercícios respiratórios.



**Como Manter-se
em Forma
em Qualquer Idade-
Os Novos
Aeróbicos**

DR. KENNETH H. COOPER

Há dois anos os Aeróbicos eram um programa de exercícios pouco conhecido, que estava sendo estudado pela Força Aérea Americana. Agora milhões de pessoas estão praticando estes exercícios, e não é difícil saber por quê: homens e mulheres podem ter melhor aspecto, sentir-se melhor e viver mais, seguindo este método cientificamente testado e provado de alcançar e manter boa forma em qualquer fase da vida

PREZADO DR. COOPER:

Aproveito esta oportunidade para agradecer-lhe pelo Programa Aeróbico de condicionamento que venho praticando fielmente há mais de nove meses. Durante os últimos seis meses tenho feito uma média de

pelo menos 30 pontos por semana apenas andando a pé. Durmo melhor, sinto-me melhor e passei todo o inverno sem nenhum problema médico pela primeira vez em muitos anos. e estou chegando aos 94 anos!

Desde que lancei o Programa Aeróbico, (*) venho recebendo cartas de milhares de pessoas, homens e mulheres de todas as categorias sociais, documentando os efeitos benéficos causados pelo programa em suas vidas. Os Novos Aeróbicos foram adotados oficialmente pela Força Aérea Americana (800.000) aviadores os praticam e vários outros países estão pensando em adotá-los para suas forças armadas. Em dois anos os Exercícios Aeróbicos saíram de uma quase obscuridade para um programa de exercícios de âmbito mundial para milhões de pessoas.

Uma Espécie de Seguro de Vida

Que são os Aeróbicos? Basicamente são um sistema de exercícios que estimulam o coração, o sangue e a atividade pulmonar por um período de tempo suficientemente longo para produzir mudanças benéficas no organismo. Essas mudanças chamam-se "efeito de treinamento". Compreendem o fortalecimento dos músculos da respiração para facilitar a rapidez da corrente de ar que entra e sai dos pulmões; um coração mais forte e mais eficiente, capaz de bombear mais sangue e oxigênio em cada batida; e músculos mais vigorosos por todo o corpo.

Alguns Exercícios Aeróbicos típicos são andar a pé, corrida, ciclismo e natação. Todos contribuem para a sua capacidade aeró-

bica, que pode ser definida como a quantidade máxima de oxigênio que o corpo pode processar em determinado tempo. E é essa capacidade de fornecer efetivamente mais oxigênio a todas as partes do corpo que contribui de forma tão importante para a saúde geral.

Dessa forma, uma das razões principais da crescente popularidade dos Exercícios Aeróbicos, particularmente entre os grupos de pessoas mais idosas, é que eles equivalem a uma espécie de seguro de vida. Não há dúvida que, se forem praticados de acordo com as tabelas e regras, podem ter um importante efeito preventivo sobre importantes problemas de saúde.

Por exemplo, poderiam ser uma eficiente contramedida para as doenças cardíacas. O Programa Aeróbico, fortalecendo o coração e abrindo mais vasos sanguíneos nos tecidos musculares, diminui as possibilidades de prematuras doenças cardiocoronárias ou vasculares correlatas.

Os Aeróbicos são também úteis no tratamento de casos de enfisema pulmonar. Essa doença reduz progressivamente a capacidade pulmonar. Aumentando a capacidade de entrada e saída de ar dos pulmões, melhorando a distribuição do oxigênio por todo o corpo e possibilitando uma extração de oxigênio mais eficiente nos tecidos, os Exercícios Aeróbicos ajudam o paciente de enfisema a sua capacidade pulmonar.

(*) Ver "Em Forma em Qualquer Idade". Seleções, abril de 1968.

O DR. KENNETH COOPER, tenente-coronel de aviação, é diretor de pesquisas clínicas do Laboratório de Medicina Espacial da Base Aérea de Lackland, San Antonio, Texas.

Contagem de Pontos

O Programa Aeróbico, que pode elevar o nível geral de preparo físico de toda uma população, é a primeira tentativa científica de monta para atribuir valores específicos ao efeito dos exercícios — e para responder a estas perguntas que intrigam: que espécie de exercício se deve fazer, quando, e quantas vezes. Os resultados dos dois últimos anos de pesquisas — mais de 15.000 homens da Força Aérea Americana foram estudados num programa — trouxeram uma contribuição importante à maneira de se implementar o programa. Em consequência desse esforço de pesquisa podemos formular novas diretrizes para os Aeróbicos.

Nenhum dos princípios básicos foi modificado. O conceito original dos Aeróbicos, que se baseou nos dados obtidos exclusivamente com um grupo de pesquisas da Força Aérea Americana, foi até robustecido pelos novos resultados de observação. Quando o público adotou o programa, ficou claro que um número elevado de civis de ocupação sedentária não estava à altura das normas de exercício estabelecidas para os jovens aviadores. Fizemos, assim, uma revisão de muitos detalhes do programa e elaboramos alguns outros novos. Eis alguns:

- Quatro novas categorias etárias para os programas de condicionamento e preparo físico: menos de 30 anos; de 30 a 39; de 40 a 49, de 50 para cima.

- Novos testes de aptidão e sugestões de segurança.

- Novas tabelas de pontos progressivos.

O mérito excepcional do Sistema Aeróbico reside nas tabelas de pontos (ver Jogo de Tabelas, a partir das páginas seguintes). A meta para homens é de 30 pontos por semana; para mulheres, 20 a 24 pontos por semana. Esse sistema de pontos foi organizado em laboratório, com auxílio de equipamento complexo e dispendioso. Tudo o que você precisará, entretanto, é de um relógio. Na verdade, as tabelas, colocam o laboratório no seu bolso.

O valor em pontos atribuído a cada exercício indica a quantidade de oxigênio consumida pelo corpo na prática de uma atividade específica em determinado tempo. Mais pontos significam mais energia despendida — isto é, mais oxigênio queimado no corpo mais rapidamente. Portanto, se você correr um quilômetro e meio em 11 minutos e 30 segundos, fará três pontos; se correr um quilômetro e meio em 8:30, marcará quatro pontos.

Como as tabelas de pontos permitem que você meça a quantidade de energia gasta, você poderá agora fazer exercício em doses progressivas. Isso tem importância vital. O corpo terá de ajustar-se *gradualmente* às crescentes quantidades de exercício. Daí a razão por que as tabelas de condicionamento explicam passo a passo as razões exatas de exercício de semana a semana.

Isso é particularmente importante para as pessoas dos grupos de mais idade. Sei de um homem de negócio de meia-idade que le-

vou 31 semanas para completar o programa de condicionamento de 16 semanas. Mais força para ele! Apesar da idade e de outras dificuldades, ele não desanimou. Agora já está fazendo os 30 pontos semanais regulamentares e está muito satisfeito com o seu preparo físico recém-adquirido.

Não há jeito de contornar essa meta de 30 pontos para homens, diga-se de passagem, não importa a idade que a pessoa tenha. A marca foi estabelecida somente após testar e treinar milhares de pessoas. Os testes revelaram que 80% dos homens de todas as idades que seguirem os programas poderão chegar a atingir o padrão mínimo de preparo físico dos Aeróbicos apenas alcançando a marca dos 30 pontos.

A razão de uma marca semanal inferior para as mulheres é que as jovens são um tanto imunes às doenças cardíacas. Não partilham com os homens a necessidade que estes têm dos Aeróbicos como salva-vidas básico. Para as mulheres mais jovens, 20 pontos por semana deveriam bastar. Entretanto, após a menopausa, quando elas começam a perder a resistência às doenças cardiovasculares, as mulheres devem procurar fazer pelo menos 24 pontos por semana para conseguirem o efeito inteiramente preventivo.

Segredos de Beleza

Algumas das mulheres do contingente feminino da Força Aérea Americana no Projeto Aeróbico Experimental não queriam tomar parte nos exercícios diários sob minha supervisão; achavam que

correr era "pouco feminino". Mas quando começaram a ver e a sentir os resultados do programa, a maioria ficou entusiasmada.

O fato é que, para as mulheres, o exercício é muito mais do que apenas profilaxia. Como o exercício modifica uma pessoa física e mentalmente, ele afeta diretamente aqueles fatores do físico e da personalidade que são o segredo da beleza e encanto femininos. Compreende coisas como a postura, o andar, a coordenação e a graça, bem como o ardor que procede da boa disposição, vivacidade e confiança.

Essa espécie de atração pessoal não se restringe de forma alguma às mulheres jovens. Quando vemos uma mulher de 50 anos parecendo ter 30, é muito provável que ela pertença ao número cada vez maior de mulheres de meia-idade que estão prolongando sua mocidade por meio de exercício regular.

De todas as mulheres que me relataram suas experiências com os Aeróbicos, Martha W. é a minha favorita. Martha tinha 1,57 m de altura e um rosto bonito mas poucos haviam notado isso. Ficavam ocupados olhando fixamente para a sua excessiva obesidade. Martha leu então alguma coisa sobre os Aeróbicos e obteve aprovação do seu médico de família para começar a fazer exercício.

Submeteu-se a um regime moderado e começou a andar a pé. A princípio mal podia mover-se — suas coxas eram tão grossas que tinha dificuldade em movimentar as pernas para trás e para a frente.

Gradativamente, porém, pôde aumentar a distância caminhada.

O esforço valeu a pena. Em um ano ela emagreceu 23 quilos. Em vez de manequim 48, o seu número agora é 42. Seu marido voltou a ver a graciosa garôta com quem se casou.

Gordos ou esbeltos, jovens ou idosos, há certas precauções que devem ser tomadas por todos que praticam os Exercícios Aeróbicos. A primeira coisa a fazer é um completo exame de saúde. Antes de iniciar os Aeróbicos ou qualquer outro programa de exercícios vigorosos, você *tem* de obter permissão do seu médico. A finalidade principal do exame é descobrir problemas cardíacos, pulmonares e vasculares que poderiam tornar os exercícios potencialmente perigosos.

Andar a pé pode ser recomendado para quase todo o mundo, mas os exercícios mais vigorosos — notadamente correr — são rigorosamente proibidos aos que sofrem de certas doenças cardíacas, diabetes ou obesidade excessiva. O exercício é o medicamento por excelência que conserva a vida de um sem-número de pessoas; mas, como todo medicamento, deve ser usado com receita médica.

Antes de começar o Programa Aeróbico, você deve também classificar-se numa das duas categorias seguintes: ou você está em bom estado físico e deseja continuar assim, ou seu estado não é bom e você deseja fazer algo para modificá-lo. As regras são diferentes para as duas situações.

Aptos?

Se você vem fazendo exercício regularmente — pelo menos três vezes por semana durante um período de seis semanas — e recebeu a necessária permissão médica para a sua idade, você poderá determinar o seu nível de aptidão fazendo um simples teste de campo de 12 minutos (ver Jogo de Tabelas, página a seguir). Não se submeta à prova de campo a menos que você satisfaça a essas exigências.

No teste, você corre e anda a pé o quanto puder em 12 minutos. Se ficar com falta de ar, reduza a marcha até recuperar o fôlego; caminhe por algum tempo. Depois corra um pouco de novo. Se você não dispuser de um trecho medido para correr, marque o ponto que alcançar em 12 minutos e confira a distância com o odômetro do seu carro. Em seguida, para determinar a sua categoria de aptidão, basta procurar essa distância no quadro do Teste de 12 minutos, na coluna relativa à sua idade e sexo.

Se você "passar" no teste alcançando a Categoria IV ou V, passe diretamente às páginas seguintes do Jogo de Tabelas e siga um dos programas de exercícios que aí aparecem, usando a tabela para a Categoria de Aptidão IV ou V.

Inapto?

Se você não vem fazendo exercício regularmente — isto é, pelo menos três vezes por semana durante seis semanas no mínimo — ou se alcançou somente as Cate-

gorias de Aptidão I, II ou III no Teste de 12 minutos, escolha o exercício que deseja praticar e comece o Programa Para Principiantes, de acordo com a sua idade, no Jogo de Tabela. Após seguir um dos Programas Para Principiantes durante seis semanas, você poderá continuar com o programa de condicionamento da Categoria de Aptidão I por 16 semanas completas.

Se você desejar acelerar o seu condicionamento, faça o Teste de 12 minutos após seis semanas do Programa Para Principiantes apropriado e verifique a categoria que alcançou. Em seguida, siga as tabelas elaboradas para a sua Categoria de Aptidão e idade. Ao alcançar a marca dos 24 ou 30 pontos por semana, considere-se em boa forma e procure conservá-la.

Sugestões

Ao estabelecer o seu programa de exercícios, mais algumas sugestões e regras poderão ser úteis. Mais importante de tudo: nunca passe à frente de você mesmo... nem das tabelas. Você deve alcançar as metas de tempo relacionadas para cada semana do programa de condicionamento no fim dessa semana. Se tentar exceder-se, muito cedo poderá ultrapassar a sua capacidade de resistência.

O aquecimento adequado é também essencial. Qualquer atleta sabe que o corpo não passa subitamente do estado de repouso para alta velocidade. Os suaves exercícios calistênicos (excelentes para coordenação e formação muscular,

mas que pouco adiantam para aumentar a capacidade de oxigênio do corpo e fortalecer o coração) são um excelente meio de aquecimento.

Poucos compreendem perfeitamente que o corpo também precisa de um período de arrefecimento depois de cada exercício. Uma caminhada a pé ou uma corrida muito lenta de cinco minutos facilita a passagem de um para outro. Além disso, espere até refrescar-se e parar de suar antes de tomar um banho de chuveiro.

Evite esforçar-se a ponto de ficar excessivamente fatigado. Um esforço muito grande no início de um programa de exercícios não só é perigoso, mas também contraproducente. Em vez de sentir-se bem e com forças, é provável que você simplesmente fique cansado.

Suponhamos que um resfriado ou qualquer outra coisa interrompa a sua rotina de exercício. Como recuperar o tempo perdido? O que você tem de fazer será retroceder nas tabelas. Depende de quanto você perdeu da sua capacidade aeróbica para saber até que ponto você deve retroceder. Você mesmo terá de avaliar isso. O ponto capital é: não se esforce demasiadamente ao recomençar o programa.

Os quadros constantes do Jogo de Tabelas contêm programas de condicionamentos completos para três dos Exercícios Aeróbicos mais práticos: andar a pé, corrida e corrida estacionária. O programa de corrida é fácil, barato e, sem dúvida alguma, o mais produtivo em termos de benefi-

cios aeróbicos. Mas os "incondicionados" têm de andar a pé antes de correr, e as tabelas que começam na página 140 incluem esse excelente programa inicial.

Muitos homens e mulheres estão presos ao escritório ou ao lar e têm pouca oportunidade para exercícios ao ar livre. Outros hesitam em correr pelas ruas. ("As pessoas olham para a gente com espanto!", queixa-se uma dona de casa que tentou correr pelas ruas da vizinhança.) Além disso, a maioria das grandes cidades sofre de uma escassez muito grande de parques com segurança e comodidade. E, naturalmente, o tempo às vezes impede os exercícios ao ar livre. Por isso incluímos um exercício para recinto coberto — a corrida estacionária. Alguns gostam de praticá-la diante do aparelho de TV, outros em compasso musical.

Isso não quer dizer que alguns dos outros exercícios como ciclismo e natação não possam ser usados eficazmente num Programa Aeróbico. Mas exigem instalações ou equipamento. Há também alguns aparelhos excelentes para exercício em casa. Mas frequentemente, parece-me, eles são usados por pouco tempo e depois abandonados. Para praticar os Exercícios Aeróbicos você não precisa de equipamento de espécie alguma.

43.200 Pulsações Mais

Assim, escolha um dos três exercícios indicados nas tabelas, comece... e, em seguida, apegue-se a ele. Considere que você pode ter levado 5, 10, até 20 anos para ficar *fora* de forma. Portanto, não desanime se precisar de algumas semanas para voltar a ficar *em* forma. Esse tempo vale a pena.

Um dos resultados de alcançar a meta de pontos e aí permanecer é uma redução no ritmo cardíaco. Minha mulher passou a praticar os Exercícios Aeróbicos comigo por essa razão, bem como para emagrecer e ficar em forma. "Não quero esgotar-me tão mais rapidamente do que você", disse ela quando lhe fiz ver que o seu coração pulsava mais rápido do que o meu 30 batidas por minuto — 43.200 por dia.

Não há evidência médica de que uma pessoa tenha um número fixo de batimentos cardíacos por tempo de vida. Entretanto, um ritmo mais lento representa certamente menos trabalho para o coração. Vale a pena pensar sobre isso. Aos exercícios portanto... e boa sorte.

(Tradução de Walmir Moretto)

TESTE DE 12 MINUTOS

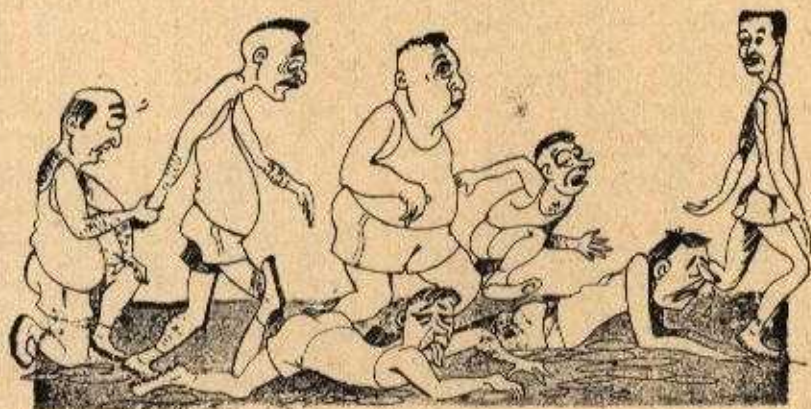
Distâncias em metros percorridos em 12 minutos

(correndo e andando a pé)

Categoria de Aptidão	Idade (Anos)			
	Menos de 30	30-39	40-49	De 50 Para Cima
I. Muito Fraca	< 1610	< 1530	< 1370	< 1290
	(*) < 1530	< 1370	< 1200	< 1130
II. Fraca	1610-2000	1530-1840	1370-1670	1290-1590
	(*) 1530-1840	1370-1670	1200-1510	1130-1350
III. Aceitável	2010-2400	1850-2240	1690-2080	1610-2080
	(*) 1850-2160	1690-2000	1530-1840	1370-1670
IV. Boa	2410-2800	2250-2640	2090-2480	2010-2400
	(*) 2170-2640	2010-2480	1850-2320	1690-2160
V. Excelente	2820 +	2650 +	2490 +	2410 +
	(*) 2650 +	2490 +	2330 +	2170 +

(As distâncias com asterisco são para mulheres) < Significa menos que

NOTA: O Programa Aeróbico foi formulado em milhas; as conversões acima são os equivalentes métricos exatos. + Significa ou mais





Andar a Pé

PROGRAMA PARA PRINCIPANTES

Menos de 30 anos de idade

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
1	1600	15	5	5
2	1600	14	5	10
3	1600	13:45	5	10
4	2400	21:30	5	15
5	2400	21	5	15
6	2400	20:30	5	15

Categoria de Aptidão I

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	3200	28	5	20
8	3200	27:45	5	20
9	3200	27:30	5	20
10	3200	27:30	3 }	22
	e 4000	33:45	2 }	
11	3200	27:30	3 }	22
	e 4000	33:30	2 }	
12	4000	33:15	4 }	26
	e 4800	41:30	1 }	
13	4000	33:15	3 }	27
	e 4800	41:15	2 }	
14	4000	33	3 }	27
	e 4800	40	2 }	
15	4800	41	5	30
16	6400	55	4	32

Categoria de Aptidão II

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	3200	27:30	5	20
8	3200	27:30	3 }	22
	e 4000	33:45	2 }	
9	3200	27:30	3 }	22
	e 4000	33:30	2 }	
10	4000	33:15	3 }	27
	e 4800	41:15	2 }	
11	4000	33	3 }	27
	e 4800	40	2 }	
12	4800	41	5	30
13	6400	55	4	32

Categoria de Aptidão III

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	4000	33:15	4 }	26
	e 4800	41:30	1 }	
8	4000	33	3 }	27
	e 4800	40	2 }	
9	4800	41	5	30
10	6400	55	4	32

PROGRAMA PARA PRINCIPANTES

30-39 anos de idade

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
1	1600	17:30	5	5
2	1600	15:30	5	5
3	1600	14:15	5	10
4	1600	14	5	10
5	2400	21:45	5	15
6	2400	21:15	5	15

Categoria de Aptidão I

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	2400	21	5	15
8	3200	28:45	5	20
9	3200	28:30	5	20
10	3200	28	5	20
11	3200	28	3	22
	e 4000	35:30	2	
12	4000	35	3	27
	e 4800	43:15	2	
13	4000	34:45	3	27
	e 4600	43	2	
14	4000	34:30	3	27
	e 4000	42:30	2	
15	4800	42:30	5	30
16	6400	56:30	4	32

Categoria de Aptidão II

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	3200	28:30	5	20
8	3200	28	5	20
9	3200	28	3	22
	e 4000	35:30	2	
10	4000	34:45	3	27
	e 4800	43	2	
11	4000	34:30	3	27
	e 4800	42:30	2	
12	4800	42:30	5	30
13	6400	56:30	4	32

Categoria de Aptidão III

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	4000	35	3	27
	e 4800	43:15	2	
8	4000	34:30	3	27
	e 4800	42:30	2	
9	4800	42:30	5	30
10	6400	56:30	4	32

PROGRAMA PARA PRINCIPANTES 40-49 anos de idade

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
1	1600	18	5	5
2	1600	16	5	5
3	2400	24	5	7½
4	2400	22:30	5	7½
5	3200	31	5	10
6	3200	30	5	10

Categoria de Aptidão I

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	4000	37:45	5	12½
8	4000	36:30	5	12½
9	3200	29:30	3	16
	e 4000	36	2	
10	2400	21:30	3	19
	e 4000	35:30	2	
11	3200	28	3	22
	e 4000	36	2	
12	4000	35:30	4	23
	e 4800	43:45	1	
13	3200	28	2	26
	e 4800	43	3	
14	4000	34:45	3	27
	e 4800	42:45	2	
15	4800	42:45	5	30
16	6400	56:45	4	32

Categoria de Aptidão II

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	3200	29:30	3	16
	e 4000	36	2	
8	2400	21:30	3	19
	e 4000	35:30	2	
9	3200	28	3	22
	e 4000	36	2	
10	3200	28	2	26
	e 4800	43	3	
11	4000	34:45	3	27
	e 4800	42:45	2	
12	4800	42:45	5	30
13	6400	56:45	4	32

Categoria de Aptidão III

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	4000	35:30	4	23
	e 4800	43:45	1	
8	4000	34:45	3	27
	e 4800	42:45	2	
9	4800	42:45	5	30
10	6400	56:45	4	32

PROGRAMA PARA PRINCIPIANTE

De 50 anos para cima

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
1	1600	18:30	5	5
2	1600	16:30	5	5
3	1600	15	5	5
4	2400	24:30	5	7½
5	2400	23	5	7½
6	2400	22:30	5	7½

Categoria de Aptidão I

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	3200	32	5	10
8	3200	31	5	10
9	4000	38:30	5	12½
10	3200	28:45	2	15½
	e 4000	37:30	3	
11	3200	28:30	2	17
	e 4000	37	2	
12	4000	36	3	21
	e 4800	44:30	2	
13	3200	28	2	26
	e 4800	43:15	3	
14	4000	35	3	27
	e 4800	43	2	
15	4800	43	5	30
16	6400	57	4	32

Categoria de Aptidão II

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	4000	38:30	5	12½
8	3200	28:45	2	15½
	e 4000	37:30	3	
9	3200	28:30	3	17
	e 4000	37	2	
10	3200	28	2	26
	e 4800	43:15	3	
11	4000	35	3	27
	e 4800	43	2	
12	4800	43	5	30
13	6400	57	4	32

Categoria de Aptidão III

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	4000	36	3	21
	e 4800	44:30	2	
8	4000	35	3	27
	e 4800	43	2	
9	4800	43	5	30
10	6400	57	4	32

Programa de Manutenção da Forma

Se você se classificou nas Categorias de Aptidão IV ou V no Teste de 12 Minutos, ou se você conseguiu a marca de 30 pontos por semana nas outras Categorias de Aptidão, o seu nível de preparo físico é agora "satisfatório".

Para manter um preparo físico satisfatório, o único requisito é continuar com um dos seguintes programas de exercícios.

ANDAR A PÉ — TODAS AS IDADES PROGRAMAS PARA AS CATEGORIAS IV E V

Distância (metros)	Tempo (min) necessário	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
3200	24-29	8	32
ou 4800	36-43:30	5	30
ou 6400	48-58	4	32
ou 8000	60-72:30	3	30

Corrida

PROGRAMA PARA PRINCIPANTES

Menos de 30 anos de idade

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes/ sem.	Pontos/ sem.
1	1600	13:30	5	10
2	1600	13	5	10
3	1600	12:45	5	10
4	1600	11:45	5	15
5	1600	11	5	15
6	1600	10:30	5	15

Categoria de Aptidão I

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes/ sem.	Pontos/ sem.
	1600	9:45	5	20
3	1600	9:30	5	20
	1600	9:15	5	20
	1600	9	3	
	e 2400	16	2	21
11	1600	8:45	3	
	e 2400	15	2	21
12	1600	8:30	3	
	e 2400	14	2	24
13	1600	8:15	3	
	e 2400	13:30	2	24
14	1600	8	3	
	e 2400	13	2	27
15	1600	7:45	2	
	e 2400	12:30	2	30
	e 3200	18	1	
	2400	12	2	
	e 3200	17	2	31

Categoria de Aptidão II

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes/ sem.	Pontos/ sem.
7	1600	9:15	5	20
8	1600	9	3	
	e 2400	16	2	21
9	1600	8:45	3	
	e 2400	15	2	21
10	1600	8:15	3	
	e 2400	13:30	2	24
11	1600	8	3	
	e 2400	13	2	27
12	1600	7:45	2	
	e 2400	12:30	2	30
	e 3200	18	1	
13	2400	12	2	
	e 3200	17	2	31

Categoria de Aptidão III

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes/ sem.	Pontos/ sem.
7	1600	8:30	3	
	e 2400	14	2	24
8	1600	8	3	
	e 2400	13	2	27
9	1600	7:45	2	
	e 2400	12:30	2	30
	e 3200	18	1	
10	2400	12	2	
	e 3200	17	2	31

PROGRAMA PARA PRINCIPANTES

30-39 anos de idade

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes/ sem.	Pontos/ sem.
1	1600	17:30	5	5
2	1600	15:30	5	5
3	1600	14:15	5	10
4	1600	13:30	5	10
5	1600	11:45	5	15
6	1600	11:15	5	15

Categoria de Aptidão I

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes/ sem.	Pontos/ sem.
7	1600	10:30	5	15
8	1600	10	5	20
9	1600	9:45	3	
	e 2400	16	2	21
10	1600	9:30	3	
	e 2400	15:30	2	21
11	1600	9	3	
	e 2400	14:30	2	24
12	1600	8:45	3	
	e 2400	14	2	24
13	1600	8:30	2	
	e 2400	13:30	2	28
	e 3200	19	1	
14	1600	8:15	3	
	e 3200	18	2	28
15	1600	8	2	
	e 2400	13	2	30
	e 4000	22:30	1	
16	2400	12:30	2	
	e 4000	22	2	32



Categoria de Aptidão II

Semana	Distância metros	Tempo min	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	1600	9:45	3	21
	e 2400	16	2	
8	1600	9:30	3	21
	e 2400	15:30	2	
9	1600	9	3	24
	e 2400	14:30	2	
10	1600	8:30	2	28
	e 2400	13:30	2	
	e 3200	19	1	28
11	1600	8:15	3	
	e 3200	18	2	30
12	1600	8	2	
	e 2400	13	2	32
	e 4000	22:30	1	
13	2400	12:30	2	32
	e 4000	22	2	

Categoria de Aptidão III

Semana	Distância metros	Tempo min	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	1600	8:45	3	24
	e 2400	14	2	
8	1600	8:15	3	28
	e 3200	18	2	
9	1600	8	2	30
	e 2400	13	2	
	e 4000	22:30	1	32
10	2400	12:30	2	
	e 4000	22	2	

PROGRAMA PARA PRINCIPANTES 40-49 anos de idade

Semana	Distância metros	Tempo min	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
1	1600	18:30	5	5
2	1600	16	5	5
3	1600	15	5	5
4	1600	14:15	5	10
5	1600	13:45	5	10
6	1600	12:45	5	10

Categoria de Aptidão I

Semana	Distância metros	Tempo min	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	1600	11:15	5	15
8	1600	11:15	5	15
9	1600	10:45	3	18
	e 2400	17:45	2	
10	1600	10:15	3	18
	e 2400	17	2	
11	1600	9:45	3	21
	e 2400	16	2	
12	2400	15:30	3	25½
	e 3200	21	2	
13	1600	9:30	2	28
	e 2400	14:45	2	
14	1600	9:15	3	28
	e 3200	19	2	
15	1600	9	2	30
	e 2400	14	2	
	e 4000	24:30	1	32
16	2400	13:30	2	
	e 4000	23:45	2	

Categoria de Aptidão II

Semana	Distância metros	Tempo min	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	1600	10:45	3	18
	e 2400	17:45	2	
8	1600	10:15	3	18
	e 2400	17	2	
9	1600	9:45	3	21
	e 2400	16	2	
10	1600	9:30	2	28
	e 2400	14:45	2	
	e 3200	19:45	1	28
11	1600	9:15	3	
	e 3200	19	2	30
12	1600	9	2	
	e 2400	14	2	32
	e 4000	24:30	1	
13	2400	13:30	2	32
	e 4000	23:45	2	

Categoria de Aptidão III

Semana	Distância metros	Tempo min	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	2400	15:30	3	25½
	e 3200	21	2	
8	1600	9:15	3	28
	e 3200	19	2	
9	1600	9	2	30
	e 2400	14	2	
	e 4000	24:30	1	32
10	2400	13:30	2	
	e 4000	23:45	2	

PROGRAMA PARA PRINCIPIANTE

De 50 anos para cima

Semana	Duração (min)	Passadas* (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
1	1:30	70-80	5	
2	2:30	70-80	5	4
3	2:30	70-80	5	4
4	5	70-80	5	7½
5	5	70-80	5	7½
6	5	70-80	5	7½

Categoria de Aptidão I

Semana	Duração (min)	Passadas* (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	7:30	70-80	5	11¼
8	7:30	70-80	5	11¼
9	10	70-80	5	15
10	10	70-80	5	15
11	10	70-80	5	15
12	12:30	70-80	5	18¼
13	10 (M) e 10 (T)**	70-80 70-80	{ 2 2 }	23¼
	e 12:30***	70-80	3	
14	10 (M) e 10 (T)**	70-80 70-80	{ 2 2 }	25½
	e 15***	70-80	3	
15	12:30 (M) e 12:30 (T)**	70-80 70-80	{ 2 2 }	28½
	e 15 ***	70-80	3	
16	20	70-80	5	30

Categoria de Aptidão II

Semana	Duração (min)	Passadas* (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	10	70-80	5	15
8	10	70-80	5	15
9	10	70-80	5	15
10	10(M) e 10(T)**	70-80 70-80	{ 2 2 }	23¼
	e 12:30***	70-80	3	
11	10(M) e 10 (T)**	70-80 70-80	{ 2 2 }	25½
	e 15***	70-80	3	
12	12:30(M) e 12:30(T)**	70-80 70-80	{ 2 2 }	28½
	e 15***	70-80	3	
13	20	70-80	5	30

Categoria de Aptidão III

Semana	Duração (min)	Passadas* (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	12:30	70-80	5	18¼
8	10 (M) e 10 (T)**	70-80 70-80	{ 2 2 }	25½
	e 15***	70-80	3	
9	12:30(M) e 12:30(T)**	70-80 70-80	{ 2 2 }	28½
	e 15***	70-80	3	
10	20	70-80	5	30

Programa de Manutenção da Forma

Se você se classificou nas Categorias de Aptidão IV ou V no Teste de 12 Minutos, ou se você conseguiu a marca de 30 pontos por semana nas outras Categorias de Aptidão, o seu nível de preparo físico é agora "satisfatório". Para manter um preparo físico satisfatório, o único requisito é continuar com um dos seguintes programas de exercícios.

CORRIDA ESTACIONÁRIA — TÔDAS AS IDADES PROGRAMAS PARA AS CATEGORIAS IV E V

Duração (min)	Passadas* (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
10 (M) e 10 (T)	70-80	5	30
ou 15	70-80	7	30
ou 15	80-90	5	30
ou 20	80-90	4	32

M = manhã T = tarde

Conte apenas quando o pé esquerdo tocar o chão. Deve-se levantar o pé pelo menos 20 cm do chão.

** Os grupos manhã-tarde têm de ser corridos no mesmo dia. *** Pode ser feito a qualquer hora.

PROGRAMA PARA PRINCIPIANTE

Menos de 30 anos de idade

Semana	Duração (min)	Passadas* (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
1	2:30	70-80	5	4
2	5	70-80	5	7½
3	5	70-80	5	7½
4	7:30	70-80	5	11¼
5	7:30	70-80	5	11¼
6	10	70-80	5	15

Categoria de Aptidão I

Semana	Duração (min)	Passadas* (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	10	70-80	5	15
8	12:30	70-80	5	18¼
9	12:30	70-80	5	18¼
10	15	70-80	5	22½
11	15	70-80	5	22½
12	10	80-90	1 {	25
	e 17:30	70-80	4 {	
13	12:30	80-90	3 {	27
	e 15	80-90	2 {	
14	12:30	80-90	3 {	28
	e 15	80-90	3 {	
15	15	80-90	5	30
16	15	90-100	4	30

Categoria de Aptidão II

Semana	Duração (min)	Passadas* (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	12:30	70-80	5	18¼
8	15	70-80	5	22½
9	15	70-80	5	22½
10	12:30	80-90	3 {	27
	e 15	80-90	2 {	
11	12:30	80-90	2 {	28
	e 15	80-90	3 {	
12	15	80-90	5	30
13	15	90-100	4	30

Categoria de Aptidão III

Semana	Duração (min)	Passadas* (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	10	80-90	1 {	25
	e 17:30	70-80	4 {	
8	12:30	80-90	2 {	28
	e 15	80-90	3 {	
9	15	80-90	5	30
10	15	90-100	4	30

Deve se levantar o pé pelo menos 20 cm acima do chão

PROGRAMA PARA PRINCÍPIANTES

30-39 anos de idade

Semana	Duração (min)	Passadas* (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
1	2:30	70-80	5	4
2	2:30	70-80	5	4
3	5	70-80	5	7½
4	5	70-80	5	7½
5	7:30	70-80	5	11¼
6	7:30	70-80	5	11¼

PROGRAMA PARA PRINCÍPIANTES

40-49 anos de idade

Semana	Duração (min)	Passadas* (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
1	2:30	70-80	5	4
2	2:30	70-80	5	4
3	5	70-80	5	7½
4	5	70-80	5	7½
5	5	70-80	5	7½
6	7:30	70-80	5	11¼

Categoria de Aptidão I

Semana	Duração (min)	Passadas* (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	10	70-80	5	15
8	10	70-80	5	15
9	12:30	70-80	5	18¼
10	12:30	70-80	5	18¼
11	15	70-80	5	22½
12	10	80-90	1	25
	e 17:30	70-80	4	
13	10	80-90	1	25
	e 17:30	70-80	4	
14	12:30	80-90	2	28
	e 15	80-90	3	
15	15	80-90	5	30
16	15	90-100	4	30

Categoria de Aptidão I

Semana	Duração (min)	Passadas* (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	7:30	70-80	5	11¼
8	10	70-80	5	15
9	10	70-80	5	15
10	12:30	70-80	5	18¼
11	12:30	70-80	5	18¼
12	15	70-80	5	22½
13	10	80-90	1	25
	e 17:30	70-80	4	
14	12:30	80-90	2	28
	e 15	80-90	3	
15	20	70-80	5	30
16	20	80-90	4	32

Categoria de Aptidão II

Semana	Duração (min)	Passadas* (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	12:30	70-80	5	18¼
8	12:30	70-80	5	18¼
9	15	70-80	5	22½
10	10	80-90	1	25
	e 17:30	70-80	4	
11	12:30	80-90	2	28
	e 15	80-90	3	
12	15	80-90	5	30
13	15	90-100	4	30

Categoria de Aptidão II

Semana	Duração (min)	Passadas* (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	10	70-80	5	15
8	12:30	70-80	5	18¼
9	12:30	70-80	5	18¼
10	10	80-90	1	25
	e 17:30	70-80	4	
11	12:30	80-90	2	28
	e 15	80-90	3	
12	20	70-80	5	30
13	20	80-90	4	32

Categoria de Aptidão III

Semana	Duração (min)	Passadas* (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	10	80-90	1	25
	e 17:30	70-80	4	
8	12:30	80-90	2	28
	e 15	80-90	3	
9	15	80-90	5	30
10	15	90-100	4	30

Categoria de Aptidão III

Semana	Duração (min)	Passadas* (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	15	70-80	5	22½
8	12:30	80-90	2	28
	e 15	80-90	3	
9	20	70-80	5	30
10	20	80-90	4	32

* Conte apenas quando o pé esquerdo tocar o chão. Deve-se levantar o pé pelo menos 20 cm acima do chão.

PROGRAMA PARA PRINCÍPIANTES

De 30 anos para cima

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
1	1600	19	5	5
2	1600	17	5	5
3	1600	16	5	5
4	1600	15	5	5
5	1600	14:15	5	10
6	1600	13:45	5	10

Categoria de Aptidão I

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	1600	13	5	10
8	1600	12:30	5	10
9	1600	12:15	3	12
	e 2400	19	2	
10	1600	12	3	15
	e 2400	18:15	2	
11	1600	11:30	3	18
	e 2400	17:30	2	
12	2400	16:30	4	24
	e 2400	15:30	2	
	e 3200	22	1	
13	1600	10:30	1	24
	e 3200	21	2	
14	2400	15:15	3	25½
	e 3200	20:15	2	
15	1600	9:30	3	27
	e 4000	25:30	2	
16	2400	14:30	2	30
	e 4800	31	2	

Categoria de Aptidão II

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	1600	12:15	3	12
	e 2400	19	2	
8	1600	12	3	15
	e 2400	18:15	2	
9	1600	11:30	3	18
	e 2400	17:30	2	
10	1600	10:30	1	24
	e 2400	15:30	2	
	e 3200	21	2	
11	2400	15:15	3	25½
	e 3200	20:15	2	
12	1600	9:30	3	27
	e 4000	25:30	2	
13	2400	14:30	2	30
	e 4800	31	2	

Categoria de Aptidão III

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
7	2400	16:30	4	24
	e 3200	22	1	
8	2400	15:15	3	25½
	e 3200	20:15	2	
9	1600	9:30	3	27
	e 4000	25:30	2	
10	2400	14:30	2	30
	e 4800	31	2	

Programa de Manutenção da Forma

Se você se classificar nas Categorias de Aptidão IV ou V no Teste de 12 Minutos, ou se você conseguir a marca de 30 pontos por semana nas outras Categorias de Aptidão, o seu nível de preparo físico é agora "satisfatório". Para manter um preparo físico satisfatório, o único requisito é continuar com um dos seguintes programas de exercícios. ☉

CORRIDA — TÔDAS AS IDADES PROGRAMAS PARA AS CATEGORIAS IV E V

Distância (metros)	Tempo (min) necessário	Vêzes / sem.	Pontos / sem.
1600	6:30-8	6	30
ou 2400	12-15	5	30
ou 2400	9:45-12	4	30
ou 3200	16-20	4	32
ou 3200	13-16	3	30

TABELAS DE PONTOS POR ATIVIDADE

I - C O R R I D A

1,6 km		2,4 km	
T E M P O	PONTOS	T E M P O	PONTOS
19:59 - 14:30 min	1	29:59 - 21:45 min	1 1/2
14:29 - 12:00 min	2	21:44 - 18:00 min	3
11:59 - 10:00 min	3	17:59 - 15:00 min	4 1/2
09:59 - 08:00 min	4	14:59 - 12:00 min	6
07:59 - 06:30 min	5	11:59 - 09:45 min	7 1/2
abaixo 06:30 mins	6	abaixo 09:45 min	9

3,2 km		4,0 km	
T E M P O	PONTOS	T E M P O	PONTOS
40,00 min ou mais	1	50:00 min ou mais	1
39:59 - 29:00 min	2	49:59 - 36:15 min	2 1/2
28:59 - 24:00 min	4	36:14 - 30:00 min	5
23:59 - 20:00 min	6	29:59 - 25:00 min	7 1/2
19:59 - 16:00 min	8	24:59 - 20:00 min	10
15:59 - 13:00 min	10	19:59 - 16:15 min	12 1/2
abaixo 13:00 min	12	abaixo 16:15 min	15

TABELAS DE PONTOS POR ATIVIDADE

2 - M A R C H A

1,6 km		2,4 km	
T E M P O	PONTOS	T E M P O	PONTOS
19:59 - 14:30 min	1	29:59 - 21:45 min	1 1/2
14:29 - 12:00 min	2	21:44 - 18:00 min	3
3,2 km		4,0 km	
40:00 min ou mais	1	50:00 min ou mais	1
39:59 - 29:00 min	2	49:59 - 36:15 min	2 1/2
28:59 - 24:00 min	4	36:14 - 30:00 min	5

TABELAS DE PONTOS POR ATIVIDADE
5 - CORRIDA ESTACIONÁRIA

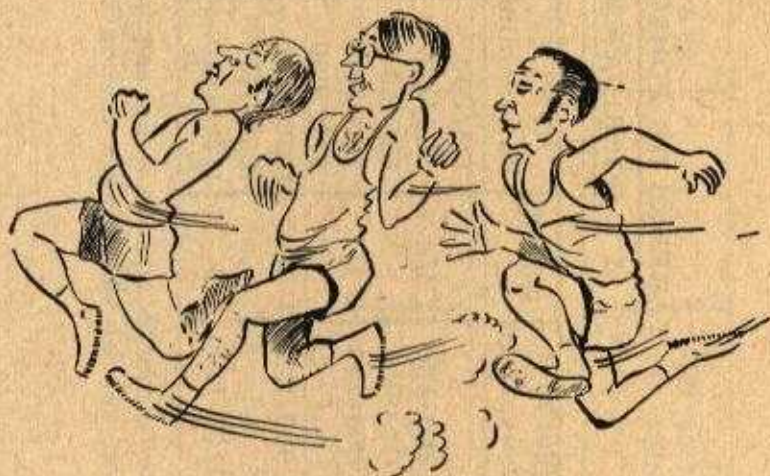
TEMPO	60/70 * Passo/min	PONTO	70/80 * Passo/min	PONTOS	80/90 * Passo/min	PONTOS
02:30	-	-	175/200	8/4	200-225	1
05:00	300-350	1 1/4	350/400	1 1/2	400-450	2
07:30	-	-	525/600	2 1/4	600-675	3
10:00	600-700	2 1/2	700/800	3	800-900	4
12:30	-	-	875/1000	3 3/4	1000-1125	5
15:00	900-1050	3 3/4	1000/1200	4 1/2	1200-1350	6
17:30	-	-	1225/1400	5 1/4	1400-1575	7
20:00	1200-1400	5	1400/1600	6	1600-1800	8

(*) Conte somente quando o pé esquerdo bater no chão. Os pés devem ser elevados pelo menos 20 cm do chão.

TABELAS DE PONTOS POR ATIVIDADE

7 — OUTRAS ATIVIDADES

TÊNIS (simples)	—	1 "Set"	—	1 ponto
VOLIBOL	—	15 minutos	—	1 ponto
	—	60 minutos	—	3 pontos
FUTEBOL	—	60 minutos	—	6 pontos
	—	90 minutos	—	9 pontos
GOLFE	—	18 buracos	—	3 pontos
PULAR CORDA	—	5 minutos	—	1,5 ponto



A EQUITACÃO E A GUERRA MODERNA

Ten Cel QEMA Cav
P. MARCOS

Entre nós, não são poucos os que consideram a equitação como esporte de "gente bem" e opinam pelo seu desaparecimento das Unidades de Cavalaria que ainda a praticam. Alegam estes Senhores que na preparação para a Guerra Moderna já não há mais lugar para tais luxos e que precisamos acompanhar os países mais adiantados nessa preparação.

A estes desejamos agora dar uma resposta, com o que ocorre na França atual.

A Escola de Cavalaria e Blindados de SAUMUR realizou, e disso tivemos notícia através do "L'Information hipique", o 111.º Carroussel da Escola.

Passemos a palavra à direção da citada Escola e vejamos o que nos diz na Introdução do respectivo programa:

"Apresentando o 111.º Carroussel, a Escola de Cavalaria manifesta seu respeito pelas tradições e seu apêgo às virtudes cavalheiras, das quais é fiel guardiã. A Escola deseja também evocar os ensinamentos que ela ministra para formar e instruir modernamente cavaleiros dignos de seus ancestrais.

A evolução da Cavalaria com o emprego de engenhos sempre novos exige, sem dúvida, que os oficiais possuam profundos conhecimentos técnicos, no entanto não dispensa a exigência de uma intensa preparação moral e física.

Mais do que nunca, dado o ritmo cada vez mais acelerado em que se desenvolve o combate moderno na ARMA LIGEIRA, os reflexos do Cavalariano devem estar impregnados de espírito de decisão, iniciativa e audácia.

Se de um lado é verdade que a Equitação não é mais um fim essencial à formação dos Oficiais de Cavalaria e de sua preparação para o combate, é verdade também, que ela constitui um meio incomparável para desenvolver neles a habilidade e o golpe de vista, o gosto pelo perigo e o domínio de si mesmo, a correção e até mesmo o amor ao "panache", que formam a base do espírito do Cavalariano.

Os oficiais alunos da Escola de Aplicação da Arma Blindada e Cavalaria, guardam a mesma dedicação que seus ancestrais a essas virtudes cavalheiras e é na prática da Escola do Cavaleiro que eles se esforçam por adquiri-las e conservá-las".

Sem comentários.

O LIVRO — ESSE ELOQUENTE MUDO

Gen Div R/1 Dr. OLYNTHO PILLAR

"Não há livro de tão pouco mérito que não encerre qualquer coisa útil".

Plínio, o moço

Fino ou volumoso, encadernado ou em brochura, grande ou pequeno, é sempre um livro a resguardar em suas folhas profundo relicário de conhecimentos úteis, onde irão abeberar-se os seqüiosos leitores.

Didáticos ou meramente literários, encontram, através dos séculos, em edições sucessivas, mercados que os consomem com relativa avidez.

"E o vento levou..." de Margaret Mitchell, um dos maiores sucessos de livraria, atingiu, até o presente, a elevada cifra de oito milhões de exemplares!

"Os Lusíadas" do imperecível vate Luis de Camões, poema épico, que "é a projeção externa de seu amor à sua gente, à sua terra", por isso mesmo assaz de realista, é livro que, desde 1576, era que assinala a edição príncipe do famoso fruto literário do gênio português, se reproduz, para gáudio dos verdadeiros amantes do fiel historiador, incessantemente.

Do grandiloquo Padre Antônio Vieira, o maior clássico do Século XVII, quinze alentados volumes enfeixam sua esplêndida produção, os célebres e escorreitos sermões com que sua privilegiada oratória empolgou os numerosos ouvintes enlevados em torno ao púlpito dos templos. A conversão do gentio fôra a precípua aspiração religiosa do pio sacerdote.

Tais "Sermões", que tiveram suas edições príncipes de 1679 a 1748, ainda hoje se repetem, em luxuosas encadernações, enriquecendo, destarte, as estantes dos estudiosos da língua portuguesa e de quantos idiomas não logrado eles ser vertidos.

Sua luculenta obra, malgrado os tropeços sem conto que teve em sua longa existência quase nonagenária, é verdadeiro tesouro, que o imortalizaria antes mesmo de morrer.

Eça de Queirós, o lusíado escritor mordaz, também produziu copiosa bagagem literária, interessantíssimos romances de ficção que

jamais teriam chegado até nós, e merecido os aplausos do mundo literário, não fôsem as freqüentes edições de seus vinte e cinco volumes.

Dir-se-ia o mesmo com relação à do nosso genial Machado de Assis, carloca de excelente cêpa, considerado o nosso maior romancista. Poeta inspirado, jornalista e fino narrador, sua exaustiva obra de trinta e um volumes vem sendo acrescida de outros tomos, fruto da recolta paciente de seus escritos esparsos nas colunas da imprensa, em que ele tanto militou.

Que dizer-se dos livros, em número de quarenta, que o talento invulgar de Humberto de Campos legou à posteridade, onde o sentimentalismo se casa a uma fecunda erudição!

Afrânio Peixoto, baiano de imensos recursos literários, primoroso plumitivo, embora médico de prol, compôs vinte e cinco livros de fina literatura, vazados sempre em perfeita linguagem, além de proficientes compêndios didáticos.

Poetas, como Olavo Bilac e Alberto de Oliveira, Felinto de Almeida e Guerra Junqueiro, publicaram seus melódicos versos em livros, cujas edições, para deleite dos amantes da Musa, se sucedem cada ano.

"Arca do Testamento" e "Martelo da Heresia", sermões orados e escritos, são a maravilha do patrono dos homens de letras, êsse taurmaturgo Santo Antônio, que se impôs à fama medieval por uma soma de virtudes religiosas, que o levariam às glórias dos altares, antes de um ano de sua morte pranteada.

A fé, outrora, respondia a tudo; "depois foi a universidade; agora é o livro".

A verdadeira universidade é o livro, afirma o autor de "Ensaio Camonianos", que nada faz senão ratificar o vetusto conceito de Carlyle: "A verdadeira universidade de hoje é uma coleção de livros".

No princípio, a literatura se manifestava através da memória, das rapsódias cantadas pelos bardos, pelos poemas recitados, até que depois puderam ser transcritos e ordenados em folhas de chumbo e impressos, por fim, em papel. Vinham dos recônditos da memória para a luz duradoura da imprensa...

"Marília de Dirceu", que encerra os mais líricos versos de um aedo apaixonado — Tomás Antônio Gonzaga, "é a mais nobre e perfeita idealização do amor na nossa poesia".

A popularidade dêste livro é manifesta nas edições que, desde 1792 (parte I) até hoje, as três partes reunidas, vêm aos olhos dos leitores entusiastas de seu doce estro.

Vitor Hugo, Shakespeare, Camilo Castelo Branco, Disraeli e tantos outros são exemplo incontestado da divulgação do belo mercê do livro.

A ciência não teria atingido o esplendor a que chegou, não fôra ser conduzida, célere, nas páginas conservadoras do livro, já que, segundo Billac, êle "é o coração do tempo no infinito."

É que ninguém se furta ao inefável agrado de percorrer o luminoso estelário da Verdade no vasto céu dos livros dadivosos, pois nisso é que residem as lindezas da existência, com que se destrói o apedeutismo que enodosa.

Nem mesmo o desconhecimento dos vários idiomas em que, geralmente, são escritos, hoje impede sua farta divulgação, porquanto as traduções se espalham pelo mundo levando aos diferentes povos o valor da ensinança proveitosa.

O livro, com efeito, é para o professor um instrumento ideal para a difusão das buscas e das descobertas científicas, enquanto para o discípulo é o companheiro indispensável ao estudo e ao trabalho pessoal.

Dai não se compreender, sobretudo no domínio científico, a ausência de manuais imprescindíveis à aprendizagem eficiente.

É bem certo que a indústria do livro vem atravessando uma quadra difícil, conseqüente do elevado salário do labor artifice, da escassez do papel, importado à base de moeda vil. Mas uma propaganda inteligente e uma exportação segura são fatores que permitirão a venda do livro em mercados alienígenas.

O próprio catálogo das editoras, por vêzes um outro livro, bem apresentado, é agente de propaganda eficaz...

Os catálogos coletivos, ilustrados, remetidos com regularidade às bibliotecas científicas e literárias e aos institutos universitários, são, sem dúvida, de grande alcance prático e, provam, outrossim, o valimento do livro, como publicação.

É pelo intercâmbio dos mercados de livros que se assegura o incessante contacto entre os meios culturais do mundo.

O livro, êste excelente amigo do homem, conselheiro mudo, como que exerce um fascínio espiritual, ainda que fechado...

Exemplo, temo-lo nas Feiras de Livros que engalanam as praças desta cidade, onde o povo se aglomera em busca de sadio entretenimento.

Apesar da cifra ainda vultosa de analfabetos que possuímos, os que sabem ler se não cansam de ali buscar o com que ilustrar o espírito, por preço animador.

Em Paris, recentemente, foi realizada a grande venda anual de livros de escritores católicos, que logrou êxito invulgar.

As tardes de autógrafos instituídas na França, e adotadas, entre nós, nas livrarias cariocas e dos Estados, são festas anímicas que se

repetem amiúde, ensejando louvável encontro cordial entre autores e outros escritores e seu público predileto.

As margens do Sena, não é menos confortador o costumeiro espetáculo dos *bouquinistes*, onde estudantes, e povo em geral, vão à procura das obras de que necessitam, algumas pertencentes a edições já esgotadas e, por isso, ausentes das livrarias famosas da capital francesa.

Não foi, pois, em vão, que o inspirado vate condoreiro, o imortal Castro Alves, sentenciou:

"O livro caindo na alma,
é germe — que faz a palma
é chuva — que faz o mar"

O grande Cícero afirmava que "uma casa sem livros é como um corpo sem alma". Quicá, por isso, o culto dos livros é tão intenso quanto outrora, em épocas remotas, em que os antigos faraós colocavam no pórtico de suas famosas bibliotecas a inscrição veraz: "Tesouro dos remédios da alma".

Se atentarmos para as estatísticas mundiais atinentes ao assunto, veremos que a procura dos autores clássicos (não obstante o conceito que alguns povos fazem de autor clássico: aquêle cujos livros são considerados ainda obras-primas do gênero depois de seu falecimento) é constante.

O público é que, com suas preferências, exalça o mérito do livro. Há livros sempre procurados nas bibliotecas, o que os tornam eternamente vivos. "Estimo tanto os livros, que os considero como seres vivos; ao lê-los converso com eles", dizia Swift. Ocioso seria enumerá-los, tão extenso seu rol, sob qualquer aspecto em que os encaremos.

O salutar hábito de ler é crescente, apesar do injustificado receio de que a televisão viesse arrefecê-lo. Ao revés, êsse prodigioso invento humano como que estimula mais à leitura, já pelos debates críticos em torno de livros e da literatura, já pela representação de obras adaptadas, que despertam o natural interesse do telespectador em lê-las, se não o houvera feito ainda.

Mergulhado nas páginas de um livro, o cérebro como que se lima de encontro às idéias nêle expendidas e seu espírito depara o panorama magnífico e surpreendente dos imensos conhecimentos humanos, o que vem confirmar a assertiva de Ascott: — "Bom livro é o que se abre com curiosidade e se fecha com proveito".

CURIOSIDADES DA AMAZÔNIA

GILBERTO FIGUEIREDO PIMENTEL

Jornalista

A Amazônia, com suas riquezas incomensuráveis e seus mistérios, foi, e agora mais do que nunca, soberbo tema, repleto de curiosidades candentes, num cenário tão puro e encantador que diríamos, — bíblico. Apraz-me escrever algumas linhas em torno da região, pelo amor que tenho àquela terra, — embora eu seja carioca —, pelas atrações do seu fascínio, a par das ótimas recordações do rio-mar que imortalizou Pedro Teixeira, e como homenagem especial ao *Comando de Fronteira do Solimões*.

Procurarei, em rápidas pinceladas, descrever alguns rituais da tribo dos índios Ticunas, que visitei em São Paulo de Olivença. *Festa da Pelação*: — No estado de semi-civilizados em que se encontram, os Ticunas estabeleceram contatos com os brancos, permutando peles de animais, penas, caças, objetos de palha e de barro que fabricam. Perante os visitantes, os Ticunas mostram-se amáveis, com atitudes infantis, mas, às vezes, ficam arredios e assustados. Periódicamente realizam festas durante as quais muito se divertem. Todavia, as que mais apreciam, são a da *Pelação* e a do *Matrimônio*. Na época em que a indígena transpõe o ciclo da menina para a moça, é trancada num determinado local, período em que não pode ver ninguém a não ser os pais que vão levar-lhe água e alimentos. Passados trinta dias é conduzida a um terreiro, ocasião em que, ao sentar-se num banco apropriado, é iniciada a Festa da Pelação. A alegria é geral e contagiante; todos dançam e bebem uma bebida que eles chamam de "maracaimbara", feita de macaxeira fermentada.

Chega o momento da pelação duas nativas idosas aproximam-se da indiazinha e, na cadência dos tambores, em ritimado tantã, vão arrancando, paulatinamente, fio por fio, os cabelos da cabeça da paciente que não grita por se achar embriagada com a "maracaimbara". Pouco a pouco a indiazinha vai ficando pelada até ficar sem um fio de cabelo. Ao terminar o escalpamento o pajé conduz a moça à beira do igarapé e em ritual acompanhado de palavras cabalísticas, lava-a, esfregando-a totalmente até desaparecerem as tintas coloridas que enfeitavam o seu corpo. Daí em diante a moça está autorizada a casar.

O CASAMENTO

Outro ritual não menos importante para a tribo e bem pitoresco para nós, é o preparativo para o casamento. Sem passar muitos dias da "pelação", apresenta-se um candidato que deseja esposar a eleita do seu coração. Após declarar o seu intento, o "futuro" parte para o interior da floresta onde permanece uns dois meses, caçando e pescando. O produto é preservado pelo processo de "moquear", que consiste em defumar, de maneira especial, prática pelas quais as carnes dos peixes e dos animais duram longo tempo sem se deteriorarem. Durante a ausência do noivo, a índia fica retida num jirau, sem sair, sem ver ninguém a não ser seus pais que comparecem para levar água e alimentos leves, como mel de abelha e formigas vermelhas que eles apreciam muito. Ao regressar, o caçador exhibe sua capacidade, apresentando os pescados, os animais de pele e as aves abatidas e já moqueadas.

Principia a festa. Surgem os gênios do Bem e do Mal, representados por índios fantasiados de "Macaco-Prego", o do Mal, e de "Lua-Chela", o do Bem, este imaginado por um grande saco pintado que enfiam pela cabeça, encimado por máscaras com cabelos erizados parecendo a fisionomia do homem branco, assustado. As duas indumentárias são tecidas e preparadas pelos próprios indígenas que lhes dão o nome de "tururi". Todos se acham paramentados de lindas penas coloridas e o corpo desenhado com tintas especiais. Ai, ao som de tambores, tocando buzinas de taquara, pulam, gritam, gesticulam, sacolejam, numa dança típica que dão o nome de "marisia", quase sempre embriagados com as bebidas feitas de macaxeira e "pajauaru", de beiju de mandioca, misturadas com birita que é cachaça com mel.

Para dar por terminada a festança, o noivo, alardeando prova de coragem e sacrifício, deixa-se picar pelas venenosas formigas "tucandiras" que ele próprio as coloca nas partes mais sensíveis do corpo. A dor é forte, contorce-se, retesa os músculos, sem contudo retirar os insetos que continuam apertando os ferrões. A noiva, qual corça fogueada, corre diligente em defesa do seu guerreiro: mata as "tucandiras" e logo carinhosamente, retira as garras que ficam cravadas nas carnes do seu amado.

E depois, o casal retira-se para o interior da floresta onde ocupam o ninho adrede preparado.

QUESTÃO MILITAR

Para uma melhor elucidação e compreensão de uma das CAUSAS DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM NOSSA PÁTRIA a "DEFESA NACIONAL", publica hoje a correspondência trocada entre o MARECHAL DEODORO DA FONSECA e o BARÃO DE COTEGIPE, sobre tão palpitante evento histórico.

Curiosidade maior: os documentos apresentados, foram copiados do próprio "dossier" organizado pessoalmente por DEODORO.

1886

Achava-se o Marechal-de-Campo Deodoro da Fonseca no exercício da Presidência e do Comando das Armas da Província do Rio Grande do Sul quando a 2 de setembro, à noite, recebeu o seguinte telegrama do Ajudante-General do Exército, Visconde da Gávea.

Documento n.º 1

"Telegrama do Ajudante-General, datado de 2 de setembro de 1886, perguntando se o Tenente-Coronel Madureira teve licença para publicar o artigo na "Federação" de 16 de agosto.

No dia imediato, 3, o Marechal respondeu em telegrama:

Documento n.º 2

"Tenente-Coronel Madureira não teve licença para publicar artigo 16 de agosto. Em ofício desta data tratarei da questão".

Minuta do ofício a que se refere o Marechal no telegrama acima, datado de 3 de setembro de 1886.

Documento n.º 3

"Ao Ajudante General. Em aditamento ao telegrama de hoje datado, com que respondi ao de V. Exa., ontem à noite recebido, sobre o artigo de 16 de Agosto publicado pelo tenente-coronel Antonio Senna Madureira na "Federação", devo informar:

1º — Que nenhuma licença houve para tal publicação.

2º — Que os Avisos de 4 de outubro de 1859, 27 de agosto de 1878, 9 de dezembro de 1882 e 26 de dezembro de 1884, publicados

nas Ordens do Dia números 156, 1.418, 1.714 e 1937, são referentes a questões de serviço, a censuras, conflitos, provocações, quer entre superiores e inferiores, quer entre pares; o Aviso de 5 de agosto do corrente ano, de que trata a Ordem do Dia nº 2.021, nada inova, recomenda o cumprimento de disposições anteriores; o regulamento disciplinar de 9 de março de 1875, em seu artigo 5º §§ 9º e 10, trata do assunto: é claro, pois, que os militares não podem, nem devem pela imprensa, tratar de questões alguma em que envolva superiores, camaradas e inferiores.

Aos membros da Assembléa Geral, salvo os Ministros da Guerra e da Marinha e os oficiais militares, não tem aplicação os preceitos daqueles avisos, e portanto sem responsabilidade em seu ato, o tenente-coronel Madureira pela publicação do artigo a que se refere o telegrama de V. Exa. é o que pode alcançar minha fraca inteligência.

Conheço de longos anos esse oficial superior como muito distinto por sua extensa dedicação e atividade no serviço, por sua inteligência ilustrada, por sua disciplina e subordinação e por seu valor; a primeira divisão de Exército em operações contra o governo do Paraguai, onde elle, e eu servimos por muito tempo, foi testemunha desses dotes que, com abundância, patenteava o referido tenente-coronel, pelo que nela só deixou sinceras afeições e saudades.

Na própria questão tão ventilada e repetida pelo Exmo. Sr. Senador Franco de Sá, não há, como querem fazer crer, o menor ponto de descortesia ao venerando e muito estimado chefe Visconde da Gávea, a quem, com o maior respeito e subida consideração, submeto o expedido."

Deodoro.

Correspondência trocada entre o Marechal e o Presidente do Conselho de Ministros, Barão de Cotegipe:

Documento n.º 4

2 de dezembro de 1886 — Telegrama — Ao Presidente do Rio Grande do Sul.

"Reservado. Um diário publica telegrama de ontem dessa capital anunciando que em uma reunião militar houve protestos contra atos do governo e outras demonstrações inconvenientes. Estas notícias têm causado impressão e para tranquillidade dos espiritos informe V. Exa. o que se passou."

Barão de Cotegipe

Documento n.º 5

Telegrama:

Ao Barão de Cotegipe

"Justo e garal sentimento do Exército muito ofendido. Officiais pedirão reunião calma: aprovei e consenti. Resolveu-se atos de inquestionável direito."

Deodoro.

Documento n.º 6

3 de outubro de 1886 — Telegrama — Ao Presidente do Rio Grande do Sul.

"Reservado — Recebi em resposta telegrama de hoje, exercendo V. Exa. duplo cargo de Presidente da Província, Comandante das Armas, e que mostra a confiança do governo, era prudente não autorizar reuniões e deliberações coletivas, que podem trazer consequências imprevistas. A errônea interpretação a atos já existentes, e que em nada ofendem aos bríos e direitos do Exército, que o governo é o primeiro a manter como elementos de ordem pública, mostra que há exploração política. V. Exa. como primeiro dos militares na província e responsável pela disciplina podia e pode representar ou pedir explicações. Recomendo a V. Exa. como exercendo presidência que empregue sua autoridade e influência para pôr termo a essa agitação dos espiritos. Aguardo comunicação official do occorrido, cujos pormenores o governo ignora."

Barão de Cotegipe

Documento n.º 7

4 de outubro de 1886

Reservado — Minuta do Telegrama

"Exmo. Barão de Cotegipe — Côrte.

Não há exploração política nem exaltação de ânimos. Todos Officiais-Generais e outros, se mostram muito sentidos, inclusive eu, com a nova e vexatória imposição de os privar de pronta e imediata defesa e têm para isso sobeja razão. Todos reconhecem porque são disciplinados a conveniência da judiciosa proibição de discussões, pela imprensa, sobre fatos de qualquer natureza, mesmo particulares, em que se envolvam superiores, colegas e inferiores. Ser, porém, privado e punido por discussões com pessoas alheias à classe e que não estejam revestidas do caráter superior pelo mando administrativo, é duro, humilhante e prejudicial. Peço leitura meu officio de 3 de setembro ao Ajudante-General. Justa é a dor pela imposição com que querem amesquinhar o Exército, sempre subordinado e sem-

pre pronto. Sofre a dor o que tem o calo pisado e não aquêle que pisa. Se como Presidente e comandante armas tenho deveres, como soldado ofendido pela ingratitude para com a classe os tenho também porque assim exige a disciplina, moralidade e brio dos *soldados* que *defendem a Monarquia*. Aflaço a V. Exa. que há calma e aflanço também que será uma desgraça a imposição ilegal com que se quer oprimir o Exército. Devo usar de clareza nesta comunicação. A corporação militar da província deposita em mim como seu intérprete suas justas queixas e pede o valimento de V. Exa.

Deodoro.

Documento n.º 8

6 de outubro de 1886

Minuta do officio

Ao Barão de Cotegipe

"O aviso do Ministério da Guerra de 4 de setembro findo, com que S. Exa. o Sr. Ministro da Guerra repreendeu o Tenente-Coronel Antônio de Senna Madureira, causou a todos os officiaes, superiores, capitães e subalternos, profundo desgosto, manifestado calma e respeitosa-mente em voz unissona.

A imposição de S. Exa. o Sr. Ministro da Guerra sobre os militares em relação à questão Madureira, levantou, de uma só vez e sob o mesmo pensamento a classe militar existente nesta capital, pronunciamiento esse que, immediata e sucessivamente, teve adesão nas guarnições do interior: a todos os momentos, chegando também a dos generaes que se acham fora desta cidade, e nem era de esperar, Exmo. Sr., outro procedimento de officiaes que sentem violados os seus direitos e ferida sua dignidade.

Sou, por minha honra e dever militar, solidário, e se não tomei a iniciativa na questão foi por que os cargos com que me honrou o Governo Imperial mandaram que eu, só por mim, dirigisse ao Governo as justas queixas; se também não tomei parte integrante na reunião foi porque a minha presença tirava a virtude do ato, fazendo desaparecer-lhe a espontaneidade da classe: não fiz, pois, minhas queixas por que o pronunciamiento rápido, calmo e respeitoso, e selado pela consagração de todos, nulificou-as.

E data de 3 de setembro findo tratei da matéria em officio, junto por cópia, dirigido a S. Exa. o Sr. Ajudante-General e no dia 4 do corrente mês tive a honra de passar às mãos de V. Exa. o telegrama também junto por cópia.

Não há a menor exaltação de ânimos, mas sim solidariedade na defesa dos direitos e esperança de que V. Exa. providencie fazendo-lhe justiça.

A illustrada e judiciosa consideração de V. Exa., tenho a honra de submeter o expellido."

Deodoro.

Documento n.º 9

8 de outubro de 1886 — Telegrama — Ao Presidente Comandante Armas:

"Tomando em consideração o que V. Exa. expõe no seu telegrama de 4, e o apêlo que no final faz a mim particularmente, o Governo acaba de resolver que o Conselho Supremo Militar apresente com urgência um projeto de instruções que regule claramente a matéria que tem motivado as reclamações contra o rigor da doutrina dos avisos (aliás antigos) quando os militares tiverem de recorrer à imprensa.

Por êste ato ficam de fato suspensos os ditos avisos menos na parte que se refere à proibição da discussão pela imprensa entre militares sobre objetos de serviço. Convém, pois, que V. Exa. faça cessar quaisquer reuniões coletivas de militares, podendo fazer pública a primeira parte dêste telegrama. Confio que a ordem será mantida, conforme V. Exa. afirma."

Barão de Cotegipe

Documento n.º 10

8 de outubro de 1886

Ao Barão de Cotegipe

Minuta do telegrama

"Agradecido e satisfeito telegrama
V. Exa., hoje."

Deodoro

Documento n.º 13

10 de outubro de 1886 — Telegrama

Ao Marechal Deodoro

Urgente:

"Recebi seu telegrama, que muito me satisfaz pelo que V. Exa. me comunica. Pessoas inimigas da ordem que procuravam agitar a opinião em proveito próprio ou de suas opiniões políticas, contrariadas pelo efeito da deliberação do Governo passam telegramas para as províncias dizendo que há aqui agitação, que a casa do Ministro foi atacada e etc. É tudo falso. Apenas os alunos da Escola publicaram uma correspondência contra o deputado Cândido Oliveira e senador Gaspar e consta que hoje (dia da saída) fazem uma reunião. Aqui, como aí, militares satisfeitos."

Barão de Cotegipe

Documento n.º 16

Confidencial — Carta

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1886

Ilmo. e Exmo. Sr. Marechal M. Deodoro da Fonseca.

A exceção dos telegramas trocados entre mim e V. Exa. durante o mês próximo passado só tive oficialmente a comunicação que em 6 do mesmo mês me fez V. Exa. das ocorrências originadas pela execução das ordens existentes sobre a discussão na imprensa entre militares, ou sobre objeto de serviço. V. Exa. em o seu officio procura justificar os promotores das manifestações coletivas contra a doutrina das referidas ordens e diz-se solidário do pronunciamento provocado pelo que V. Exa. chama imposição do Sr. Ministro da Guerra sobre os militares em relação a questão — Madureira; mas que se nelle não tomara a iniciativa fóra porque os cargos com que o honrou o Governo Imperial mandavam que só por si dirigisse a este as justas queixas dos militares. Não quero apreciar as razões que levaram V. Exa. a colocar-se à testa de tais manifestações para encaminhá-las convenientemente.

Apenas observei que, quaisquer que fôsem as intenções de V. Exa. (e estou persuadido que foram as melhores) a gravidade de deliberações tomadas em comum pela força armada é de tal natureza que não pode deixar de influir de modo prejudicial na disciplina do Exército. Hoje protesta-se contra atos da primeira autoridade militar, que é o Ministro da Guerra; amanhã protestar-se-a contra os dos chefes, ou sejam generais, ou comandantes de corpo: teremos portanto um exército deliberante, o que é incompatível com a liberdade civil da nação.

Reflita V. Exa. e reconhecerá, que os generais assumiram uma imensa responsabilidade — provocando ou aprovando tais manifestações.

Até onde iriam elas? A circunstância de achar-se V. Exa. investido do cargo de Presidente exigia, como V. Exa. reconhece, que fôsse V. Exa. o intérprete de quaisquer reclamações; e estou que teria força moral necessária para conter impaciências. Assim não aconteceu, e eu lastimo que o Governo só tivesse o primeiro conhecimento dos fatos por telegramas extra-officiais, privado assim de dar instruções ao seu delegado, que consentira e aprovara as reuniões militares. Esse consentimento e essa aprovação foram o rastilho de pólvora que ateou a chama a todos os pontos da provincia e alguns do Império. Quando o General Deodoro revestido da mais alta confiança do Governo assim pensa e assim procede, o que não fariam os seus subordinados? A politica e especialmente os partidos extremos apossaram-se da questão, e enxergaram no Exército um instrumento a seus planos e paixões. Veja-se qual a cor dos jornais —

que mais exaltados se mostram, e V. Exa. me dirá se a política tem ou não parte no movimento.

Eu, e o gabinete comigo sentimos, que V. Exa. a que demos soma de confiança maior do que a qualquer outro funcionário nos criasse tão sérios embaraços. Não obstante, nomeando um presidente — que ora para aí segue, esperamos que V. Exa. o coadjuvará em tudo — quanto depender de suas atribuições, e contribuirá — para que cesse de uma vez essa agitação, que não pode ser tolerada e muito menos em uma provincia fronteira, exposta de um momento para outro a necessitar do emprêgo da fôrça — para sua defesa.

Aproveito a ocasião para apresentar a V. Exa. os protestos da muita consideração e estima com que sou

De V. Exa.

Amigo e atento criado.

Barão de Cotegipe

Documento n.º 17

Minuta de carta

16 de novembro de 1886

Barão de Cotegipe

A carta confidencial com que V. Exa. em data de 1º do corrente mês, se dignou honrar-me, está em minhas mãos.

Me vejo em dificuldade para bem responder a carta de V. Exa. por que, para isso seria necessário transcrevê-la integralmente a fim de, com precisão, tratar de ponto por ponto e assim justificar, buscando um longo e enfadonho escrito, o procedimento do Exército: não há, pois, necessidade de tal escrito, nem V. Exa. dispõe de tempo para entregar-se à leitura de tamanha exposição, pelo que me limitarei ao seguinte:

O tema em questão é "Reuniões indisciplinadas — tumultuosas — sediciosas — por parte dos militares."

Se bem que houvesse, pelas forçosas e especiais circunstâncias, justo motivo para reuniões assim qualificadas, todavia os militares, por disciplinados e criteriosos, bem patentearam os seguintes attributos característicos do soldado — União fraternal, ordem, respeito, calma, firmeza e amenidade — e limitaram-se como lhes cumpria pelo assentimento, a uma reunião pacifica, sem discussões, com o fim de pedirem providências sobre seus direitos.

Houve motivos para tumultuosas reuniões porque os militares não podem, nem devem estar sujeitos a ofensas e insultos de Franco

de Sá e de Simplicios, cuja imunidade não os autoriza a dirigir insultos, nem os isenta da precisa e conveniente resposta.

E o que houve, Exmo. Sr., por causa desses insultos dirigidos por eles contra militares?

Por parte do governo, permita-me V. Exa. dizer, muita consideração aos insultantes e assim não só aprovou os insultos, como foi além -- ofendeu ainda mais, com pública repreensão, para conhecimento do mundo, a um velho servidor, homem criterioso, homem decente, homem correto e homem distinto, somente por satisfação a quem nenhuma autoridade tinha sobre militares!

Achará V. Exa. nisso coisa de pouca monta não será amesquinhar-se o Exército; tirar-se-lhe o brio, a dignidade e o amor próprio, requisitos esses sem os quais não haverá soldados, mas sim vis e desprezíveis escravos?

Por parte do exército — uma reunião calma, respeitosa e pacífica pedindo a reparação de direitos violados e da dignidade ofendida.

A ferida foi forte, cruel e mortal e com justa razão sangrará enquanto Madureira e Cunha Mattos estiverem sob a pressão da injustiça que foram vítimas.

Transcrevo o seguinte trecho da carta de V. Exa. — “Hoje protesta-se contra atos da 1ª autoridade militar, que é o ministro da guerra; amanhã protestar-se-á contra os dos chefes, ou sejam generais ou comandantes de corpos: teremos, portanto, um exército deliberante, o que é incompatível com a liberdade civil da Nação.”

Assim parece, Exmo. Sr. em teoria, mas, condicionalmente, não na prática.

E por que a sugestão que motivou a matéria desse trecho?

Por uma coisa que não lhe tem completa aplicação. Pelos repetidos fatos, Exmo. Sr., tendentes à humilhação da classe pelo seu enfraquecimento moral, para o que hoje ofende-se gravemente, sem motivo para isso, a um oficial superior, amanhã ofender-se-á um brigadeiro e depois ao da última patente e assim conseguir-se-á aquilo que é notório, que é sabido desde muitos anos.

Se ainda vivesse Caxias fatos de tal natureza não se dariam.

E o que motivou o castigo a dois oficiais superiores, ambos bem conceituados? A repulsa que fizeram aos insultos de um deputado e de um senador! Foi o quanto bastou.

Não teremos, Exmo. Sr., Exército deliberante e assim incompatível com a liberdade civil da Nação, nem V. Exa. quererá Exército desbrido e assim fácil à ação de qualquer especulador para atirá-lo contra a liberdade civil da Nação.

Acredito que, pela amizade e dedicação de meus camaradas, teria força moral para conter impaciências; mas também acredito que o

meu valimento não seria de tal ordem, nem o governo tão condescendente, que com facilidade obtivesse a nulificação dos castigos injustamente infligidos aos dois oficiais.

A política não influiu nem interveio na questão — toda especial e militar —, cuja classe nada tem com o que estranhos dizem e escrevem.

O Exército é o que sempre foi — leal e subordinado —: não cuida de política e tem em vista, antes de tudo e por tudo, a grandeza da pátria, e o que mais é — quando ela sujeita a sorte das armas.

Muito se fala em Exército, em disciplina, em patriotismo; e se bem que, completamente, disso se trate no parlamento, todavia entre seus membros figuram, infelizmente, vultos que, sem a faculdade de distinguir simples data, se metem a questionadores, julgando-se bons censores e melhores legisladores: verdade é que, para maior glória, ficaram seus feitos perpetuados nos respectivos anais.

E falam em Exército e em disciplina!

Sabe precisamente o que é Exército, o que é disciplina, somente aqueles que pertence às suas fileiras; aquele que comparte de seus duros e rigorosos sacrifícios; aquele que toma parte ativa em suas glórias; aquele, enfim, que esquece mãe, mulher e filhos para lembrar-se, dentro das fileiras militares, somente da Pátria e que para felicidade dela oferece o corpo ao ferro inimigo.

Sabe precisamente o que é disciplina militar, somente aquele que, no horrível do combate, tem a responsabilidade — a mais elevada a mais difícil — a incompreensível — que é do soldado: a se a este faltaria brio, dignidade e amor pátrio o que restará?

Vis e covardes escravos vergonhosamente surrados!

Se a sorte determinar o rebaixamento da classe militar, no dia em que eu desconfiar que na frente de soldados não passarei de um comandante superior da Guarda Nacional — especial — e simples vulto político, quebrarei minha espada, e envergonhado, irei procurar, como meio de vida e exemplo de muitos, uma cadeira de deputado para também poder insultar a quem quer que seja.

Sou eu o único culpado de toda questão atualmente levantada, por que se em março de 1884, quando o Sr. Franco de Sá, assumindo a direção dos negócios da guerra, ofendeu brutalmente os oficiais, na ocasião da apresentação, com grosseiras alusões a Apulchro de Castro, não tivesse abafado o calor dos oficiais conseqüente da injúria que lhes foi lançada em rosto, privando assim de levar-se a efeito a bem merecida repulsa, certamente ele, no parlamento não daria motivo para os fatos que hoje tanto incomodam o Exército.

Concluindo, Exmo. Sr., direi: é fora de toda dúvida que os oficiais, ao 1º insulto, ultimamente dado, tiveram resignação tal que

foram sopitados seus sentimentos de dor; que calaram-se ao 2º, convictos de que outra reclamação não seria aceita, importaria baixeza e dariam a mais exuberante prova de que abandonariam o companheiro distinto, o digno irmão, no campo da batalha, onde difícil é a proteção, como o abandonaram na paz, deixando só e entregue aos embates da injustiça e da perseguição.

E é, Exmo. Sr., o governo do Brasil que, às glórias de ter, com o máximo sacrifício de dinheiro e sangue, libertado um povo que gemia por causa da própria inação e tirania de seu chefe, quer hoje juntar o ato inglório de escravizar homens ilustres — seus cidadãos — aos destemperos e fatuidade de Simplicios, cujos sentimentos, pelas galas do poder, fizeram explosão ferindo a quem tinha direito incontestável ao respeito: é, porém, verdade que a farda brasileira do soldado torna-o imérito na paz.

Pelo que fica expendido, conhecerá V. Exa. que prefiro ser desagradável levado pela verdade e lealdade, do que agradável pela reserva ou mentira: são os sentimentos de quem, com a maior consideração e subido respeito, é

De V. Exa.

Atº e Venº Amº e Crº Obrº

Deodoro

Documento n.º 18

Rio, 5 de dezembro de 1886

Exmo. Sr. Marechal M. Deodoro da Fonseca

Recebi a carta de V. Exa. sem data em resposta a que dirigi a V. Exa. em 1º do próximo passado mês.

Deixando de parte, por extemporâneas, as razões, com que V. Exa. justifica o procedimento oficial que teve da questão qualificada — militar — porque não tenho esperança de convencê-lo (meu principal fim na correspondência trocada com V. Exa.) devo declarar a V. Exa. que a divergência entre o pensamento do Governo, e o do seu Delegado de confiança é tão profunda, que nenhum dos dois pode permanecer nessa posição — prejudicial em todo o sentido ao serviço do Estado. Pelo que tenho o pesar de prevenir a V. Exa. de que V. Exa. é substituído, e virá ocupar o cargo que exercia nesta Córte. O Sr. Presidente comunicará a V. Exa. as disposições do Governo para que sejam guardadas as atenções e conveniências devidas à pessoa de V. Exa.

A interrupção de nossas relações oficiais em nada prejudicará, espero, as de perfeita estima e consideração, com que sou

De V. Exa.

Amº e Atº e Obrº

Barão de Cotegipe

Minuta de Carta

Exmo. Sr. Cons. Barão de Cotegipe

27 de setembro de 1887

Os diários de ontem dão noticia de que 42 alunos da Escola Militar do Rio Grande estão presos e respondem a conselho de investigação por terem passado um telegrama de congratulação ao Dr. Nabuco.

Nesse telegrama que, apenas, faz conhecidas as crenças políticas de seus autores, não há menor ofensa ao governo, nem a ninguém d'este mundo.

Somente espirito partidário mul feroz, ou o que é mais triste, o baixo desejo de agradar e chamar a atenção, podiam enxergar crime nesse ato que, permitindo a todo o cidadão, não foi ainda proibido ao soldado.

Crente de que V. Exa. já estará aborrecido do modo menos digno com que uns tantos supõem melhor servi-lo, ouse esperar que atenderá a minha justa reclamação.

Sou, com a maior consideração e subido respeito.

De V. Exa.

Atº Venº Amº e Crº Obrº

Deodoro.

«O EXÉRCITO BRASILEIRO E O PROCESSAMENTO DE DADOS»

Cap DENNYS A. F. DA CUNHA
Infanteria B Es M B

1 — INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro de hoje caracteriza-se por um "statu quo" de transição, fielmente traduzido por evolução.

E, na evolução faz-se uma integração de entidades em suas múltiplas formas, visando a obtenção de um sistema, a fim de manter aquela evolução em "marcha cadenciada". O sistema deverá programar o seu fluxo, organizando-o, supervisionando-o, etc. E esta ação requer uma busca contínua de informes, dados diversos, estudo de situações, etc. Como obter isto?

Uma invenção do homem pode propiciar tudo isto: — uma máquina que, entre nós, é mais uma ferramenta de contabilidade: é o computador eletrônico — a moderna arma dos comandos na paz ou na guerra!

E, para o alto comando do Exército utilizar os sistemas automáticos de processamento de dados em seus planejamentos, é uma necessidade tão imperiosa quanto imediata!

2 — COMANDO MILITAR E O PAD

A introdução do processamento automático de dados (PAD) no Exército, é um dos meios de prover os comandantes e seus oficiais de uma tremenda capacidade de planejar, dirigir, controlar e avaliar suas ações, quer na guerra, quer na paz, de uma forma precisa, concisa e global, nunca antes sonhada.

a) Precisão

O aumento de velocidade e a flexibilidade dos modernos sistemas de armas, bem como as atividades da vida diária, impõem ao comandante, decisões em tempo muito mais curto do que há 10 anos atrás. Na paz, a evolução obriga a um planejamento muito mais pormenorizado, carente sempre de informações mais completas, abrangendo maiores campos. É imposição do progresso. O planejamento na

área militar será sempre dinâmico e decisório. A decisão, pedra fundamental do comando, será a grande beneficiada, pois estará sempre melhor fundamentada e integrada.

b) Concisão

A obtenção de informações completas em poucos segundos, abrangendo áreas enormes, totalização de valores que antes seriam impossíveis de obter, resumidos em poucos números, darão um "vivo" quadro da situação. A capacidade de apresentar somente o desejado, relegando o supérfluo, traduzirá a verdadeira concisão, a objetividade de ação.

c) Global

Na globalidade da ação do PAD, como veículo lógico da evolução, o uso dos computadores transcenderia os escalões e as jurisdições, escalonando-os mais racionalmente, adaptando-os às novas diretrizes. Isto nos levaria a organizações mais modernas, dinâmicas e práticas e, por muito que custassem os equipamentos a elas destinados, ainda mais econômicas ficariam. As vezes, embora os custos não diminuam fisicamente, eles se tornam pequenos comparados com o aumento dos serviços prestados. E este custo depende do planejamento da instalação, desde o seu início.

Os trabalhos de implantação de um sistema de PAD não cessam com a instalação do equipamento. Pelo contrário, após as aplicações originais estarem operacionais, esforços devem ser dirigidos no sentido de aumentar a praticabilidade do sistema.

Nesta fase, outras aplicações possíveis do sistema, quer em relação a objetivos já determinados ou a possibilidades inteiramente novas que poderão surgir.

Igualmente importante é o refinamento e aperfeiçoamento das aplicações existentes, e também a avaliação contínua do equipamento quanto aos aperfeiçoamentos modernos. A organização de um sistema de processamento de dados, exige, por sua própria dinâmica, um contínuo desenvolvimento. Não se pode parar! É antieconômico.

3 — O PAD E O EXÉRCITO AMERICANO

O crescimento do emprego do PAD no Exército Americano foi rápido e eficiente. Por volta do ano de 1961, o Exército possuía 100 computadores mais ou menos. Em 1966, dispunha de quase 500, sendo que no fim do ano fiscal de 1967 possuía 522 computadores e mais de 7.700 máquinas de perfuração de cartão. O aumento da atividade bélica no Extremo Oriente contribuiu menos para elevar este número do que propriamente o desenvolvimento natural nas aplicações às organizações já existentes.

Ao término do ano fiscal de 1969 é provável que a casa dos 1.100 tenha sido atingida, talvez ultrapassada. Este aumento mostra o grau de importância que o Exército Americano atribui ao PAD.

Ele emprega, de modo geral, processadores de pequeno porte, os quais substituíram muitas máquinas de cálculo e tabuladores. Somente no ano de 1967, o Exército gastou US\$232 milhões em processamento de dados. Isto representa custos de equipamento e operações, os quais incluem todo o equipamento físico, pessoal, suprimento, serviços contratados e técnicas de direção.

Embora seja alto o custo do equipamento, a estatística informa que um terço (1/3) deste custo é de mão-de-obra qualificada e seus serviços. Devemos considerar em termos de pessoal que o ano de 1967 gastou 22.000 homens-ano.

Os sistemas implantados variam em complexidade, desde processamento por cartão em organizações locais, até multicomputadores em um só sistema, cobrindo muitas partes do globo.

O uso do PAD no Exército é um alto negócio. Este aumento em seu uso e custo foi bem compreendido pelo Departamento de Defesa e outros de alto nível do Governo Americano. Isto se traduziu em uma política de controle efetivo e linhas mestras no sentido de desenvolver suas aplicações sob a égide do A.T.O.S. (Army Information and data Systems), a qual tem por diretriz o seguinte objetivo:

"O desenvolvimento, instalação e manutenção do sistema de informação e dados do Exército serão coordenados, padronizados quando for prático, e em conveniência com as necessidades básicas de informação e coleta de dados, em todos os níveis de comando, e em todas as áreas funcionais, sob qualquer condição, da paz para a guerra geral".

O caminho primário para conquistar este objetivo é o exercício do controle apropriado de cada nível do Exército, em situação de implantação do PAD.

Por esta razão, uma concentração de autoridade competente foi fundamental para assegurar a obtenção de resultados que pudessem preencher as necessidades do Exército. Estabeleceram-se sete objetivos parciais com o intuito de uma integração total.

I) Desenvolvimento, manutenção e revisão de um programa, em todo o Exército, do sistema de informação e de trabalho de dados.

II) Coordenação, padronização e criação de projeto básico de sistema de informação e de trabalho de dados.

III) Controle centralizado para aquisição de equipamento especializado.

IV) Desenvolvimento e operação de um sistema de informação de Estado-Maior.

V) Desenvolvimento apropriado, segurança e integração de procedimentos na direção e nas operações de instalação de centros de processamento de dados.

VI) Padronização de elementos de dados e códigos vigentes.

VII) Proporcionar treinamento e instrução de alto nível dentro do sistema, aos elementos integrantes, especialmente militares.

Através destes objetivos e muitas outras medidas paralelas, o PAD presta hoje inúmeros e incontáveis serviços ao Exército Americano.

4 — O EXÉRCITO BRASILEIRO E O PAD

Ao interessar-nos pelo assunto, como qualquer oficial, ausente de qualquer sistema de processamento em uso no Exército, apresentamos pontos de vista estritamente pessoais, baseados em estudos e publicações do assunto.

Qualquer oficial, servindo em organizações mais especializadas, tais como, escolas, parques, depósitos, batalhão de manutenção, especialmente, sente falta de "algo" que facilite o fluir das atividades diárias, na área gerencial.

O Exército cresceu. Está crescendo, inclusive, em idéias, em objetivos, e, principalmente, em técnica. Em velocidade de operação também. Porém os métodos de administração físicos, ainda são os mesmos de muito tempo atrás, faltando algo que os "modernize" fisicamente.

Esta modernização deveria partir de um esquema de análise, estudo e planejamento de amplo alcance em todo o Exército, especialmente nas áreas de pessoal, material e instrução, independente da existência de máquinas eletrônicas e sua implantação.

É preciso ter em conta que a análise de um sistema qualquer, e, como consequência a sua reorganização, pode levar a soluções que dispensem o uso de equipamento automático eletrônico.

As vezes, logo que um problema se apresenta ou se agrava, surge a idéia que só um computador o resolveria; na maioria dos casos tal não se dá, pois só após ter-se uma estrutura clássica, bem organizada e dirigida, não mais suportando o acúmulo de trabalhos, é que o PAD se faz necessário.

Por isto, o estudo dos sistemas existentes é um passo inicial, anterior à adoção de qualquer meio mecânico ou eletrônico, no sentido do progresso e evolução e evolução dos métodos usados no Exército. Estes estudos devem ser efetivados o mais rapidamente possível, no Exército todo.

Existem alguns obstáculos sérios. Por exemplo, o conhecimento do "como fazer" é de difícil aquisição, requerendo em média dois anos para a formação de um técnico de nível superior em análise e processamento de dados.

A análise imediata de um sistema em funcionamento, por exemplo, do Departamento de Pessoal (DPA) e o seu completo conhecimento levaria, segundo padrões básicos, com uma equipe de quatro analistas, cerca de 6 meses. E esse tempo no caso de, pelo menos, 75% da equipe serem analistas militares. Os céticos e poucos entendidos no assunto! logo poderiam dizer: "Por que militares? civis serão melhores. A grande maioria, senão a totalidade dos analistas do Exército, terá que ser militar, por, basicamente, razões de conhecimento técnico, como também econômicas e de segurança.

No mundo do PAD chegou-se à verdade lógica que é mais fácil ensinar-se a técnica de análise e processamento de dados para os técnicos integrantes de uma organização, do que ensinar-se a maneira de operar esta organização a técnicos de análise e processamento de dados de uma firma vendedora de equipamento eletrônico ou organização de vendas de serviços. Quaisquer dos dois tendem a ser superficiais, porque não podem conhecer a "engrenagem por dentro".

Evidentemente, as firmas têm técnicos para estudos, segundo padrões comerciais, que em muitos casos não se adaptam às atividades militares, e cujos padrões se destinam exclusivamente a montar um sistema que lhes propicie vender o seu equipamento, especialmente dirigidos ao meio civil.

Além do mais, toda a análise feita por elementos estranhos a uma organização militar, por mais correta que tenha sido efetuada, sempre terá um aspecto de superficialidade, dado as interdependências da organização.

Ressaltamos, como ponto capital, a formação de técnicos analistas do próprio Exército, em todas as armas e serviços. Este estudo deveria fazer parte do currículo da AMAN, a fim de dar conhecimentos básicos de PAD a todo oficial do Exército. Posteriormente, cursos de especialização elevariam este nível até o ponto desejado.

Convém ressaltar a importância da manutenção dos elementos treinados em suas funções, independentemente de arregimentação

ou outra imposição qualquer que não se coadune com a técnica de pessoal do PAD.

O Exército está bem encaminhado atualmente. Conta hoje com um computador médio "UNIVAC 9.400" no CPD Ex e com um IBM 1130 no Instituto Militar de Engenharia, destinado, este último, à pesquisa científica.

Mas muito ainda terá de ser feito, para que nós sintamos o seu efeito nas nossas atividades.

5 — CONCLUSÃO

Ansiolosamente esperamos pela automatização dentro do Exército.

Que cada um procure, dentro de suas possibilidades, preparar-se, profissionalmente, para estas novas funções, com vistas exclusivas a servir ao Exército, independente dos lucros que possa auferir na vida civil.

E, que isto seja uma corrente para frente entre os oficiais de vontade profissional firme e patriótica.

Bibliografia compilada:

F.B.H. 12833 USAAGS 7M3/69

SYSTEMS ANALYSIS, A Computer approach to decision

Models, McMillan e Gonzalez, Edit R. DIRWIN, USA

IPM — Questão dos prazos em face do novo Código de Processo Penal Militar e da Lei de Segurança Nacional

Maj Eng

CELSO CHAGAS DA COSTA
Bacharel em Direito

1 — Colocação do problema

O novo diploma processual militar, Dec-lei n.º 1.002 de 21 de outubro de 1969, vigente desde 1.º de janeiro de 1970, aflora problemas importantes, que estão reclamando, com urgência, o trabalho de um comentador habilitado, especialmente nesta fase inicial de aplicação, em que a construção jurisprudencial das câortes especiais é sumamente escassa e pouco divulgada.

O que se refere ao inquérito-policia-militar vem tratado no novo Código, de uma parte, com minúcias até certo ponto exageradas, como a que prescreve "espaço dois" na datilografia (art 21) e, de outra parte, não define questões relevantes, como a do prazo para Solução, detalhe em que se omitia também o antigo Código da Justiça Militar (CJM).

Não há negar, entretanto, que a nova codificação superou em muito a anterior, abrangendo "toda a matéria relativa ao processo penal militar, sem ter o seu aplicador necessidade, a não ser em casos especialíssimos, sempre imprevisíveis, de recorrer à legislação penal comum", como anunciou a Exposição de Motivos respectiva (item 3). O Código dedicou ao IPM, vinte artigos (do 9.º ao 28.º), fato que torna mais facilitado o cumprimento das regras procedimentais por parte das autoridades-policiais-militares e seus delegados.

Assim entendendo, enquanto o comentador não aparece, tentaremos o exame da questão dos prazos.

2 — Prazos para terminação do IPM

São os seguintes os prazos legais ordinários para terminação dos inquéritos-policiais-militares, esquematicamente:

a. crimes militares, em tempo de paz, assim definidos no Código Penal Militar (CPM), Dec-lei n.º 1.001 de 21 de outubro de 1969:

— 20 (vinte) dias, se o indiciado estiver preso (art. 20, primeira parte, do CPPM);

— 40 (quarenta) dias, se o indiciado estiver solto (art. 20, parte final, do CPPM), prorrogável por mais 20 (vinte), (parágrafo 1.º do art. 20 do CPPM);

b. crimes militares, em tempo de guerra, também definidos no CPM (art. 355 e seguintes);

5 (cinco) dias prorrogável por mais 3 (três) (parágrafo 1.º do art. 675 do CPPM);

c. crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, assim definidos pelo Dec-lei 898 de 29 de setembro de 1939, também conhecido por Lei de Segurança Nacional (LSM);

— 30 (trinta) dias, prorrogável por mais 15 (quinze), se os crimes averiguados forem puníveis com pena de morte ou de prisão perpétua (art. 81 do Dec-Lei 898);

— 20 (vinte) dias, se o indiciado estiver preso (art. 20 do CPPM) e não se tratar de crime punível com pena de morte ou prisão perpétua;

— 40 (quarenta) dias, prorrogável por mais 20 (vinte) (parágrafo 1.º do art. 20 do CPPM), se o indiciado responder solto e o delito averiguado não for punível com pena de morte ou prisão perpétua.

2.1 — Prazo de quarenta dias — indiciado solto

Prescreve o art. 10 do CPPM que o inquérito é iniciado mediante portaria emanada da autoridade competente. A portaria é, assim, o instrumento através do qual a autoridade delega ao encarregado do IPM as atribuições policiais específicas para a apuração sumária do fato tido como delituoso e de sua autoria.

Mas, o inquérito só se funda, se inaugura, se instaura, com a "autuação", que é ato do escrivão, reunindo e ordenando as peças iniciais (parte, portaria, compromisso do escrivão, etc.). O dia da autuação será, portanto, o primeiro dia do prazo de duração do IPM, quando o indiciado responder em liberdade.

O término do inquérito se caracteriza pela remessa dos autos à autoridade nomeante, após o relatório.

Em resumo, o IPM se instaura com a autuação e termina com a remessa. Dentro desses limites é que flui o prazo de quarenta dias de que fala a parte final do art. 20 do CPPM.

Esse prazo também se aplica aos IPM destinados à apuração de delitos contra a "segurança nacional, a ordem política e social",

previstos no Dec-lei 898, desde que, não puníveis com pena de morte ou prisão perpétua. É o que se infere da interpretação combinada do art. 58 do Dec-lei citado, com o parágrafo 2.º do art. 1.º do CPPM.

2.2 — Prazo de vinte dias — indiciado preso

Nesta hipótese, o prazo começa a contar do dia em que se executar a ordem de prisão. Trata-se aqui de prisão provisória (art. 220 do CPPM), em sentido genérico, compreendendo: a detenção para averiguações (art. 18 do CPPM), a prisão em flagrante (art. 244 do CPPM) e a prisão preventiva (art. 254 do CPPM). Tal prisão deve resguardar relação de causa e efeito com o objeto do IPM. Assim, se o indiciado estiver preso por outro motivo, como, por exemplo, o decorrente de condenação, ou de falta disciplinar, não há cogitar do prazo de vinte dias para terminação do IPM. Com efeito, o pensamento da Lei é o de abreviar a duração do processo investigatório, no caso de estar o indiciado cerceado em sua liberdade, justamente em virtude do inquérito, ou seja, antes do pronunciamento definitivo da Justiça, condenando ou absolvendo.

O prazo de vinte dias é também aplicável aos IPM que versem sobre crimes definidos no Dec-lei 898, quando não combinados as penas de morte ou prisão perpétua.

2.3 — Combinação das hipóteses 2.1 e 2.2

Pode ocorrer que o IPM se instaure, estando o indiciado detido para averiguações, mas, passados, por exemplo, cinco dias, o encarregado decida devolver-lhe a liberdade. Ter-se-á, que o prazo inicialmente considerado de vinte dias, contados da prisão, passará a quarenta, contados da instauração. O mesmo se diga se for relaxada a prisão em flagrante (parágrafo 2.º do art. 247 do CPPM), ou revogada a prisão preventiva (art. 259 do CPPM).

A cominação inversa das hipóteses figuradas tem solução ainda mais fácil, porque estampada no próprio art. 20 do CPPM. Portanto, se instaurado o IPM, estando livre o indiciado e depois se vier a prendê-lo, o prazo, que inicialmente era de quarenta dias, contados da instauração, não poderá exceder a vinte, contados do dia em que se efetivar a prisão.

Em qualquer das combinações examinadas, o prazo não ultrapassará os quarenta dias.

2.4 — Prazo de 30 dias — hipótese do art. 81 do Dec-lei 898

O prazo de 30 dias, para conclusão de IPM, é prescrição do artigo 81 do Dec-lei 898, e a hipótese se refere unicamente a inqué-

ritos para a apuração de deliões contra a segurança nacional, a ordem política e social, definidos no aludido Dec-lei e a que sejam cominadas as penas de morte ou prisão perpétua, exclusiva ou alternativamente com outro tipo de pena.

Este prazo, como veremos adiante, admite prorrogação ordinária por 15 (quinze) dias, como também a prorrogação excepcional, da competência do ministro de Estado (parágrafo 2.º do art. 20 do CPPM).

2.5 — *Prorrogações dos prazos*

Estabelece o parágrafo 1.º do art. 20 do CPPM, que o prazo para terminação do IPM pode ser prorrogado por mais 20 (vinte) dias, pela autoridade militar superior. Note-se, entretanto, que só é prorrogável o prazo de quarenta dias, que, como foi visto, se refere à hipótese de o indiciado responder solto. Com efeito, o parágrafo alude a "Este último prazo", resportando-se, evidentemente, à hipótese regulada na segunda parte do "caput" do art. 20, que é a do indiciado responder em liberdade.

O pedido de prorrogação só se justificará se não estiverem "concluídos exames e perícias já iniciados, ou haja necessidade de diligências indispensáveis à elucidação de fato".

Segundo a prescrição do parágrafo 2.º do art. 20 do CPPM, tão-somente o ministro de Estado pode conceder nova prorrogação, mediante a alegação de "dificuldade insuperável" para terminação do IPM nos prazos ordinários (inicial e primeira prorrogação).

A prorrogação concedida pelo ministro de Estado, chamamos de prorrogação excepcional. A lei não estabelece prazo para ela.

O prazo de 30 dias, para o IPM sêbre crimes definidos no Dec-lei 898, quando punidos com pena de morte ou de prisão perpétua, admite uma prorrogação ordinária de 15 dias (art. 81 do Dec-lei 898), como também, prorrogação excepcional deferida pelo ministro.

2.6 — *Prorrogação dos prazos — autoridade competente*

A "autoridade militar superior" competente para autorizar prorrogações ordinárias (parágrafo 1.º do art. 20 do CPPM), inclusive quando se trate de crimes contra a segurança nacional (art. 81 do Dec-Lei 898), é, certamente, o Comandante do Distrito Naval, Região Militar ou Zona Aérea, em cuja área se desenvolva o inquérito. É o que se infere, por analogia ao art. 18 do CPPM. Esses comandos tem definição de competência eminentemente territorial, tal como as Auditorias da Justiça Militar, ficando destarte estabelecida uma perfeita correspondência entre o órgão administrativo policial e o judiciário.

Ressalve-se, todavia, que se a autoridade que determinou a instauração do IPM está situada em posição superior à do comandante territorial (Distrito, Região ou Zona), na linha hierárquica, de comando ou de administração, compete à primeira, superior, conceder a prorrogação, comunicando a decisão ao comandante territorial.

Quanto à prorrogação excepcional, pode concedê-la o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, em relação a entidades que, por disposição legal, "estejam sob sua jurisdição" (letra "b" do art. 7.º do CPPM). São igualmente de sua competência as concessões de prorrogações ordinárias. Isto se explica pelo fato de ser o Estado-Maior das Forças Armadas órgão subordinado exclusivamente ao Presidente da República.

As ressalvas anteriores são inspiradas na "Exposição de Motivos" que antecede ao CPPM, onde se proclama "resguardo aos princípios de hierarquia e disciplina que regem as Forças Armadas" (item 3).

A comunicação, entretanto, é necessária, porquanto é junto aos comandos regionais que se devem situar os serviços de "Policia Judiciária Militar", ou que outro nome tenham, mas que funcionem como órgãos de controle e orientação da matéria, e de ligação com as Auditorias de "Circunscrição Judiciária Militar" (art 23 do CPPM, c.c. o art. 1.º e seu parágrafo da Lei de Organização Judiciária Militar, Dec-lei 1.003, de 21 de outubro de 1969).

3.7 — *Dedução de prazos*

Nada impede que a autoridade delegante recomende ao encarregado do IPM, que conclua o trabalho em prazo inferior aos legais. Nesse passo, terá presente a complexidade e a natureza do fato, bem como a situação do lugar onde ocorreu.

Outro caso de dedução está consignado no parágrafo 3.º do art. 20 do CPPM. Diz respeito à verificação, no curso do IPM, de indícios contra oficial de posto superior ou mais antigo do que o respectivo encarregado (parágrafo 5.º do art. 10 do CPPM), hipótese em que este "tomará as providências necessárias para que suas funções sejam delegadas a outro oficial".

3 — *Solução do IPM — prazo*

O assunto está regulado no parágrafo 1.º do art 22 do CPPM, cuja redação parece conter um equívoco. Com efeito, consigna o dispositivo que o encarregado do IPM "envia-lo-á à autoridade de que recebeu a delegação, para que lhe homologue ou não a solução ...". Não se trata, evidentemente, de homologar "solução", já que o encarregado do IPM, em rigor técnico-jurídico, não soluciona o IPM. A

"solução" é ato privativo da autoridade delegante, que tem atribuições policiais-militares originárias. Ao encarregado do IPM compete, no seu "relatório", **concluir**, tão somente **concluir**, sobre a existência ou não de infração disciplinar a punir ou indício de crime, — é o que diz a parte final do Art 22, "caput", do CPPM.

Assim, o que compete à autoridade delegante é homologar ou não a "conclusão lógica" que o encarregado do IPM deduziu em seu "relatório".

Como já referimos ao início deste trabalho, o CPPM é omissivo quanto ao prazo de que dispõe a autoridade para proferir a "solução". Omissivo igualmente no que respeita ao tempo de que poderá dispor o encarregado do IPM, para realizar as novas diligências que lhe forem determinadas na forma da parte final do parágrafo 1.º do art. 22. De igual modo, se a autoridade que determinou a instauração do IPM, o faz no exercício de poderes que lhe foram delegados pela autoridade superior, e esta advogar a solução, omissivo é o Código quanto ao prazo para o pronunciamento da solução divergente, reformadora da primeira (hipótese do parágrafo 2.º do art. 22).

Seguem as respostas, por partes.

No caso de novas diligências, determinadas após a remessa dos autos à autoridade delegante: se ainda não fluído o prazo inicial para terminação do IPM, disporá o encarregado, do que lhe sobra, inclusive para pedir prorrogação, ordinária ou excepcional; se os prazos já escoaram, a solução está no parágrafo 2.º do art. 20: "Os laudos de perícias e exames não concluídos nessa prorrogação, bem como os documentos colhidos depois dela, serão posteriormente remetidos ao juiz, para a juntada ao processo. Entretanto, mesmo fora da oportunidade prescrita na parte final do parágrafo 1.º do art. 20, se as novas diligências forem fundamentais, recomendável é que a autoridade que as determinou solicite a necessária prorrogação, se esta ainda não foi concedida e utilizada.

No que se refere ao prazo para solução, originária ou advocada, deve o intérprete socorrer-se do caminho apontado pelo art. 3.º do CPPM, para o suprimento dos casos omissos. Valerão os prazos consagrados pelos "usos e costumes militares", peculiares a cada Força Armada singular, desde que isso não importe em violação de outros prazos legais expressos, como o do art. 18 do CPPM, de cujo exame nos ocuparemos adiante.

Para o Exército, um Aviso ministerial de 5 de julho de 1904 declarava que nenhuma autoridade nomeante de IPM poderia "conservar o respectivo relatório, sem despacho, por mais de 10 dias" (Av. 1.404).

Melhor resposta parece encontrar-se no R 8 (Dec 57.855 A, de 24 de fevereiro de 1966), com o prazo de 8 dias, à semelhança do prescrito para tramitação de correspondência, despachos decisórios.

4 — Detenção (ou prisão) para averiguação

Comenta-se o art. 18 do CPPM, de que emerge uma dificuldade de interpretação. A lei nova, abandonando a redação do antigo CJM, que falava em "detenção ou prisão" do indiciado, durante as investigações (art 156), restringiu o cerceamento provisório, na fase de inquérito, à "detenção". Por sua vez, o Dec-lei 898 prescreve "prisão", determinada pelo encarregado do IPM (art. 59).

Discute-se, em consequência, se as discrepâncias assinaladas sugerem alguma diferença prática na execução da medida provisória.

Buscando subsídios no direito disciplinar, anotamos diferenças essenciais entre prisão e detenção. Aquela cumprida em dependência especial, chamada xadrez, ordinariamente provida de grades de ferro e situada junto ao corpo da guarda. A detenção é cumprida em salas, quartos, e até na residência particular do detido, recintos de que se servem, simultaneamente, os que gozam de liberdade.

HELIO TORNAGHI estabelece segura diferenciação entre uma e outra expressão: "Deter é reter um pouco, é sustar a ida embora, é retardar a partida. Na detenção não há ânimo de segregar por longo tempo. Prender, ao contrário, é encarcerar, reter por bastante tempo e com intenção de manter nesse estado o prêso". (Manual de Processo Penal, Ed. 1963, Vol. I, pág. 355).

Observada a lição do tratadista eminente, a restrição de liberdade de que trata o art. 18 do CPPM tem, justamente, a fisionomia da prisão e não da detenção, só pelo fato de permitir que a medida se prolongue por trinta dias.

É certo, entretanto, que o próprio CPPM não se a tem demasiadamente ao rigor nem à coerência terminológica, no particular examinado. Note-se, por exemplo, que o art. 225 diz que a "autoridade judiciária ou o encarregado do inquérito que ordenar a prisão fará expedir em duas vias o respectivo mandato...". Ora, prisão ordenada pelo encarregado do inquérito, só pode ser a de que trata o art. 18, que fala especificamente em "detenção". Logo adiante, sob a epígrafe "respeito à integridade do prêso e assistência", o art 241 do CPPM fala em "integridade física e moral do detento", expressão que repete no parágrafo único do aludido artigo.

Em conclusão, entendemos que "prisão" ou "detenção" quando se trate de medida provisória, para averiguações, são expressões sinônimas e, na prática, podem ser executadas segundo as prescrições e diferenças estabelecidas nos regulamentos disciplinares, re-

lativas a cada espécie, conforme sugira a conveniência das investigações.

Tal conclusão encontra apoio na disposição inserida na parte final do art. 2.º do CPPM, "verbis": "Os termos técnicos hão de ser entendidos na sua acepção especial, salvo se evidentemente empregados com outra significação".

Sobre o assunto, oportuno é, ainda, remeter o leitor ao exame dos art. 239 a 242 do CPPM, que dispõe sobre locais de prisão e respeito à integridade do paciente.

4.1 — *Prisão para averiguações — prazos*

É de 30 (trinta) dias o prazo de duração da medida epigravada (art. 18 do CPPM). A prisão se fará por mandado e será comunicada à autoridade judiciária originariamente competente para conhecer do respectivo processo. Tal prazo é prorrogável por mais 20 (vinte) dias, pelo comandante do Distrito Naval, Região Militar ou Zona Aérea, mediante solicitação fundamentada do encarregado do IPM, observadas aqui também as particularidades hierárquicas de que tratamos no item 2.6 supra.

Em se tratando de IPM que vise à apuração de crime previsto no Dec-lei 898, o prazo é também de 30 (trinta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta), mediante solicitação fundamentada do encarregado à autoridade que o nomeou e não mais do comandante regional (art. 59 do Dec-lei 898). Também neste caso as comunicações à autoridade judiciária são indispensáveis.

Registre-se, de passagem, que a restrição da liberdade do indiciado, antes da condenação, é medida de excepcional gravidade e que, por isso mesmo, deve ser utilizada com extremo cuidado e parcimônia pelo encarregado do IPM, somente quando e na medida em que o exigir o bom êxito das averiguações. Recomenda-se que, quando a tenha que usar, o encarregado do IPM obtenha, pelo menos verbalmente, a anuência da autoridade que o nomeou. De boa prática também é a participação ao comandante regional.

5 — *Incomunicabilidade do indiciado — prazos*

O tema é tratado no art. 17 do CPPM, o qual prescreve poder o encarregado do IPM manter "incomunicável o indiciado, que estiver legalmente preso, por três dias no máximo".

Tratando-se sobre inquéritos sobre crimes definidos no Dec-lei 898, o prazo de incomunicabilidade é de "até dez dias" (parágrafo 1.º do art. 59).

"A incomunicabilidade obsta que o autor do crime se entenda com seus cúmplices, parentes e amigos, e os instrua, já acêrca do

modo com que se devem haver nas respostas que são obrigados a dar à Justiça, se esta os chamar, e já acêrca das providências que devem pôr em prática a fim de ocultar vestígios, destruir provas e iludir as pesquisas da autoridade", assim se referia o deputado ALENCAR ARARIPE, há um século atrás, quando sustentava um projeto do governo imperial (João Mendes, in "O Processo Criminal Brasileiro", Ed. 1911, pág. 367).

A intervenção do deputado ALENCAR ARARIPE encerra a melhor síntese que encontramos para a justificativa do instituto da incomunicabilidade. Mas é oportuno repisar aqui o mesmo comentário de prudência incerto no final do item 4.1. — A propósito, tenha-se presente que o cerceamento da comunicação é certamente mais opressivo ao paciente do que a limitação que se lhe impõe à liberdade de ir e vir. — De outra parte, os familiares do prêso tornam-se, indireta e relativamente, destinatários e pacientes da imposição da autoridade.

Exato que, na equação de direitos, predominará sempre o interesse social perseguido pela investigação. Inobstante, inteira validade tem a advertência de HÉLIO TORNAGHI: "De tudo isso decorre a necessidade de limitá-la (a incomunicabilidade) ao estritamente necessário. Cabe à prudência da autoridade ponderar que comunicações do indiciado são inócuas e permiti-las; substituir, sempre que possível, a incomunicabilidade absoluta por uma comunicabilidade vigiada e, até, se nisso não houve prejuízo, por uma comunicabilidade discretamente vigiada; restringir o tempo de sequestro ao mínimo preciso..." (Op cit, pág 346).

6 — Testemunhas e indiciado — tempo de inquirição

A matéria é tratada no art. 19 do CPPM e representa inovação salutar, através da qual, segundo a "Exposição de Motivos", cuidou o legislador de "evitar situação opressiva para as testemunhas", que, acrescentamos, afinal de contas, prestam serviço à sociedade, contribuindo com o seu eventual conhecimento para o esclarecimento do fato e sua autoria.

Estatui o artigo que as testemunhas e o indiciado devem ser ouvidos durante o dia, em período que medele entre sete e dezoito horas. Abre, porém, exceção aos casos de "urgência inadiável", devendo essa circunstância constar da respectiva assentada (parte preambular do termo de inquirição).

A testemunha não será inquirida por mais de quatro horas consecutivas (parágrafo 2.º), sendo-lhe facultado descanso de meia hora, sempre que tiver de prestar declarações além desse termo. (A prescrição parece atender igualmente ao encarregado do IPM

seu escrivão, porque a tarefa de interrogar é, por sua natureza, cansativa).

A lei prevê descanso intercorrente de meia hora, como faculdade da testemunha; diz respeito também ao ofendido, mas exclui o indiciado do privilégio. O descanso, ordinariamente, se traduzirá em interromper a inquirição, permitir que a testemunha se levante, ande, fume, alimente-se, etc., mas não implica em consentir que se afaste da sala. De qualquer modo, atento à idade e condições físicas do interrogando, em cada caso, agirá o encarregado do IPM.

Se o depoimento da testemunha não ficar concluído até às dezoito horas, será encerrado para prosseguir no dia seguinte, ou no primeiro dia útil seguinte, em hora determinada pelo encarregado do IPM.

O escrivão fará constar da assentada o dia e hora de início da inquirição (do indiciado) ou depoimento (da testemunha ou ofendido) e, ao encerrar o termo, consignará, a ditado do encarregado do IPM, o histórico das interrupções ocorridas e a hora do término da audiência.

Por final, advirta-se que o disposto no art. 19 e seus parágrafos do CPPM é aplicável aos inquéritos destinados à averiguação de crimes definidos no Dec-lei 898.

7 — Contagem dos prazos

Na contagem dos prazos, são observáveis as seguintes regras contidas no Código de Processo Penal Comum:

Os prazos são contínuos, contados dia a dia, não se interrompendo por domingos ou feriados (Art. 798).

"Salvo disposição legal em contrário, não se computará no prazo o dia do começo, incluindo-se o dia do vencimento". (parágrafo 1.º).

"O prazo que terminar em domingo ou feriado, considerar-se-á prorrogado até o dia útil imediato". (parágrafo 3.º).

8 — Considerações finais

Diga-se em conclusão, que os prazos processuais de que tratamos são estabelecidos, visando ao equilíbrio entre os interesses da ordem pública e os do indiciado. Estes têm resumo na liberdade pessoal e na presteza de demonstração da inocência; os da ordem pública, na justa apuração dos fatos, da inocência ou da culpa do indiciado.

Diante de tais pressupostos, toda a diligência é pouca, no cumprimento da penosa tarefa de atender aos prazos legais.

FILOSOFIA DE GOVÊRNO

Ministro ANTÔNIO DELFIM NETTO

*Exposição do Ministro Delfim Netto na Confederação Nacional
do Comércio em 30-06-1970*

Homenageado com um almoço pelos empresários do comércio reunidos na CNC, o Ministro da Fazenda, Prof. Delfim Netto, fez a seguinte exposição, de improviso:

"É para mim motivo de grande alegria poder, neste instante, conversar com o Comércio de todo o Brasil.

Ligam-me aos comerciantes vínculos profundos de uma amizade muito antiga. Eu comecei a minha vida profissional como Assessor do Departamento de Economia da Associação Comercial de São Paulo. Vim, portanto, para a vida pública, de dentro do setor privado; entendendo-o, compreendendo-o e, às vezes, criticando-o, mas sempre acompanhando as suas dificuldades.

Neste instante, menos do que falar na Transamazônica, que é uma obra de Governo, uma obra que o Presidente Médici decidiu empreender por necessidade nacional, porque tinha que ser feita, porque tínhamos que incorporar a este País aquilo que estava apenas nos livros de Geografia, porque tínhamos de mostrar que somos capazes de mobilizar recursos para realizarmos o desenvolvimento econômico; menos do que falar sobre essa obra — eu volto a insistir — gostaria de conversar com os Senhores para indicar-lhes que essa obra se insere dentro de toda a filosofia de Governo, dentro do sis-

Ministro ANTÔNIO DELFIM NETTO — Atual Ministro da Fazenda — Economista, formado pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo: Livre Docente da Cadeira de Estatística Econômica e Professor Catedrático da Cadeira de Economia IV (Análise Macroeconômica I); Contabilidade Nacional; Teoria de Desenvolvimento Econômico; Economia Brasileira; Programação Econômica; Planejamento Governamental da mesma Faculdade. Ex-Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. Membro de vários Conselhos e Comissões de Alto Relêvo não só no âmbito Estadual como Federal, dentre os quais, o Conselho Consultivo do Planejamento e o Conselho Nacional de Economia. Autor de vários livros, monografias, conferências e artigos, destacando-se entre os primeiros "O Trigo do Brasil" (em colaboração) e o "Mercado do Açúcar no Brasil" (em colaboração), "O Problema do Café no Brasil", "Alguns Problemas da Agricultura Brasileira" e "Alguns Aspectos da Inflação Brasileira".

tema adotado pelo Governo para realizar o desenvolvimento econômico, e porque estes resultados que se apresentam justificam a nossa crença de que podemos ir realizando a mesma taxa de crescimento.

O Comércio representa o ponteiro de todo o sistema econômico. Comércio é abertura; quem abriu o mundo depois da Idade Média foi o comércio; quem abriu o mundo depois de toda a era de grande intervencionismo e de tarifas no fim do século XIX foi o Comércio; quem afinal de contas abriu ao mundo o único caminho possível de superação da grave crise dos anos trinta foi o Comércio.

Quando o Comércio começou a desenvolver-se graças às eliminações das barreiras alfandegárias que tolhiam, que impediam o mundo inteiro de desenvolver-se e que tornavam todos mais pobres, os comerciantes puderam realizar a sua missão, que é uma missão de abertura, e o Brasil neste instante está se abrindo para o mundo e, nessa abertura, o Comércio tem o papel decisivo.

Eu gostaria de dar-lhes um simples exemplo que vai mostrar toda a filosofia de Governo. Em que consiste essa filosofia? Consiste no seguinte: nós já dispomos dos recursos necessários para realizar o desenvolvimento econômico. Precisamos ter consciência de que dispomos desses recursos e que necessitamos mobilizá-los a favor do desenvolvimento econômico. Vou dar-lhes um exemplo. Hoje, 30 de julho, a CACEX me informa que as exportações de manufaturados cresceram 97% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que significa duzentos milhões de dólares a mais de exportação. Agora eu lhes pergunto: o que foi sacrificado? Que produção foi reduzida para produzirmos duzentos milhões de dólares a mais? E eu lhes respondo: nenhuma, nada. É um acréscimo líquido. Por quê? Porque os homens estavam ali, as inteligências estavam ali, o capital já estava ali, a energia estava na ponta da linha para ser utilizada; precisava demanda, demanda que foi criada pelo Comércio quando começou a invadir o mundo externo.

Duzentos milhões de dólares correspondem à instalação de 1 milhão de quilowates. Para os Senhores terem uma idéia, essa poupança já existia, esse capital já existia, ele já estava lá, ele estava dentro do torno, ele estava com o sapateiro que produz o seu sapato, ele estava dentro do operário têxtil que trabalhou uma hora a mais para produzir mais um metro quadrado de tecidos. Ele estava lá. Ele precisava era ser mobilizado. Por isto é que nós acreditamos que esse sistema induz a que, antes de esperar o capital crescer, tentar utilizar o capital disponível. Antes de estar procurando poupar, mobilizar a força do trabalho que já existe em cada um de nós. Essa filosofia de mobilização é que vai fazer deste País um grande País.

Nós não podíamos fazer milagre, ninguém podia fazer capital do nada; só se faz capital do trabalho. Se existe trabalho é que nós estamos produzindo o capital necessário para o desenvolvimento. A

Transamazônica é simplesmente mais um capítulo inserido na mesma filosofia. O que ela representa no fundo? Representa a incorporação dos recursos naturais que já estavam lá à nossa disposição, dos recursos minerais que estão esperando que nós os exploremos e possamos com eles expandir o nosso Comércio externo.

As terras já estavam lá para serem produzidas com a mão-de-obra que existe sobrando neste país. Portanto, a Transamazônica é simplesmente mais um aspecto da mesma filosofia. O que eu queria é que os Senhores compreendessem e atentassem para a política do Governo: é uma política de mobilização nacional, uma política de mobilização para o desenvolvimento, mobilização porque nós sabemos que os recursos estão lá. Basta que nós creiamos que podemos realizar o desenvolvimento e sejamos capazes de organizar razoavelmente o sistema.

O Governo não espera nada mais do que isto. O Governo não espera uma economia impecável, o Governo não espera uma economia sem atritos, o Governo não espera uma economia sem lutas; sem divergências, sem alterações da estrutura do poder político, sem alteração do poder econômico dos vários grupos.

Uma economia que não tivesse nada disso seria uma pedra de gelo; uma economia que não tivesse nada disso jamais poderia crescer; seria uma economia estagnada. Crescimento é luta, crescimento é divergência, crescimento é diferenciação. E nestes três aspectos, na luta com relação ao mundo externo, o comércio é decisivo. A diferenciação é produzida pelo Comércio. Sem essa diferenciação que o Comércio produz não se pode construir uma sociedade livre. É por isso que neste instante eu vim dizer-lhes que a Transamazônica é mais um dos aspectos do programa que o Presidente Médici está executando pacientemente, cuidadosamente, mas com a maior firmeza possível. A Transamazônica resulta de uma integração de esforços de todo o Ministério: do Ministério do Interior, do Ministério da Agricultura, do Ministério dos Transportes, do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Trabalho — que contribuiu de maneira importantíssima com todo o Fundo de Desemprego —, do Ministério da Saúde, que vai permitir que se possa construir aquela estrada sem problemas de saúde pública. A mobilização do Governo para a estrada, portanto, é simplesmente o outro lado da medalha da mobilização que nós estamos exigindo dos Senhores.

Quando nós lhe dizemos que agridam o mercado externo, continuem exportando, realizem a sua exportação, ampliem o mercado interno, é porque o Governo está na retaguarda. Este é o outro lado da medalha. Quando o Governo diz: eu vou agora utilizar uma parte desses incentivos para ser a vossa vanguarda. Vamos realmente cons-

truir uma estrada para que os Senhores possam beneficiar-se do patrimônio que já está lá, do capital que já está lá, da riqueza mineral que já está lá. Essa capacidade de mobilizar é que vai fazer deste país um grande país. Nós não podemos esperar primeiro poupar, para depois realizar o desenvolvimento. Temos de transformar a única coisa disponível que é o nosso trabalho, em capital, e com isso construir o desenvolvimento. Fazer tudo isso, observar aquele cuidado a que se referiu o nosso presidente, mantendo a pressão inflacionária sob controle, mantendo um equilíbrio externo bastante razoável. Posso dizer-lhe que, hoje de manhã, tivemos uma reunião de avaliação e as reservas líquidas do Brasil eram 1 bilhão e 20 milhões de dólares. Essa mobilização é que vai nos transformar numa nação desenvolvida. Quero, portanto, dizer-lhes que precisamos dos Senhores no campo interno, que ampliem o mercado interno; no campo externo, que continuem invadindo o mundo com os nossos produtos. Não importam as dificuldades, ninguém cresce sem causar problemas; não importam os empecilhos, o que importa é que os Senhores compreendam que quando o Governo lhe diz "vão e trabalhem porque eu sou a retaguarda", o Governo está trabalhando para ter credibilidade, para poder dizer-lhes isso. E os Senhores saibam, claramente, que cada comerciante brasileiro, onde estiver, no exterior, terá atrás de si o Governo Brasileiro; terá atrás de si o apoio da sociedade brasileira, porque só desta maneira, só desta forma, é que seremos capazes de fazer um grande País.

SISTEMAS DE ATIVIDADES DO EXÉRCITO

DIRETRIZ

1. Finalidade

A presente Diretriz tem por finalidade estabelecer orientação sobre o funcionamento dos Sistemas de Atividades no Ministério do Exército de conformidade com a Reforma Administrativa (Decreto-lei n.º 200, de 25 Fev 67).

2. Conceituações

a. Atividade:

A profissão militar tem como uma de suas características a sistematização rigorosa das ações a realizar. Daí a grande variedade de regulamentos, manuais, diretrizes, portarias, boletins, programas de trabalho, ordens, etc., que regulam em detalhe e com precisão todos os atos a serem executados com vistas à colimação dos objetivos da Instituição Militar.

Em qualquer Organização Militar (OM), podem distinguir-se dois tipos de atividades: atividades-fim e atividades-meio.

b. Atividade-fim:

Atividades-fim de uma OM são as atividades que dizem respeito à missão precípua da OM, aos seus objetivos específicos, aos propósitos que determinaram sua criação. Constituem a própria finalidade da OM.

Atividade-fim de uma OM é o que ela produz (bens ou serviços) em proveito alheio. Assim, operações será a atividade-fim de um BIB; manutenção será a atividade-fim de uma Cia de Parque.

c. Atividade-meio:

Atividades-meio de uma OM são aquelas atividades que precisam ser executadas pela OM para que sua atividade-fim possa ser exercida.

Atividade-meio de uma OM é o que ela produz (bens ou serviços) em proveito próprio. Assim, manutenção é atividade-meio de um BIB.

d. Atividade-fim e Atividade-meio:

Ao se caracterizar a natureza (meio ou fim) de cada atividade, isto é, ao se definir determinada atividade de uma OM como atividade-meio ou como atividade-fim, não se pode perder de vista o escalão, ou seja, o degrau que a OM considerada ocupa na estrutura administrativa.

Uma certa atividade — que para determinada OM é atividade-fim — para outra OM poderá ser atividade-meio. E vice-versa.

Exemplificando: a atividade-fim do Exército Brasileiro é a segurança, produzida em proveito da Nação como um todo. Para que possa produzir segurança (atividade-fim), o Exército Brasileiro precisa executar diversas outras atividades que possibilitam a produção de segurança. Tais são as atividades-meio do Exército Brasileiro: previsão, ensino, pessoal, obras, etc.

As atividades-meio do Exército Brasileiro são por este cometidas a órgãos integrantes de sua estrutura administrativa. Cada um destes órgãos, uma vez recebida a missão de executar determinada atividade-meio do Exército Brasileiro, passa a encarar essa mesma atividade como sua atividade-fim, pois foi exatamente para executá-la que o órgão foi criado; tal atividade é sua própria razão de ser.

e. Sistema de Atividades:

A administração de uma organização constitui em seu todo uma verdadeira máquina, integrada por uma série de mecanismos administrativos que se comportam como Sistemas.

Sistema de Atividade deve ser compreendido como um conjunto de atividades comuns a vários órgãos e inter-relacionadas, desempenhadas por um grande número de indivíduos que se distribuem ao longo dos vários escalões da estrutura da organização e que se encontram sob orientação, coordenação e controle específicos.

f. Subsistemas de Atividade:

Dentro de cada um dos Sistemas as atividades correlatas podem ser agrupadas, formando Subsistemas.

3. A Administração por Sistemas no Exército

Todas as OM do Exército desempenham atividades vinculadas aos diversos Sistemas. Desta forma, qualquer OM situa-se em uma verdadeira rede de vinculações, recebendo orientação e prestando conta de seus

atos aos diferentes Sistemas identificáveis no conjunto das atividades desempenhadas no âmbito do Ministério do Exército. Tal vinculação múltipla é a essência da Administração por Sistemas.

Dentro de cada Sistema, o desempenho das atividades comporta os seguintes níveis funcionais no Ministério do Exército:

- a. Órgão de Direção Geral (ou Órgão Central): o Estado-Maior do Exército;
- b. Órgãos Setoriais: os Departamentos;
- c. Órgãos de Apoio: As Diretorias;
- d. Órgãos Regionais: As Regiões Militares (quanto a suas funções administrativas);
- e. Órgãos Periféricos: as OM administrativas e as frações administrativas das OM operacionais.

4. Atribuições dos Integrantes dos Sistemas

a. EME:

O EME é o Órgão de Direção Geral, incumbido de planejar, orientar, coordenar e controlar todas as atividades fundamentais do Exército, na paz e na guerra. É o Órgão Central de todos os Sistemas do Exército.

No âmbito da Administração por Sistemas, o EME é responsável pela proposição da política de cada Sistema e pelo estabelecimento das diretrizes gerais para seu funcionamento. Em decorrência do que estabelece o § 1.º do art. 30 do Decreto-lei n.º 200, ao EME cabe a orientação geral, a supervisão e a fiscalização dos Sistemas do Exército.

b. Departamentos:

Os Departamentos são os órgãos de direção setorial dos Sistemas do Exército.

Com base na política baixada pelo Ministro e nas Diretrizes Gerais estabelecidas pelo Órgão Central (EME), cada Departamento é responsável pela formulação de normas, critérios, programas, princípios gerais e Diretrizes Setoriais para o funcionamento do respectivo Sistema, cabendo-lhe a fiscalização do fiel cumprimento desses atos. Os Departamentos são também responsáveis pelo funcionamento eficiente e coordenado dos subsistemas que lhes estiveram afetos.

c. Diretorias:

As Diretorias são órgãos de apoio vinculados aos Departamentos. São responsáveis pela elaboração de Normas Técnicas para o funciona-

mento dos respectivos subsistemas, isto é, especificam para os órgãos periféricos (executantes) o "como fazer", como executar cada atividade componente do subsistema.

Cabe ainda às Diretorias o controle da execução das normas técnicas específicas.

d. Regiões Militares (RM) (quanto a suas funções administrativas):

As RM são órgãos territoriais integrantes dos Sistemas de atividades de apoio do Exército.

Visando a eficiência do funcionamento dos Sistemas, as RM mantêm ligação técnica direta com os órgãos de direção dos diversos Sistemas (Departamentos e Diretorias).

São responsabilidades das RM:

(1) a coordenação da execução do apoio às OM, com o objetivo de assegurar a programação e a execução integrada dos serviços que operam na área geográfica sob sua jurisdição.

(2) o fiel cumprimento, por parte das OM localizadas em sua área, das diretrizes, instruções, normas e outros atos baixados pelos órgãos de direção dos Sistemas que lhes são pertinentes.

a. Organizações Militares:

As OM administrativas e as frações administrativas das OM operacionais são os órgãos periféricos de execução propriamente dita das atividades constitutivas dos diversos Sistemas a que se vinculam.

5. Funcionamento da Administração por sistemas

Na Administração por Sistema, cada OM está sujeita a vinculações múltiplas, isto é, às normas técnicas dos diferentes Sistemas. Cada OM, independentemente da subordinação ao órgão em que estiver integrada, é vinculada tecnicamente aos órgãos que compõem os diversos Sistemas. Conseqüentemente, no cumprimento das diretrizes, normas, instruções, programas e outros atos baixados pelos órgãos dos Sistemas, todas as OM executarão as atividades que lhes forem pertinentes e ficarão sujeitas à orientação normativa, à supervisão técnica e à fiscalização específica dos órgãos de direção dos Sistemas.

Assim, no exercício das atividades-fim ou das atividades-meio no Exército, as OM são vinculadas a todos os Sistemas e obrigadas ao cumprimento das normas emanadas dos órgãos de direção de cada Sistema. Incide, portanto, sobre cada OM uma multiplicidade de supervisão. Cada Cmt, Chefe ou Diretor de OM é responsável pelo fiel cumprimento, por

parte da OM, das normas de funcionamento dos diferentes Sistemas. Exemplificando, apenas parcialmente: um Cmt de Grupo de Artilharia é responsável, no âmbito de cada Sistema, pela remessa de:

Fólias de alterações ao	Sistema de Pessoal
Relatório de informações ao	Sistema de Informações
Relatório de instrução ao	Sistema de Instrução
Mapas de munição ao	Sistema Logístico
Inventário de fardamento ao	Sistema Logístico
Mapa de disponibilidade de viaturas ao	Sistema Logístico
Consumo mensal de combustível ao	Sistema Logístico
Necessidades financeiras ao	Sistema de Orçamento
Balancetes ao	Sistema de Administração Financeira
Dados ao	Sistema de Estatística

A atividade-fim de uma OM tem, em geral, prioridade sobre suas atividades-meio. Entretanto, em caso de segurança interna, de emergência ou de calamidade pública, as atividades do Sistema de Operações podem indicar prioridade sobre outras atividades.

Exemplificando: embora a atividade-fim de uma Escola seja pertencente ao Sistema de Ensino, em caso de emergência (segurança interna, etc.) esta atividade-fim pode ser temporariamente prejudicada pela necessidade de serem tomadas medidas excepcionais que indiquem o emprego da Escola em operações de segurança. Em tal caso, a Escola voltar-se-á, com prioridade temporária, para as atividades do Sistema de Operações.

6. Coordenação Externa

Como Órgão Central de todos os Sistemas do Exército, o EME deve pautar seus estudos e planejamentos segundo as diretrizes competentes emanadas dos Órgãos Centrais da Administração Federal (Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, de Orçamento, de Pessoal Civil, de Informações, etc.). O EME atenderá a orientação normativa, a supervisão técnica e a fiscalização específica dos Órgãos Centrais dos Sistemas na Administração Federal.

NOSSOS LEITORES
PERGUNTAM



RESPONDENDO A NOSSOS LEITORES

1 — Como se processam as MARCHAS AÉREAS do ESQUADRAO DE CAVALARIA AÉREA?

R — A importância sobre a técnica das marchas aéreas do ESQ CAV AÉREA é VITAL para uma operação bem sucedida. O objetivo do Cmt na realização de uma MARCHA AÉREA será o deslocamento de um local para o outro, chegando ao local predeterminado, na hora precisa e com toda a tropa e equipamento nas melhores condições possíveis e pronto para o combate.

2 — Quais os tipos de Coluna de Marcha do Esq Cav Aérea?

R — Colunas de marcha: ABERTA, CERRADA e POR INFILTRAÇÃO.

2.1 — A Coluna Aberta será a formação em que as distâncias normais entre as aeronaves serão aumentadas para obter-se uma maior dispersão. Tal tipo de coluna será particularmente aplicável aos movimentos táticos, que devem ser feitos sem cobertura aérea durante o dia, ou quando o fator tempo não seja tão importante que a perda do sigilo e a possibilidade de algumas perdas seja aceitável. A distância entre as aeronaves deverá ser prescrita pelo Cmt, a fim de que se evite que duas ou mais aeronaves sejam atingidas pela explosão de uma única granada de artilharia.

2.2 — A Coluna Cerrada é aquela em que os helicópteros cerram a uma distância mínima de voo. Só deverá ser empregada:

- quando houver grande volume de tráfego;
- distância curta;
- nenhum perigo de ataque terrestre ou aéreo;
- tiver cobertura aérea;
- segurança contra ataques aéreos;
- visibilidade reduzida.

2.2.1 — Apresenta as desvantagens:

- dificuldade de dispersão contra um ataque inimigo;
- engarrafamentos nos pontos críticos e terminais.

2.3 — A INFILTRAÇÃO será aquela em que as aeronaves levantarão voo a intervalos irregulares. Só deverá ser empregada quando houver:

- disponibilidade de tempo;
- desejo máximo de sigilo;
- desejo máximo de dissimulação e dispersão;
- medida de proteção passiva contra observação e ataques aéreos ou terrestres.

2.3.1 — Apresenta as desvantagens:

- controle difícil;
- rotas de vôo, planejadas com minudências e grande antecipação de planejamento.

3 — Será o Esq Cav Aéreo uma Força de Combate?

R — Sim. É uma Força de Combate com todos os elementos de combate embarcados nas aeronaves orgânicas. Ele combina as características da *MOBILIDADE TÁTICA TRIDIMENSIONAL* com o poder de fogo aéreo altamente destrutivo.

O Esquadrão opera em princípio nas imediações do solo (vôo rasante).

As aeronaves são equipadas com armamento para atirar contra pessoal, material e alvos de todos os tipos bem como em "pontos" ou "áreas" capazes de *DESTRUIR OU ANIQUILAR Forças Inimigas*.

4 — Que se entende por **COMPORTAMENTO**?

R — Designa as maneiras de ser e de agir dos animais e seres humanos, as manifestações objetivas de sua atividade global.

Antiga palavra usada por PASCAL, reintroduzida na linguagem psicológica por PIERON (1907) como equivalente a *BEHAVIOR*. PIERRE JANET designou por "condutas" certas formas particulares do comportamento humano (conduta de espera, de triunfo ou fracasso, etc.).

5 — Qual a conceituação de **Átomo Social**?

R — Na terminologia de MORENO, o *ATOMO SOCIAL* representa o padrão (*PATTERN*) de *ATRAÇÕES E REPULSÕES RECÍPROCAS*, exercidas entre um *INDIVÍDUO E UM GRUPO*.

6 — Que se entende na Guerra de Guerrilha por **ÁREA VERDE?**
ÁREA VERMELHA?

R — 1) **ÁREA VERDE** é a que está sob firme controle das **FORÇAS LEGAIS** e em que as **AÇÕES** das Forças de guerrilha inimiga se restringem a atividades subterrâneas;

2) **ÁREA VERMELHA** é a Área sob controle das **FORÇAS** de GUERRILHA INIMIGA onde operam com relativa impunidade e na qual estabelecem seus QG e Bases.

7 — Qual a conceituação de **Contrapropaganda Preventiva**?

R — É o processo de reagir ou apenas capitalizar triunfos sobre um assunto potencialmente explorável pela **PROPAGANDA** adversa, antes que o mesmo inicie sua exploração.

8 — Qual a definição de **Guerra Irregular**?

R — É o conflito armado executado por "*Forças Não Regulares*" de um PAÍS, contra um GOVERNO estabelecido ou por um poder de ocupação, compreendendo ações interligadas de GUERRA DE GUERRILHA, da EVASÃO E FUGA, e da SUBVERSÃO.

Fonte: BANCO CENTRAL.

Em Poucas Palavras — É uma longa história, que teremos de contar em poucas palavras, a luta pela presença do Brasil no mercado internacional de fretes. Poucas coisas são tão acirradamente disputadas entre as nações como um lugar ao sol (ou no mar) no transporte marítimo do comércio internacional. Muitos acórdos o Brasil firmou em que era estabelecida uma reciprocidade no transporte de seu próprio comércio. Geralmente, era meio a meio, 50% para cada nação. Mas, sem que se soubesse bem por que, nossa despesa cambial com esse item de pagamentos com o exterior *era sempre extremamente desfavorável ao Brasil*, embora os navios que levavam a nossa bandeira navegassem, muitas vezes, com capacidade ociosa em seus porões. O resultado era, além do peso do deficit líquido com esse item no balanço de pagamentos, *a operação também deficitária de nossas companhias de navegação*, senão tôdas, mas boa parte, sobretudo a principal, a do Governo.

NAVEGAÇÃO — LONGO CURSO

FRETES GERADOS (US\$ MILHOES)

Anos	Bandeira Nacional	Bandeiras Estrangeiras	Índices	
			Bandeira Nacional	Bandeiras Estrangeiras
1964	85,83	323,17	100	100
1965	93,05	260,42	108	81
1966	97,81	275,76	114	85
1967	126,90	299,77	148	93
1968	153,70	341,50	179	106
1969 (*)	173,50	367,60	202	114
1970 (*)	193,30	394,20	225	120

(*) Valores estimados considerando-se o incremento médio anual registrado no último triênio.

Economia e Política — De repente, foi possível firmar a política de fretes. Com algumas ponderáveis razões econômicas que nos deram condições de competição (construção naval, petroleiros, inclusive para arrendamentos etc.), e também utilizando esses elementos com atitude firme, pôde o Brasil fazer uma política de participação de navios nacionais no transporte marítimo, não apenas do seu próprio comércio, mas também entre portos estrangeiros, como é o caso do afretamento de petroleiros. Enfim, *uma verdadeira política de transporte marítimo*. Assim, já podemos ostentar algumas estatísticas de gente grande. Sem querer aparecer maior que os outros, podemos aparecer com quase 50% de receita do total do movimento com fretes, seguros marítimos e gastos portuários em 1969. Portanto, aproxima-

damente aquela participação que antes constava dos acordos comerciais e que não se cumpria.

Observa-se no nosso quadro uma receita muito elevada de gastos portuários, muito próxima da receita de fretes, enquanto que na despesa esse item apresenta diferença muito pequena da despesa de fretes.

FRETES GERADOS (US\$ MILHÕES)

ANOS	NAVIOS PRÓPRIOS	NAVIOS FRETADOS
1964	37,86	47,97
1965	45,63	47,42
1966	60,72	37,09
1967	55,40	71,50
1968	62,10	91,60
1969 (*)	74,33	98,17
1970 (*)	105,30	88,00

(*) Valores estimados considerando-se o incremento médio anual registrado no último triênio e o acréscimo de TDW decorrente da entrada em tráfego, em 1969 e 1970, dos navios atualmente em construção.

Fonte: SUNAMAM.

COLABORAÇÕES

- 1 — Dattlografados — em espaço 2 ou 3 — em um só lado do papel — máximo de 20 fôlhas (em princípio).
- 2 — Gráficos, croquis, organogramas, desenhos em geral: em papel vegetal (ou semelhante), tinta nanquim (preta).
- 3 — Fotografias: cópias em prêto e branco; para reproduções, fotos já publicadas deverão ser suficientemente nítidas. Legendas numeradas, curtas e explícitas.
- 4 — Traduções: nome do autor e do tradutor — indicação completa da fonte — autorização (quando fôr o caso).
- 5 — Salvo em casos excepcionais, originais de colaborações não serão devolvidos.
- 6 — **IMPORTANTE!** Os originais devem ser entregues à Redação em condições adequadas, isto é: revisão da dattlografia — disposição correta de títulos, subtítulos, números, letras, etc. — referências oportunas a gráficos, fotos, etc. — clareza das correções feitas a mão — emprego apropriado de maiúsculas, grifos, carmin, etc.
- 7 — Abreviaturas — somente as de uso consagrado, que não deixem margem a dúvidas; e as constantes do C 21-30, nos trabalhos cuja natureza as recomende.
- 8 — **AOS NOSSOS COLABORADORES!**

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aquêles que ainda não tenham assinatura de A DEFESA procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".

COMPUTADOR

DADOS QUE CONVÉM REGISTRAR

Os investimentos em habitação, no Brasil, no ano de 1969, representavam cerca de 25% dos investimentos totais.

O Banco do Brasil já possui oito agências no exterior, e mais cinco estão em fase de instalação em Hamburgo (Alemanha), Londres (Inglaterra), Milão (Itália), Paris (França) e Tóquio (Japão).

Algumas japonesas: A empresa japonesa Eilichi Watch Company, a maior fabricante de relógios de pulso do mundo, está planejando a instalação de uma fábrica no Brasil.

Acreditam alguns estudiosos que, no ritmo atual de crescimento econômico, em poucos anos mais o Japão será uma potência econômica mais poderosa que os Estados Unidos.

A taxa de investimentos no Japão (cerca de 35% do Produto Interno Bruto), é a maior do mundo.

Admite-se também que em muito pouco tempo o Japão será o País maior exportador do mundo.

A exportação japonesa é atualmente de cerca de 10 bilhões de dólares, só inferior à dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha.

Outra estimativa de possibilidades econômicas do Japão é de que, nos próximos 12 anos, inverterá cerca de 100 bilhões de dólares em outras nações, mais portanto que os Estados Unidos em todos os tempos.

O custo de vida, nos últimos 12 meses, terminados em junho, registrou um aumento de 20,8%, portanto, menos que nos 12 anos de janeiro a dezembro de 1969.

Informa o Ministério da Indústria e do Comércio que, no primeiro semestre deste ano, de um total de investimentos em novos projetos de instalação e ampliação de indústrias no valor de 2 bilhões de cruzeiros ao setor de petroquímica coube 900 milhões e ao setor siderúrgico 420 milhões. A seguir vêm as indústrias de celulose, papel e artes gráficas e a indústria mecânica.

DE "O GLOBO"

MANAUS — PÓRTO VELHO: A CONSTRUÇÃO DE UMA RODOVIA NA SELVA

ELMO DE ABREU ROSA

(Transcrito da revista PREÇOS & OBRAS)

Oitocentos e setenta quilômetros através de selva passando por grandes rios, igarapés, paranás — eis a BR-319, Manaus-Pôrto Velho, construída em uma região do globo onde jamais se fez nenhuma obra de vulto. Grandes alagados, chavascals, terras baixas, úmidas e muito planas, dificultando o trabalho de técnicos e equipamentos. Enormes distâncias dos centros de abastecimento, dificuldade de apoio das frentes de serviço. Região geológica das mais novas do planêta, ausência de agregados para preparação de leito e concretagem das obras de arte. Solidão para os homens que trabalham na obra — nem todos os que vão suportam por muito tempo o sentimento de abandono e distância. Em plena Amazônia, há um grande Brasil sendo descoberto pela primeira vez.

A selva é um duro teste para os nervos. São comuns os casos de demissões de funcionários que voltam para o Sul, alegando solidão e isolamento.

Os 870 quilômetros da Rodovia Manaus-Pôrto Velho, construídos em plena selva, através de rios e alagados, dão uma visão das dificuldades a serem enfrentadas pelos construtores da Transamazônica

"Esta estrada é uma guerra, onde não damos tiros. Estamos invadindo a mata com requintes de operação bélica. A única diferença é que não destruimos nada, pelo contrário, estamos construindo."

"Fazer a estrada não é difícil. Difícil é criar as condições para que ela seja construída."

PROJETANDO PROBLEMAS —

Executado pelas firmas Transcon-Berger, o estudo de viabilidade e projeto de engenharia serviram para fixar as maiores dificuldades da obra. O levantamento aerofotogramétrico da região, que serviu de ponto de partida para os estudos, foi feito no mês de abril, na região de Humaitá, e em julho, na região do Careiro (Maua), coincidindo com as máximas cheias. Isto porque quem conhecer a Amazônia na máxima vazante, se perderá ali na máxima cheia: grandes áreas da região se transformam num só alagado. Já durante a fase dos estudos, as amostras do terreno eram carregadas nas costas de homens por mais de dez quilômetros em picadas através da selva, até chegarem às clareiras dos helicópteros ou ancoradouros dos barcos. Foi assim, com muita dificuldade, que foram colhidas as amostras para ensaios de caracterização, compactação e CBR. Houve casos em que as amostras depois de colhidas, eram abandonadas no local por não haver condições de transportá-las até os acompanhamentos.

Apesar do levantamento aerofotogramétrico da região, e das picadas abertas na selva, não foi possível um detalhamento perfeito das bacias de contribuição dos diversos cursos de água existentes. Somente quando a equipe da empreiteira foi a campo, com as obras em andamento, é que a escolha das várias passagens sobre cursos de água, ou mesmo a fixação do traçado da estrada ficou definitivamente estabelecida.

Mas, já durante o projeto, um ponto havia sido bem estudado: a equipe de terraplenagem deveria ter cuidado especial com os empréstimos laterais, constantes em toda a estrada. Os empréstimos deveriam ser executados de maneira a não barrarem o escoamento das águas, no seu movimento constante de subida e descida obedecendo ao regime cíclico do rio. A operação, contudo, nem sempre é possível, já que a região não facilita o fornecimento de material, e em alguns pontos é vista uma sucessão de bacias estanques e em forma de meia-lua.

O dimensionamento dos bueiros armados em tubos com chapas armadas somente ficou definido quando as equipes estavam em plena obra. Em muitos locais os bueiros projetados foram removidos, transferidos de lugar, ou ainda substituídos por obras de arte especial. Impossível uma previsão exata das tarefas a serem executadas.

Várias outras dificuldades foram apontadas, várias soluções foram propostas, e depois modificadas na frente de serviço, de comum acordo entre a Andrade Gutierrez e o Departamento de Estrada de Rodagem do Amazonas. Além disso o estudo da região mostrou que somente durante seis meses seria possível um trabalho com rendimento satisfatório, em virtude do regime de chuvas e o alto índice das precipitações na região. Dêsse modo, ficou estabelecido em contrato o conceito de ano útil que vai de

meados de junho a meados de dezembro.

INVIÁVEL, MAS NECESSÁRIA

— O estudo de viabilidade, considerando somente os benefícios decorrentes do tráfego normal, gerado e derivado, mostrou que a BR-319 não era economicamente viável. "A conclusão não é surpreendente — diz o estudo de viabilidade —, rodovias como a Porto Velho-Manaus devem ser consideradas como típicas do desenvolvimento. A viabilidade da rodovia depende do desenvolvimento econômico líquido que ela acarreta." Um estudo detalhado mostrou que os custos de uma viagem de um Volkswagen, ocupado por dois passageiros, seria mais alto que a mesma viagem feita por avião. Entretanto, os padrões de raciocínio para verificação das viabilidades são os mesmos aplicados para estradas no Sul do País. A Amazônia não é o Sul e somente uma rodovia nos moldes da BR-319 poderia agir como mola propulsora de uma região que vive ainda submetida a natureza, sujeita às cheias e vazantes dos rios, e presa na mata. "A longo prazo — diz o Eng. Sérgio da Paz Monteiro de Castro, diretor do DERAM — talvez quinze anos, esperamos o retorno do nosso investimento, através da ocupação humana da região, e da mudança do regime econômico com grandes perspectivas para a pecuária, agricultura e mineração da cassiterita." Nenhum investidor frio, acostumado com as operações financeiras do Sul, esperaria um retorno tão demorado para quase 70 milhões de cruzeiros. Mas a BR-319

é uma das rodovias prioritárias do DNER, e foi delegada ao DERAM para a sua execução, inicialmente com desembolsos do próprio DERAM, provenientes do Fundo Rodoviário Nacional, e reembolsáveis posteriormente pelo DNER.

O CONTRATO — O contrato entre o DERAM e a Construtora Andrade Gutierrez, assinado nos primeiros meses de 1968, previa a construção da Rodovia Manaus-Porto Velho, com pavimento primário, sem revestimento, e construção de obras de artes especiais mistas, em madeira e concreto. A terraplenagem teve seu final marcado para dezembro de 1970, e mais um ano para a complementação da obra. Depois, quando já havia alguns trechos abertos, como o que liga Porto Velho a Humaitá, e alguns trechos próximos a Manaus, verificou-se a conveniência de se alterar o projeto original, que passaria a prever a pavimentação asfáltica entre Manaus e Humaitá. Isto porque a primeira temporada de chuvas sobre os trechos de estrada abertos mostrou que o custo de conservação ao fim de um prazo não muito longo, seria superior ao asfaltamento do leito, e que ainda possibilitaria tráfego satisfatório durante todo o ano. Com isso, as pontes de madeira, que tinham vida prevista para dez anos, foram substituídas, no projeto, por obras de arte definitivas, em concreto. A construtora encontrou 50 por cento da área desmatada, e desmatou o restante, cujo volume final foi de 63 milhões de metros quadrados. A

longa faixa, com 846 quilômetros de extensão e setenta metros de largura (120 metros em trechos onde estavam previstos grandes empréstimos), estava aberta e à espera do equipamento e pessoal.

FRENTES & ACAMPAMENTOS

— O projeto de engenharia havia proposto um acampamento único, a meio caminho de Humaitá, de onde partiriam duas frentes, uma em direção a Pôrto Velho, outra em direção a Manaus. Mas, quando a equipe de engenheiros da empreiteira verificou no local as dificuldades de abastecimento e apoio decidiu inicialmente por duas frentes, uma saindo de Pôrto Velho em direção a Manaus, outra partindo do Careiro em direção a Pôrto Velho. De posse dessa logística, uma frente de serviço atacou a terraplenagem em direção a Manaus, enquanto outra partia do Careiro, para um encontro a meio caminho da estrada. O rendimento da primeira frente foi bom, através de uma região descrita pelo estudo da Transcon-Berger como plana, havendo em certos trechos uma declividade transversal muito pequena do terreno. Já havia também alguns trechos de estrada construídos e os serviços se resumiram, nesses locais, em mera retificação. O abastecimento da frente de Pôrto Velho era feito todo via Belo Horizonte. Apesar das dificuldades a estrada foi até pouco adiante de Humaitá, com um total de 216 quilômetros de rodovia aberta por uma frente composta de moto-scrapers TS 24, tratores de esteira D9, tratores D8H, e ainda motoniveladoras e rolos autopropulsores.

Enquanto isso, a frente de Manaus caminhava mais vagarosamente, com o equipamento em trechos isolados, através de uma região inicial de quarenta quilômetros, totalmente inundada pelas águas provenientes das cheias do rio Solimões. Um esquema de abastecimento e apoio baseado em Manaus, e com um custo operacional muito alto, para a manutenção de uma frente de equipamentos e pessoal semelhante a que atuava na área de Pôrto Velho, chamou a atenção da equipe de engenheiros da empreiteira. A infra-estrutura era tão poderosa, que tanto podia abastecer um complexo que envolvia seis TS 24 e demais complementos e pessoal, que o racional seria a concentração de todo o equipamento e pessoal na frente de Manaus, mesmo porque Pôrto Velho não oferecia condições para um abastecimento eficiente.

MAIOR FRENTE DA AMÉRICA — Esta foi a logística adotada para a abertura do trecho até Humaitá, com mais de seiscentos quilômetros e posterior pavimentação. Nesse trecho, a Andrade Gutierrez promoveu a maior concentração de equipamentos da América do Sul, em obras de terraplenagem rodoviária. A frente conta atualmente com três patrulhas, cada uma composta de quatro moto-scrapers TS 24, 1 trator de esteiras D9, 1 trator D8H, uma motoniveladora, um rôlo autopropulsor e veículos de apoio na frente de obras, que são: um caminhão-pipa, um guincho de manutenção, comboio de lubrificação e três carrêtas combustível. Mas, para que as três patrulhas, conjuntamente, venham a ren-

der neste verão três quilômetros por dia, ou seja, 1,2 a 1,5 milhões de metros cúbicos cada mês, existe atrás um complexo que transcende a tudo conhecido em obras do Sul. Daí a equipe de engenharia dizer: "Fazer a estrada não é difícil. Difícil é criar as condições para que ela seja construída."

O APOIO — Todo o esforço de pessoal, equipamento e manutenção é dirigido para o período de verão que, segundo os engenheiros de campo, "é quando chove menos". Nesse período, deverão estar em pleno funcionamento todo o parque de equipamento e veículos, cujo número passa muito de duzentos, e todo o pessoal, que no auge do verão estará próximo a 1,5 mil homens. O maior aliado da empreiteira, para a operação de apoio é o rio, durante as máximas cheias. Nesse período, que vai do início do verão até setembro, o rio auxilia toda a operação de apoio. O transporte de combustível, lubrificantes, cimento, brita, chapas armadas, alimento, peças e pessoal vai até as frentes avançadas, através de balsas que deixam os rios e penetram pelos paranás e Igarapés. Daí em diante, começa a vazante; então os paranás e Igarapés se transformam em pequenos cursos de água, permitindo a passagem apenas de canoas. Então, toda carga saída de Manaus é desembarcada no Caireiro, distante 6 quilômetros de onde passa para caminhões, seguindo até os acampamentos e frentes de serviços pela estrada.

SÓ POR CANOA — Um dos engenheiros, da Andrade Gutierrez,

fala dos problemas de manutenção: "O tráfego fluvial é possível até a chegada de setembro, quando as águas começam a baixar. Então, passamos a fazer o transporte por terra, por um período não muito prolongado, indo até o início de janeiro, no máximo. Nessa época é quando estamos na máxima vazante do rio, que coincide com o início das chuvas pesadas. Bastam poucos dias de chuva para que não possamos mais utilizar a estrada. Todavia, as chuvas ainda não encharcaram por completo o terreno e poderíamos ainda trabalhar um pouco antes da parada total. Mas já não é mais possível, porque não temos condições de abastecer satisfatoriamente as frentes de serviço. No ano passado, por exemplo, entre os meses de dezembro e janeiro, estávamos abastecendo uma patrulha de limpeza levando óleo diesel em canoa, carregando um tambor comum a cada viagem para manter dois D8 trabalhando."

A patrulha de destacamento e limpeza composta de 4 D8H, 1 D7, 1 motoniveladora, 1 CTB e 1 conjunto de lubrificação e manutenção. Além disso existe a equipe de obras de arte composta de 3 D4, 1 D6, 2 caminhões Guincho e 2 caminhões de carroçaria, todos os 4 de tração nas quatro rodas.

Contamos, também, com 3 aviões e 1 helicóptero dando apoio às obras. O conjunto de britagem que está instalado em Moura tem capacidade de produção de 30 t/h.

Administrativamente, a obra é dividida em duas outras distin-

tas: 1 de terraplenagem e 1 de pavimentação. Cada uma dessas obras conta com estrutura completa de uma obra independente, contando ainda com dois acampamentos e mais um terceiro permanente sendo transferido de localização. Existe ainda um quinto acampamento onde está instalada a filial que dá às obras todo apoio logístico, e um sexto acampamento de Moura onde estão o conjunto de britagem e a pedreira, a construtora e 1 economista. Atualmente a terraplenagem já implantou 480 km, sendo 260 na direção de Porto Velho a Manaus e 190 na direção de Manaus a Porto Velho. A pavimentação está com sua frente estendida até o km 100.

VOLUMES E EQUIPAMENTOS

— Os maiores volumes transportados diariamente pela equipe de apoio correspondem a combustível, chapas armicas, cimento e brita. Mensalmente, devem ser postos nos acampamentos, junto às frentes de serviço, 1,5 milhão de litros de óleo diesel, quatrocentas toneladas de chapas armicas, quatro a cinco mil toneladas de brita, quatro a cinco mil toneladas de cimento, sem contar a alimentação. Para que isso seja possível, a construtora conta com a seguinte frota de flutuantes: um rebocador, com capacidade de até mil toneladas, onze balsas, com a capacidade de duzentas toneladas, sendo quatro especiais para o transporte de óleo diesel, dezolito barcos para até dez toneladas e duas lanchas rápidas.

GUERRA SEM TIROS — As dificuldades de apoio não são apenas em função dos volumes

transportados ou em função da região. Existe ainda a complementação do transporte feito pelas balsas, e a sua liberação mais rápida possível. Quem assiste ao desembarque de uma balsa carregada de combustível ou chapas armicas imagina que está em plena operação de guerra. E é exatamente isto que pensa um engenheiro da empreiteira: "Esta estrada é uma guerra, onde não damos tiros. Estamos invadindo a mata com requintes de operação militar: a única diferença é que não estamos destruindo nada, pelo contrário, estamos construindo." A operação de transporte do combustível começa na refinaria de Manaus, às margens do Rio Negro. Daí segue pelos paranás ou igarapés (no tempo das cheias). Ao chegar nos acampamentos, todo o combustível ou lubrificante é transferido para os depósitos, para que as balsas sejam liberadas o mais rápido possível. Dos depósitos, passam para caminhões que fazem o carrêto até certo ponto da estrada, quando então o combustível ou lubrificante é transferido para as carrêtas, que são os depósitos de campo. Daí, então, passam para os tanques dos equipamentos. Até que o combustível seja queimado pelos motores, ele entrou e saiu de depósitos cinco vezes. No Sul, tudo é mais simples. O combustível sai do caminhão de transporte e passa direto para as carrêtas de campo. O cimento também é outro problema. Chega em Manaus vindo geralmente da Cortina de Ferro, por um preço que varia entre 9,5 a 11,5 cruzeiros. As vezes até a quinze cru-

zeiros o saco. Seu transporte é feito ou por balsa até o Careiro e daí em caminhões, durante a seca, ou segue mais à frente, quando existe calado para as balsas. Já a brita vem de uma pedreira, localizada na região de Moura, 250 quilômetros distante de Manaus. O apoio das frentes, no setor de alimentação, é também muito grande, mas os números, colocados ao lado dos grandes volumes, se perdem. Somente o pão é que merece referência especial: para que ninguém na obra coma pão dormido, um avião decola fazendo diariamente o serviço de malote e a vez de padeiro em plena selva.

RENDIMENTO — As doze motoscrapers e todo o complexo de equipamento envolvido na construção da estrada deverão render neste verão, três quilômetros por dia, ou 1,2 a 1,5 milhão de metros cúbicos mensais. Isto, quando as condições da região são consideradas ótimas. Na verdade, o rendimento total dos serviços corresponde a apenas trinta por cento do rendimento obtido no Sul, para um complexo administrativo e despesas semelhantes. Basta considerar que um ano útil do Amazonas vale apenas seis meses, e a isso se somam dificuldades de toda ordem.

Então, o rendimento teórico que deveria ser de cinquenta por cento ao obtido no Sul, cai em pelo menos vinte por cento. Durante o verão, todo o equipamento trabalha com plena capacidade, tanto na frente de terraplenagem como na frente da pavimentação. Para a execução dos

serviços, três frentes são consideradas. Uma avançada, correspondendo à limpeza, desde desmatamento de alguns trechos ainda não executados, e destocamento. Em seguida vem a equipe de terraplenagem e, finalmente, na retaguarda, a equipe de pavimentação. O projeto de pavimentação é feito à medida que a terraplenagem caminha, desde que a decisão de pavimentar só foi tomada depois de iniciada a construção da estrada.

OS GUERRILHEIROS — A equipe de limpeza trabalha sempre à frente, e é a única que consegue executar algum serviço durante o inverno. O serviço de limpeza é executado por tratores de esteira. Durante o inverno, uma equipe se mantém ainda na frente de limpeza. Ela é abastecida precariamente por terra, apolada por D4 ou por canoas. Os operadores adotam, contra a chuva, a tática de guerrilha. Enquanto chove, ficam escondidos nas barracas. Se a chuva passa, correm até as máquinas e trabalham até que ela volte novamente. Ai, mais uma vez ficam escondidos em barracas até o tempo melhorar. Isso acontece durante pelo menos dois meses, durante o inverno, até a parada total de todas as frentes, quando a estrada se transforma em lodaçal, e o rio está em sua máxima vazante, com igarapés e paranás transformados em cursos de água. É quando caem as chuvas pesadas durante vários meses, alcançando às vezes em cada pancada o nível de 25 a 30 milímetros.

IMPRODUTIVIDADE PRODUTIVA — Fora a dificuldade de execução de aterros em região completamente alagada, outros itens somam-se à lista de dificuldades nos serviços de terraplenagem. Aparentemente, a região é favorável à movimentação e rendimento das máquinas pela sua regularidade. Isso, contudo, pesa de modo negativo. O terreno, muito plano e muito úmido, obriga o uso constante de um D9 em **pusher** com o TS 24 para apresentar um volume satisfatório de carga, durante o corte. Além da utilização do D9 existe uma alta incidência de lâminas durante as outras fases da terraplenagem. Apesar de considerados improdutivos, desde que não carregam material, e sua produção indireta, a presença de tratores de lâmina durante os serviços de corte é indispensável. Basta verificar a grande incidência de empréstimos laterais — quase uma constante na obra — muitas vezes fora da faixa estradal, obrigando a novos desmatamentos. Há sempre um trator de lâmina preparando um empréstimo, que por seu lado nunca se encontra próximo da área de serviço, fazendo anormal a distância do centro geométrico escavado ao centro de descarga. Outra utilização das lâminas com sentido improdutivo é representada pelas constantes raspagens da lama, acumulada sobre a estrada após uma pancada de chuva, coisa comum na região. Mesmo que a chuva não seja prolongada, uma camada de lama se forma sobre a estrada, e que deve ser removida sob pena de interrupção dos trabalhos. O material raspa-

do não entra nas medições, mas ainda assim é mais compensador do que se aguardar a secagem, que na região ocorre muito lentamente, pois a terra é constantemente úmida.

ATÉ DEBAIXO DA ÁGUA — Quando a equipe de terraplenagem chegou na região do Careiro — um extenso alagado originado pelas águas do Solimões — alguns operadores de **scraper** argumentaram que não haviam apreendido "a fazer terraplenagem debaixo da água". Nesse trecho a estrada é um único atêrro com quarenta quilômetros de extensão, sete metros de altura e nove metros de largura, em média. Para que a estrada não fôsse levada pelas águas do Amazonas, todo o atêrro foi preparado com especificações tão rígidas como as de barragens. Primeiro, a altura do greide foi calculada com base na média das máximas cheias dos últimos quarenta anos, excluindo assim a possibilidade de o rio saltar sobre o atêrro. Mesmo que ocorra cheia igual a maior do século, considerada uma aberração, ainda assim existirá pelo menos 1,20 metro de terra entre as águas e o leito da estrada. O serviço de compactação é executado a 95 por cento do proctor simples.

E toda camada compactada é examinada e liberada somente depois de um ensaio de laboratório feito no campo pela equipe do DERAM. Para não haver atrasos, ocasionados pelas análises, existem três frentes de compactação: sempre duas estão sendo trabalhadas e uma sendo analisada.

EMPRÉSTIMO DIFÍCIL — A parte de mais difícil execução em toda a obra foi o trecho compreendido entre o Careiro e o quilômetro 60. Até aí, ocorrem só operações de empréstimos laterais, e a estrada é em greide elevado. O grande problema para a execução dos primeiros sessenta quilômetros na região de alagados foi o de se conseguir fazer os empréstimos necessários para a construção do atêrro. Logo no início dos serviços, a impressão era a de que o material existente ao lado da faixa desmatada seria o bastante para a execução dos serviços. Mas a realidade se mostrou bem diferente. Várias clareiras foram abertas, fora da faixa, e ainda assim os empréstimos não podiam ser feitos nos volumes desejados. Poucos foram os empréstimos que atingiram mais de um metro de profundidade, pois logo estavam inundados pela água infiltrada. Em outros trechos, não era possível o empréstimo próximo ou ao lado da faixa da estrada, pois a água dominava por completo toda a área. As máquinas, desse modo, deviam ir até às jazidas, localizadas em terras mais altas e, para a escavação do material, geralmente distante do local de descarga.

MÁQUINAS SUBMERSAS — O processo utilizado para a execução de um atêrro em região alagada é bastante complicado. Os tratores de lâminas começam por reunir material, formando uma cabeça de terra, com uma área aproximada de cinquenta metros quadrados, e cercada de água por todos os lados à exce-

ção de um pequeno acesso. É a partir dessa pequena ilha, que o atêrro começa a crescer. As máquinas seguem escavando e retirando o material, que é trazido para fora, aprofundando cada vez mais a vala. Em pouco tempo, as máquinas já descem por uma rampa, sumindo terra adentro e retornando com o material escavado. Quem olhar ao nível das águas terá a impressão de que a máquina foi tragada pelo rio. A terra ao redor funciona como uma barragem que ao invés de prender o rio, o isola, criando uma ilha de terra que tem seu fundo abaixo do nível das águas.

DE CIMA PARA BAIXO —

Na região do Careiro — ponto mais próximo de Manaus, a estrada foi construída do interior da selva para as margens do rio. A construção do trecho iniciou-se entre os acampamentos do Jacuraru e Araçá, nas terras altas, menos alagadas, e daí seguindo para as baixas, mais alagadas. O conceito de terra alta e baixa, numa região como a do Careiro, é baseado em desníveis variando entre 30 e 40 centímetros. A medida que as águas abaixavam, a estrada caminhava mais um trecho, e sua chegada ao Careiro coincidiu com a máxima vazante do rio. Quando o equipamento chegou ao fim do trecho, às margens do encontro do Negro e Solimões, houve festa. E também admiração, principalmente entre os moradores da região que nunca acreditaram na possibilidade de ver passar uma estrada onde os peixes secularmente nadaram durante seis meses por ano.

LOCOMOÇÃO DIFÍCIL —

Quando não há mais cancha, o equipamento deve então ser removido para outra frente de serviço. E geralmente existem rios ou paranás, a serem cruzados pelas máquinas. Quando é período de vazante, os paranás e igarapés são aterrados, e o equipamento atravessa facilmente. No período das cheias, as máquinas atravessam sobre balsas. Isso, contudo, nem sempre é possível. Há casos em que não há conexão entre os igarapés ou paranás, ou se ela existe é uma garganta apertada, não permitindo a passagem da balsa até o local exato. Por outro lado, o atêrro é impraticável. A solução adotada pela equipe da empreiteira é tipicamente amazônica: a balsa — de cem toneladas — é atada a cabos de aço e retirada da água. Em seguida, dois tratores D8, arrastam-na por terra até o local que devia ser atravessado. Em seguida é recolocada novamente na água, voltando a atuar em seu elemento, e a travessia de todo o equipamento é feita. Ao final de cada operação a balsa é retirada novamente de dentro da água e transportada pelo mesmo processo até outra frente, onde ocorrerá nova travessia.

ÁGUA? MELHOR NÃO TER

— A medida que o trecho de alagados foi ficando para trás, o ritmo das obras se intensificou. Na frente iam as patrulhas de limpeza, o funcionário do departamento identificado os piquetes, a equipe de topografia marcando os *offsets*, tudo num ritmo bem mais acelerado que

aquêle obtido na região do Careiro. Os quarenta quilômetros entre o Araçá e o Careiro, consumiram sete meses de trabalho, de maio a novembro de 1969. Do Araçá até as proximidades do Paraná do Castanho, atual frente de trabalho, foram construídos 44 quilômetros nos meses de dezembro de 1969, janeiro e junho de 1970. Como sempre entre fins de janeiro e princípio de junho houve parada total, esperando o final do inverno. Isto porque a região trabalhada se mostrou bem melhor para a execução dos serviços que o trecho anterior.

UNIFORMIDADE DE PROBLEMAS —

A partir do Paraná do Castanho que é atravessado por uma obra de arte especial com 432 metros — começam os trechos seguintes. Apesar da Topografia considerar a região cortada pela rodovia como sendo plana, as pequenas diferenças de altitudes traduzidas em alguns metros, têm significado especial, pois podem determinar se a região será ou não alagada. Quando os serviços se desenvolvem em trecho não inundado ou não inundável, tem-se um rendimento considerado ótimo pelas equipes da empreiteira. A diferença de cota entre o Careiro e o início do trecho, no entroncamento Humaitá Lá-brea, é de aproximadamente cinqüenta metros, numa extensão superior a seiscentos quilômetros. Toda a extensão da rodovia pode ser descrita como sendo em greide elevado, aclima do perfil natural do terreno, entrecortado por obras de arte correntes e especiais. A drenagem feita atra-

vés de obras de arte correntes, utiliza buelros montados com chapas ármicas, dada a dificuldade de se executarem serviços de concretagem na região. Os buelros, principalmente na região do Careiro, são distribuídos estrategicamente pelas áreas alagadas, de modo a impedir que o atêro, sôbre o qual se apóia a pista de rolamento, atue como uma barragem das águas, que na região apresentam uma movimentação constante de subida e descida, de acôrdo com o regime dos rios. Na parte de drenagem várias modificações foram introduzidas no projeto para atender às condições especiais encontradas no local da obra. Mas, às vêzes, era o próprio projeto quem deixava margem para opções e mudanças, como se vê sugerido no estudo de uma variante, na própria execução do trecho, entre os quilômetros 220 e 230, para se evitar o cruzamento repetidas vêzes de um mesmo igarapé. Entre os quilômetros 246 e 252 (considerando Humaitá marco zero) é sugerido um desvio para se evitar outro igarapé. O mesmo ocorreu na altura do quilômetro 537, quando o projeto aponta como discordantes os níveis das cheias, e determina um estudo mais detalhado para uma definição mais precisa do greide. De um modo geral, saindo da região dos alagados, a obra encontrará uniformidade de problemas, configurados em igarapés, rios,

chavascals. Haverá sômente maior facilidade na execução dos empréstimos laterais e maior volume de material escavado em cada empréstimo. A própria faixa desmatada da estrada, mais estreita, atesta a melhoria da região, quanto à execução dos serviços.

PAVIMENTAÇÃO — O asfaltamento do trecho entre Humaitá e Manaus, numa extensão de 640 quilômetros, sômente ficou estabelecido depois da conclusão de alguns trechos de rodovia. Graças a êles, foi possível verificar que os estragos causados pelas chuvas na estrada, durante o inverno, exigiriam uma conservação acima da prevista, ao mesmo tempo que o tráfego pela estrada ficaria resumido quase que só a seis meses em cada ano. Uma firma de consultoria — Espa — foi contratada pelo Departamento, para que elaborasse em campo o projeto da pavimentação, à medida que a terraplenagem caminhasse. O tipo de revestimento escolhido foi o tratamento superficial simples, pois o tráfego inicial a ser gerado pela rodovia não compensará um investimento alto na pavimentação.

PAVIMENTO ESPECIAL — A pavimentação a ser executada na BR-319 é bem diferente da conhecida no Sul. Primeiro porque o terreno da região é muito úmido, dificultando um serviço que deve ser executado com umidade considerada ótima. Todo

Na Amazônia, um ano de trabalho vale apenas um semestre. Seis meses de chuvas torrenciais, seis meses de chuvas ocasionais.

terreno deve ser revolvido para a secagem ao sol, antes da pavimentação. Isso empresta ao serviço um ritmo de lentidão. O material empregado na pavimentação é especial. O fato de não existir cascalho, obriga a utilização de material existente na região, ou seja, uma argila arenosa encontrada nas margens dos rios e igarapés. O outro material muito comum em toda a região é o "top soil", que reforçado com cimento é utilizado para o reforço da sub-base e execução da base. A utilização do solo-cimento foi adotada em virtude da falta de seixo rolado, e a sua adoção antecedeu um estudo para a determinação da dosagem entre solo e cimento. A dosagem econômica fixada foi a de 3 a 4% de cimento em toda a extensão da estrada. O solo-cimento na preparação da sub-base e base se mostrou muito mais econômico do que a utilização da brita, que chega até o canteiro de obras, depois de uma viagem entre a jazida e Manaus, da ordem de 250 quilômetros.

VOLUME DA OBRA — Até julho, após dois anos da assinatura do contrato, e doze meses descontinuos de serviços, já foram escavados 9,1 milhões de metros cúbicos de material, pela equipe de terraplenagem. O volume final previsto é de 23,4 milhões, que deverá estar concluído, pelo contrato, em dezembro deste ano.

Embora os volumes apresentados nos dois semestres anteriores mostrarem não ser teoricamente possível o término da terraplenagem no prazo previsto, a equipe de engenheiros da construtora pensa diferente. Racionam em termos de vivência da obra. Sabem que o rendimento relativamente baixo dos outros períodos, em relação ao que pretendem executar neste verão, deve-se primeiro ao desconhecimento da região, na primeira fase, e, segundo, aos trechos completamente alagados, que exigiam muito trabalho e apresentavam pouco rendimento. O volume final previsto para a compactação é de 16,9 milhões de metros cúbicos. A BR-319 deverá ainda consumir, em toda a sua extensão, 42 mil metros quadrados de chapas armadas, que daria uma extensão linear, caso fosse contínua, da ordem de cinquenta quilômetros. Haverá ainda 1,4 mil metros de pontos, em número de 32. Em dois pontos, a BR-319 será cruzada por ferry-boats. O primeiro entre Manaus e Careiro, no encontro das águas do Solimões e Negro, com uma extensão de seis quilômetros. A outra travessia, é sobre o rio Madeira, ligando a estrada a Porto Velho, com uma extensão de três quilômetros. Os custos dos terminais de ferrys estão estimados, computadas as embarcações, em 3,2 milhões de cruzellos.

O próprio projeto de engenharia já previa modificações: a selva impenetrável esconde detalhes que só são revelados à medida que o trabalho avança.

O CAMINHO PARA PERDER UMA GUERRA

Major General
ROBERT W. CROW (*)

Da publicação norte-americana "Armor". Tradução pelo Cel R-1 LUIZ FELIPPE DA SILVA WIEDEMANN.

As forças aerotransportadas, as armas atômicas, os projéteis dirigidos e outras armas novas podem ganhar uma guerra no futuro; mas, o fracasso em criar um Exército de terra, móvel, organizado e equipado adequadamente, é o caminho mais provável para perdê-la.

É neste momento oportuno que devemos prestar a maior atenção às condições que deve possuir um Exército terrestre para ser empregado numa guerra moderna continental.

A História nos ensina que os mais gloriosos capitães empregaram dois principais elementos de assalto na batalha. O primeiro, e geralmente o mais numeroso, foi a Infantaria, e o segundo, a Cavalaria; ambos apoiados pela Artilharia, Engenharia, etc. A missão da Cavalaria foi a de proporcionar ao Comando a possibilidade de ocupar rapidamente pontos-chave do terreno, explorar o êxito e levar a cabo amplas e rápidas manobras. A necessidade de algumas forças terrestres com estas possibilidades nunca foi mais premente que hoje. Os meios para proporcionarem suas características à Cavalaria nunca foram tão apropriados.

A Cavalaria existia no passado porque havia necessidade de algumas forças que pudessem *combater montada*: forças que pudessem manter um ritmo mais rápido no ataque que as forças que combatessem a pé. A margem da História, a palavra "Cavalaria" significou a arma mais móvel do Exército e, neste sentido, é que tal palavra é empregada neste artigo. Ninguém abandone sua leitura crendo que é uma alegação para reviver o cavalo como elemento de combate. O cavalo já não é um sinônimo de Cavalaria, como não foi, anteriormente, o da Artilharia; já não tem lugar no campo de batalha.

Existe, hoje, uma grande tendência em confundir os termos "transportabilidade" e "mobilidade". Nos tempos passados, a Infantaria foi, em algumas ocasiões, transportada em cavalos; porém isto não a fez uma Cavalaria. Hoje em dia, a Infantaria pode transportar-se em meios ferroviários, em veículos motorizados ou aviões;

(*) O Major-General Robert W. Crow acaba de se retirar ao final de uma carreira dedicada inteiramente ao campo da mobilidade, desde seu início como oficial da Cavalaria, passando logo pelos primórdios da mecanização, até alcançar seu ápice, na II Guerra Mundial, comandando a 8.ª Divisão Blindada.

porém a Infantaria combate a pé. Maior mobilidade da que os soldados que combatem a pé só podem obter os que usem montarias das quais possam empregar suas armas e diminuir a distância sobre o inimigo sob os efeitos de seu fogo. A mobilidade, no sentido em que é usada neste artigo, refere-se ao movimento no campo de batalha; os mesmos meios podem ser usados ou não, somente para chegar ao campo de batalha.

O fato de que o cavalo tenha sido eliminado do campo de batalha não quer dizer de nenhuma maneira que tenha sido eliminada nem a Cavalaria nem as suas missões. Por muitas razões difíceis de compreender o nome "Cavalaria" foi eliminado ao abandonar o cavalo e substituí-lo pela palavra "Armor" (Fôrças Blindadas). Infelizmente não foi uma mudança acertada, causou muita confusão e pode causar um dano irreparável. A palavra "Armor" não indica claramente uma missão no campo de batalha, nem se refere a uma determinada Arma.

Todos necessitam, hoje, de meios blindados, "Armor", e o soldado que combate a pé também os emprega.

Outro erro é de que "carros de combate" e fôrças blindadas são conceitos sinônimos. As Armas se diferenciam por seu papel no campo de batalha, porque há determinadas missões que as fôrças que as desempenham devem realizá-las montadas, ninguém pode negar. Cumprir tais missões foi o papel da Arma chamada Cavalaria e hoje é o papel da Arma chamada "Armor". Mas, os carros são armas que empregam ambos ramos do Exército, a Infantaria e as "Fôrças Blindadas".

Os carros são elementos de grande mobilidade que empregam armas de apoio blindadas e, das quais, precisam para seu apoio, a Infantaria e as Fôrças Blindadas. O mesmo carro pode cumprir ambas missões; porém, no primeiro caso, apoiando a ação do soldado a pé ao ritmo de ação da Infantaria, enquanto que, no segundo, apoio a ação do soldado montado, ao ritmo da ação da Cavalaria.

Suponhamos que se empreguem os carros para conduzir um ataque. Se o ataque é da Infantaria, os carros só podem avançar tão depressa e ir tão distante quanto possam acompanhá-los os soldados a pé; o efeito de que os carros façam avanços curtos e rápidos e esperem depois que os soldados a pé cerrem sobre eles não altera o fato fundamental.

Se o ataque é levado a cabo por Fôrças encouraçadas (blindadas), os carros podem avançar a velocidade e a distância que as fôrças montadas possam alcançar.

Outra denominação imprópria deu origem à confusão no quadro da mobilidade: a de "Infantaria Blindada". Este nome é desorientador, uma vez que os soldados combatem, unicamente, a pé.

Nossos "infantes blindados" têm que se converter, efetivamente, em ginetes, montados em um veículo que os permita combater montados, ao mesmo tempo que lhes proporciona a possibilidade que

tinham os nossos soldados de Cavalaria de apeiar e combater a pé quando a ocasião o exigia; possibilidade que as tripulações dos nossos carros não têm. É aqui onde se apóia a base da nossa moderna Cavalaria; uma montada mecânica sobre a qual o soldado possa combater, da qual possa descer à terra para combater a pé, e que o permita passar rapidamente de um a outro destes métodos de combate.

A este respeito não devemos permitir que a preocupação para melhorar nossos carros possa comprometer o desenvolvimento desta outra classe de veículo de combate. Desde o princípio de nossa evolução anterior à II Guerra Mundial, nossos veículos de combate haviam atingido um grau que permitia a esperança de poder fazer junta a necessidade de combater montados. Se os projetos não se orientarem demasiado para conseguir uma "completa proteção"; se conseguirmos um tipo que permita o emprêgo eficaz das armas dos soldados nêle montados (embarcados), e se o dotarmos de mobilidade e velocidade suficiente e dispusermos delas em número adequado, teremos recuperado a possibilidade de combatermos montados. O histórico de várias de nossas Divisões Blindadas durante a II Guerra Mundial proporciona numerosos exemplos de Cavalaria moderna. Tal Cavalaria, assim como a Infantaria, necessita o apoio dos carros; na realidade, o precisa ainda mais a Cavalaria.

Orientar o Exército americano para um padrão que o adapta ao tipo requerido para uma guerra em certas regiões reduzidas do Pacífico é fazer oposição a um desastre. Não precisamos reviver o nome de "Cavalaria" se, como parece, seja como um anátema para muitos, é de maior importância que estejamos preparados para cumprir as missões específicas da Cavalaria. Necessita-se aumentar a mobilidade dos espíritos para sentir este problema. Nos Continentes da Europa, Ásia ou África, nenhum Exército terrestre, seja da importância que fôr o apoio aéreo que receba poderá ganhar uma guerra, se não dispuser de forças de mais mobilidade que a Infantaria. Empregando-se a nossa terminologia atual, estas forças devem estar organizadas em Divisões Blindadas que formam um ou mais Exércitos blindados. Mesmo nossas Divisões Blindadas tendo tido numerosos êxitos na campanha da Europa de 1944-45, não foram empregadas em u'a massa que poderia ter alcançado a decisão em 1944. Houve uma razão. Como possuíam muitos carros e poucos "cavalos blindados", estas Divisões dependiam das Divisões de Infantaria, e o veículo da Infantaria blindada não tinha suficiente mobilidade e potência de fogo. Fizeram-se muitos progressos e ainda se esperam mais e, desde aquela data conseguimos uma bem equilibrada Divisão Blindada que pode combater montada ou a pé, que pode cumprir as missões da Cavalaria na batalha e que pode fazer frente, com êxito, às forças soviéticas superiores em qualquer teatro continental.

Devemos impedir que o "Slogan" e a Tática da equipe "Carros-Infantaria" nos leve a esquecer a importância da equipe montada,

a de "Carros-Cavalaria". Há que impedir também que a guerra restrita, política e geograficamente, da Coréia nos cegue até nos fazer perder de vista que a guerra decisiva dificilmente deixará de ser continental. Deveremos, por último, impedir que a preocupação pela "massa" obscureça a nossa visão de "mobilidade".

A II Guerra Mundial chegou a ser uma guerra de posições enquanto se perdeu a mobilidade. A II Guerra Mundial viu ressurgir a mobilidade, mas só em parte, porque a substituição do cavalo de sangue pelo de aço não foi perfeita e porque muitos Comandos pensavam que o papel da Cavalaria tinha passado.

O lado que possa contar com Chefes que acreditem e sintam a mobilidade, que organize Exércitos nos quais as proporções das forças montadas e a pé sejam equilibradas e que no campo de batalha empregue adequadamente massas e mobilidade, ganhará as batalhas terrestres da próxima guerra. Não é preciso um grande esforço de imaginação para se dar conta de que a cooperação do Exército do Ar (incluído o emprêgo de forças aerotransportadas) exija forças montadas bem equipadas e autônomas. Nenhum país nos proporcionou este tipo de forças.

A mobilidade inicia-se no pensamento. Os Chefes devem pensar como se estivessem montados. Temos muitos Chefes deste tipo na América.

O aspecto econômico, ainda que muito importante, não nos deve assustar. Não se trata de aumentar muito o número de carros, que custam um quarto de um milhão de dólares. Requer uma grande produção de cavalos de aço para soldados da Cavalaria, relativamente pequenos e baratos (em relação com os carros), veículos muito rápidos e ágeis, capazes de transportar uma Esquadra com suas possibilidades de fogo, para cooperar com os carros e apoiados pela Artilharia e Engenharia, igualmente bem montados, formando Unidades que possam combater montadas, a pé ou combinando as duas formas de combater.

Esta não é uma idéia nova. Tão pouco não há novidade na equipagem, exceto as melhoras que se possam introduzir. Existe algo, porém, de novo, verdadeiramente alarmante na tendência corrente de pensamento para formas retrógradas, para as trincheiras, as posições, as massas humanas e as mentes sem idéias da mobilidade, e a defensiva; *este é o caminho para perder uma guerra!*

Façamos do Exército americano um Exército equilibrado, com uma Divisão Blindada, pelo menos, para cada três de Infantaria, e duplo número de Divisões Blindadas para o Exército que destinarmos à Europa, donde outras nações possam nos proporcionar melhor as Divisões de Infantaria. Revivamos a "mobilidade mental" que criará e será capaz de empregar um Exército americano em que a massa e a mobilidade estejam equilibradas.

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELLECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1970/73)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Div Moacyr Barcellos Potyguara
Diretor-Secretário — Cel Art Darcy Tavares de Carvalho Lima
Diretor-Administrativo — Ten Cel Art Osmany Maciel Pillar
Diretor-Tesoureiro — Ten Cel (Ref) João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Gen Bda Arnaldo José Luiz Calderari
Cel Cav Ivan Lauriodó de Santana

CONSELHO FISCAL

Cel Cav Mário Humberto Galvão Carneiro da Cunha
Ten Cel Cav Cezar Marques da Rocha
Ten Cel Flávio Moutinho de Carvalho

CORPO REDATORIAL

Redator-Chefe: Cel Art Darcy Tavares de Carvalho Lima
Redatores: Cel Art Hélio Lemos
Cel Cav João Severiano da Fonseca Hermes Neto
Cel Cav Demócrito Corrêa Cunha
Ten Cel Inf Adel Alves Cardozo
Ten Cel Inf Euromy da Paixão Dias Telles Pires
Ten Cel Eng Lauro Pie

**"A GUERRA REVOLUCIONÁRIA leva o perigo comunista ao
umbral de cada casa, e a última frente se situa no espírito
de cada cidadão."**

"A DEFESA NACIONAL"

O Sr. Ministro do Exército, em Aviso n.º 373-D/6-GB, de 25 de novembro de 1968, resolveu reiterar o Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL, o cujo teor é o seguinte:

"1. Reiterando, vinte e um anos depois, os conceitos e as recomendações do Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, do então Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL para a cultura profissional e geral dos militares do Exército, cumpre o dever de congratular-me com a sua atual Diretoria pelos beneméritos esforços que está empreendendo para a consolidação do prestígio crescente dessa mais antiga e mais consagrada Revista brasileira de assuntos militares e gerais.

2. Ela continua a merecer não apenas o apoio da Alta Direção do Exército, como, particularmente, o interesse e a contribuição de todos os oficiais, subtenentes e sargentos, como fator preponderante da atualização dos conhecimentos e dos estudos imprescindíveis ao preparo próprio, o que constitui não apenas amor à profissão, como virtude militar, em todos os Exércitos.

3. Os que são assinantes, leitores e colaboradores de A DEFESA NACIONAL recomendam-se, por isso mesmo, como militares preocupados com o seu próprio preparo profissional e com o prestígio da cultura do Exército.

4. Esta recomendação deve ser transcrita, obrigatoriamente, nos boletins internos de todos os escalões de comando e da administração do Exército."

(Av. n.º 373-D/6-GB, de 25 Nov 68, do Ministro do Exército.)